



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Diana Filipa Lopes Nunes

**PERCEÇÕES DOS JOVENS EM ACOLHIMENTO  
RESIDENCIAL E DOS SEUS/SUAS CUIDADORE(A)S  
SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES  
EXTRACURRICULARES**

**Monografia de Estágio no âmbito do Mestrado em Serviço Social orientada  
pela Professora Doutora Joana Andreia dos Santos da Silva Brinca e  
apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da  
Universidade de Coimbra**

Setembro de 2023



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Diana Filipa Lopes Nunes

**PERCEÇÕES DOS JOVENS EM ACOLHIMENTO  
RESIDENCIAL E DOS SEUS/SUAS CUIDADORE(A)S  
SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES  
EXTRACURRICULARES**

**Monografia de Estágio no âmbito do Mestrado em Serviço Social orientada  
pela Professora Doutora Joana Andreia dos Santos da Silva Brinca e  
apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da  
Universidade de Coimbra**

Setembro de 2023

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho ilustra uma das mais bonitas viagens da minha vida. Mas não se engane quem considere que viajar só simboliza alegrias e maravilhas. Por vezes uma viagem pode ser composta por caminhos sinuosos, por obstáculos e por duros desafios. Acreditem que todos estes caminhos tornam o destino ainda mais belo e que, seja qual for o caminho, no fim a nossa viagem termina com uma mochila recheada de boas memórias. A maioria das viagens torna-se mais rica pelas pessoas que conhecemos no caminho. Assim, começo por mostrar a minha gratidão a todos aqueles que partilharam esta bonita e enriquecedora jornada comigo:

Com um carinho muito especial, agradeço à Dra. Ana Moutinho, Diretora Técnica da Casa do Vale, a amabilidade com que me acolheu desde o nosso primeiro telefonema e até ao dia de hoje. No livro o Príncipezinho, diz-se que o *essencial é invisível aos olhos* e foi isto mesmo que me permitiu ver desde o momento em que aceitou o meu estágio curricular. Obrigada por me ter dado a conhecer o poder de uma intervenção baseada no afeto e no cuidado.

Às minhas “riquezas”. Obrigada aos jovens da Casa do Vale por terem partilhado tanto comigo desde o primeiro dia. Desejo que sejam sempre os rapazes mais felizes do mundo!

A todos os funcionários da Casa do Vale – Equipa Técnica, Equipa Educativa, Equipa de Apoio – um grande obrigada pelo vosso carinho, pela vossa partilha de experiência e conhecimentos. O meu processo de integração na Casa foi muito mais simples graças a vocês.

À Professora Doutora Joana Brinca agradeço a disponibilidade e amabilidade com que me apoiou, orientou e ensinou. Agradeço a compreensão que demonstrou em entender que a minha jornada ora tinha caminhos mais sinuosos, ora tinha caminhos mais pacíficos. Obrigada por não ter desistido de me guiar.

A todos os meus professores de Mestrado em Serviço Social, obrigada por terem solidificado a estrada da minha viagem com os vossos saberes. Todos os conhecimentos que conosco partilharam mantiveram a minha motivação para terminar esta viagem.

Obrigada aos meus pais, por aceitarem e receberem de braços abertos esta minha nova viagem. E por compreenderem que sigo ao ritmo que a minha vida comandar.

À Sara Barroso, que tão bem conheceu o meu percurso e que juntas partilhamos todos os receios, anseios, medos, expectativas, alegrias e paixão por esta área. Obrigada pelo teu apoio e pela tua escuta amiga.

Em especial, a alguém que nunca poderá ler estas palavras, ao meu avô. Por desde que nasci teres plantando em mim a semente da compaixão pelo próximo. Por teres me mostrado que a vida pode ser uma viagem tão bonita quando olhamos mais para os outros, como tu fazias, sendo bombeiro voluntário. Obrigada por me tu e a avó me terem ajudado a crescer com afeto.

Agradeço a todos, que me acompanharam ao longo desta viagem!

## RESUMO

A presente monografia foi desenvolvida no âmbito do estágio curricular, na Casa de Acolhimento Residencial (CAR) – Casa do Vale, com vista à obtenção de grau de Mestre em Serviço Social, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. A monografia é constituída por três partes – a primeira parte apresenta o enquadramento teórico da criança e jovem em perigo e a medida de Acolhimento Residencial. A segunda parte diz respeito à intervenção do Serviço Social em contexto de Acolhimento Residencial. Por último, na terceira parte apresenta-se a atividade de investigação, com o objetivo, de compreender e analisar os contributos das atividades extracurriculares para os jovens que residem em acolhimento residencial.

A nível metodológico, recorreu-se à metodologia mista, uma vez que se privilegiou como técnica de recolha de dados o inquérito por entrevista e o inquérito por questionário, para além da pesquisa e análise bibliográfica e documental. Para a análise de dados utilizaram-se referenciais quantitativos (estatística simples) e qualitativos (análise de conteúdo).

Os resultados desta investigação permitiram obter conclusões pertinentes sobre a forma como os jovens em acolhimento residencial se relacionam com as atividades extracurriculares.

Destes resultados destacam-se a confirmação de interesse pelas atividades extracurriculares, tanto percebido pelos jovens como pelos seus/suas cuidadore(as) e as vantagens associadas à participação em atividades extracurriculares: o desenvolvimento de competências pessoais (sentido de compromisso, sentimento de realização pessoal, construção da identidade pessoal), possibilidade de construção de novas amizades e promoção do desenvolvimento das suas relações interpessoais, assim como os benefícios para a saúde física, mental e psicológica e a aquisição de novas competências sociais.

**Palavras-chave:** Perceção do(a)s jovens; acolhimento residencial; atividades extracurriculares.

## **ABSTRACT**

This monograph was developed within the scope of the curricular internship, at Residencial Host House (RHH) – Casa do Vale, with a view to obtaining a Master's degree in Social Service, at the Faculty of Psychology and Educational Sciences of the University of Coimbra. The monograph is presented in three parts – the first part presents the theoretical framework of children and young people in danger and the Residential Care measure. The second part concerns Social Services in the context of Residential Care. The third part presents the research activity.

With this research, I intend to understand and analyze the contributions of participation in extracurricular activities for young people living in residential care.

At a methodological level, mixed methodology was used, since interview surveys and questionnaire surveys were preferred as data collection techniques, in addition to bibliographic and documentary research and analysis. For data analysis, quantitative (simple statistics) and qualitative (content analysis) references were used.

The results of this investigation made it possible to obtain pertinent information about the way in which young people in residential care relate to extracurricular activities.

These results highlight the confirmation of interest in extracurricular activities, both perceived by young people and their caregivers, and the advantages associated with participation in extracurricular activities: the development of personal skills (feeling of commitment, feeling of personal accomplishment, construction of personal identity), the possibility of building new friendships and promoting the development of interpersonal relationships, the benefits for physical, mental and psychological health; acquisition of new social skills.

**Keywords:** young people's perception; residential care; extracurricular activities.

## ÍNDICE

<b>Índice de tabelas</b> .....	<b>vii</b>
<b>Índice de gráficos</b> .....	<b>vii</b>
<b>Lista de siglas e abreviaturas</b> .....	<b>1</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>2</b>
<b>Parte I - Criança/jovem e o acolhimento residencial</b> .....	<b>4</b>
<b>Capítulo 1 - Contextualização teórica e conceptual: criança, jovem e famílias</b> .....	<b>4</b>
1.1 A evolução teórica e conceptual da infância .....	<b>4</b>
1.2 Crianças, adolescentes e suas famílias .....	<b>8</b>
1.2.1 Famílias multiproblemáticas e multidesafiadas .....	<b>9</b>
1.3 O mau trato infantil e os seus impactos no desenvolvimento da criança e adolescente .....	<b>11</b>
1.3.1 Tipologias de maus tratos .....	<b>12</b>
<b>Capítulo 2 - A proteção jurídica a nível nacional e internacional</b> .....	<b>14</b>
2.1 Legislação internacional sobre a proteção de crianças e jovens .....	<b>14</b>
2.2 Legislação nacional sobre a proteção de crianças e jovens .....	<b>15</b>
2.2.1 As medidas do sistema de proteção em Portugal .....	<b>18</b>
<b>Capítulo 3 - Acolhimento Residencial em Portugal</b> .....	<b>19</b>
3.1 Acolhimento Residencial em Portugal .....	<b>19</b>
3.1.1 Dados estatísticos do acolhimento Residencial em Portugal .....	<b>21</b>
3.2 Acolhimento Residencial: do acolhimento à cessação da medida .....	<b>22</b>
3.2.1 Funcionamento e organização de uma CAR .....	<b>24</b>
<b>Parte II - O Serviço Social numa Casa de Acolhimento Residencial</b> .....	<b>25</b>
<b>Capítulo 1 - O Serviço Social e a função de Direção Técnica numa CAR</b> .....	<b>25</b>
<b>Capítulo 2 – A CAR “Casa do Vale”</b> .....	<b>28</b>
2.1 A CAR “Casa do Vale” – enquadramento do local de estágio .....	<b>28</b>
2.2 Recursos humanos da “Casa do Vale” .....	<b>29</b>
<b>Capítulo 3 - Articulação entre as funções e atividades exercidas na CAR “Casa do Vale”</b> .....	<b>31</b>
3.1 A importância do processo de integração .....	<b>31</b>
3.2 Análise processual individual .....	<b>32</b>
3.3 Partilha de conhecimentos e experiências (ação de informação sobre a CAR).....	<b>33</b>

3.4 Participação nas reuniões de equipa da CAR .....	33
3.5 Participação nos processos de admissão de acolhimento na CAR.....	34
3.6 Análise dos PII dos jovens residentes na CAR .....	35
3.7 Deslocação em serviço externo – Banco Alimentar .....	36
3.8 Participação e observação de rotinas .....	36
3.9 Atividades periódicas .....	37
3.10 Acompanhamento das atividades extracurriculares .....	38
3.11 Atividades lúdicas .....	39
<b>Parte III – Atividade de investigação .....</b>	<b>40</b>
<b>Capítulo 1 – A atividade de investigação .....</b>	<b>40</b>
<b>Capítulo 2 – Desenho da investigação .....</b>	<b>43</b>
2.1 Pergunta de partida .....	43
2.2 Objetivos gerais e específicos .....	43
2.3 Resultados esperados .....	44
<b>Capítulo 3 – Componente metodológica da investigação .....</b>	<b>44</b>
3.1 Metodologia da investigação .....	44
3.2 Universo e amostra .....	45
3.2.1 Caraterização da amostra .....	46
3.3 Instrumentos de recolha de dados .....	47
3.3.1 Pesquisa bibliográfica e documental .....	48
3.3.2 Entrevista .....	49
3.3.3 Inquérito por questionário .....	49
3.4 Análise e tratamento de dados .....	50
3.5 Apresentação dos resultados .....	50
3.6 Discussão dos resultados .....	55
3.6.1 A importância da composição de uma CAR .....	56
3.6.2 As perceções dos jovens da CAR Casa do Vale e dos seus/suas cuidadore(a)s sobre a participação em AEC's .....	58
3.6.3 Uma visão das AEC's: a sua importância e benefícios vs constrangimentos e obstáculos .....	59
<b>Conclusão.....</b>	<b>63</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>65</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>70</b>
Apêndice I - Composição da comissão alargada e comissão restrita da CPCJ .....	70
Apêndice II - Modelo de Intervenção da CAR Casa do Vale .....	71
Apêndice III - Etapas de elaboração do Processo de Intervenção Individual .....	73

Apêndice IV - Descrição das rotinas diárias da CAR acompanhadas pela estagiária .....	<b>75</b>
Apêndice V - Descrição das atividades lúdicas acompanhadas pela estagiária .....	<b>77</b>
Apêndice VI - Guião de entrevista aplicada aos jovens .....	<b>79</b>
Apêndice VII - Inquérito por questionário aplicado aos cuidadores da CAR .....	<b>82</b>
Apêndice VIII - Declaração de Consentimento Informado apresentada à Direção Técnica da CAR Casa do Vale .....	<b>86</b>
Apêndice IX - Análise das respostas às entrevistas aplicadas aos jovens da CAR .....	<b>88</b>
Apêndice X - Análise das respostas ao inquérito questionário dos/as cuidadore(a)s da CAR .....	<b>93</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Exemplos de AEC's que os jovens frequentaram noutras CAR's anteriores à CAR Casa do VALE .....	89
<b>Tabela 2</b> - Exemplos de AEC's que os jovens frequentam na Casa do Vale e respetivo tempo de frequência. Questões d) + d1). Pelas menções "E" – E2; E4; E7, compreenda-se a identificação dos diferentes jovens entrevistados. ....	90
<b>Tabela 3</b> - Respostas à questão d1) "Gosta/gostou de participar em alguma AEC em particular?" .....	90

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Respostas questão a) "Idade" .....	88
<b>Gráfico 2</b> - Respostas às questões b) "A Casa do Vale é a primeira Casa de Acolhimento Residencial?" e b1) "Se não, em quantas Casas de Acolhimento esteve anteriormente?" .....	88
<b>Gráfico 3</b> - Respostas questão b) "A Casa do Vale é a primeira Casa de Acolhimento Residencial?" .....	88
<b>Gráfico 4</b> - Respostas à questão b2) "Nas outras CAR frequentava alguma AEC? Se sim, qual/quais." Resposta N/A – Não aplicável, para aqueles em que a Casa do Vale é a primeira Casa de Acolhimento Residencial .....	89
<b>Gráfico 5</b> - Respostas à questão c) "Há quanto tempo se encontra na Casa do Vale?" .....	89
<b>Gráfico 6</b> - Respostas à questão d) "Frequenta alguma atividade extracurricular?" .....	90
<b>Gráfico 7</b> - Respostas à questão d2) "Para além da AEC que frequenta no presente gostaria de frequentar outra? Qual?" .....	91
<b>Gráfico 8</b> - Respostas à questão e) "Quais as vantagens que identifica na frequência das AEC? Pode especificar a AEC, identificando sentimentos, contributos, aspetos positivos) - na vida atual e na vida futura .....	91
<b>Gráfico 9</b> - Respostas à questão f) "Teve alguma AEC que não correspondesse às suas expetativas?" Respostas "Sim" – E4 "O trial bike. Pensei que seria algo mais na minha zona de conforto. Achei que ia gostar, mas quando conheci a atividade não gostei". E5 – "Equitação. Não tinha muita autonomia. É uma AEC muito parada e não gostei disso. Prefiro atividades radicais e desportos de equipa". E7 – "Natação. Pensei que iam ser aulas livres e não foi o caso. Tinha também muita teoria e eu queria algo só para me abstrair." .....	92
<b>Gráfico 10</b> - Respostas à questão 1.1 "Assinale com X, o seu género" .....	93
<b>Gráfico 11</b> - Respostas à questão 1.2 "Idade" .....	93
<b>Gráfico 12</b> - Respostas à questão 1.3 "Assinale com x, as suas habilitações académicas" .....	94
<b>Gráfico 13</b> - Respostas à questão 1.3.1 "Área de formação" .....	94
<b>Gráfico 14</b> - Respostas à questão 2.1 "Há quanto tempo desempenha funções na Casa do Vale" .....	94

<b>Gráfico 15</b> - Respostas à questão 2.2 "Qual o cargo que assume atualmente?" .....	95
<b>Gráfico 16</b> - Respostas à questão 3.1 "Com que frequência acompanha os jovens às atividades extracurriculares" .....	95
<b>Gráfico 17</b> - Respostas à questão 3.2 "Indique as atividades extracurriculares que considere que acompanhou com mais frequência no último ano" .....	95
<b>Gráfico 18</b> - Respostas à questão 3.3 "De forma geral, considera que existe mais interesse ou desinteresse na participação de atividades extracurriculares, por parte dos jovens da Casa do Vale, pensando no último ano? .....	95
<b>Gráfico 19</b> - Respostas à questão 3.4 "Identifique as atividades extracurriculares que consideram terem sido alvo de maior interesse por parte dos jovens da Casa do Vale, pensando no último ano" .....	95
<b>Gráfico 20</b> - Categorização das respostas à questão 3.5 "Indique benefícios da frequência de atividades extracurriculares que considera terem sido alvo de maior interesse por parte dos jovens da Casa do Vale" .....	95
<b>Gráfico 21</b> - Respostas à questão 3.6 "Indique constrangimentos/obstáculos (individuais, organizacionais, recursos humanos) relativos à frequência de atividades extracurriculares" .....	95
<b>Gráfico 22</b> - Respostas à questão 3.7 "Se pudesse escolher uma atividade extracurricular para a Casa do Vale, qual a temática/área que escolhia?" .....	95

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AEC** – Atividades Extracurriculares

**APAV** - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

**CAE** – Casa de Acolhimento Especializado

**CAR** – Casa de Acolhimento Residencial

**CASA** – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

**CNPDPJ** – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

**CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**DL** – Decreto Lei

**DT** – Direção Técnica

**EAI** – Experiência Adversa na Infância

**EMAT** – Equipa Multidisciplinar de Apoio técnico aos Tribunais

**IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social

**ISS, I.P.** – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

**LPCJP** – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

**LPI** – Lei de Proteção à Infância

**MSS** – Mestrado em Serviço Social

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PII** – Plano de Intervenção Individual

## INTRODUÇÃO

A presente monografia resulta do estágio do Mestrado em Serviço Social e foi desenvolvida no âmbito do ciclo de estudos em Serviço Social, com vista à obtenção do grau de mestre, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

O estágio foi desenvolvido na Casa do Vale, uma Casa de Acolhimento Residencial (CAR), localizada no distrito do Porto, destinada a acolher jovens do género masculino em situação de perigo. A Casa do Vale é uma das CAR pertencentes à instituição particular de solidariedade social (IPSS) - Crescer Ser. O Estágio de Mestrado em Serviço Social teve como orientadora a Dra. Ana Moutinho, Assistente Social e Diretora Técnica da CAR Casa do Vale, e como orientadora científica da FPCE – UC a Professora Doutora Joana Brinca.

A realização do estágio permitiu a cooperação e aprofundamento de competências e conhecimentos adquiridos na licenciatura em Educação Social assim como ainda se coadunou em harmonia com o presente Mestrado em Serviço Social. Neste contexto existiu a oportunidade de compreender e refletir sobre a prática profissional com crianças e jovens em perigo, em contexto de acolhimento residencial.

A opção pela CAR Casa do Vale, relaciona-se com o facto de ser uma área de intervenção com a qual a investigadora tem afinidade e ao mesmo tempo interesse em aprofundar o conhecimento e competências sobre o acolhimento residencial.

A experiência de estágio possibilitou à estagiária um somatório de vivências e aprendizagens fundamentais para a intervenção na área da infância e juventude, e proteção de crianças e jovens. O fato de a estagiária ter tido a possibilidade de acompanhar e participar em rotinas de todas as equipas de funcionários da CAR permitiu ter uma perceção mais clara, esclarecedora e objetiva sobre a importância do trabalho em equipa.

Assim, durante o período do estágio foi possível aprofundar conhecimentos sobre a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) assim como compreender a sua funcionalidade na prática e também entender como o trabalho em rede e cooperação de todas as entidades em matéria de infância e juventude permite assegurar o objetivo primordial de proteção. Existiu também a oportunidade de compreender todo o funcionamento da resposta de acolhimento residencial, desde ao seu pedido de admissão até ao regime de execução e perceber qual o trabalho diário nesta resposta, assim como as funções associadas às equipas da CAR.

Para a realização da presente monografia privilegiou-se o contato com os profissionais da CAR (equipa educativa, equipa técnica e equipa de apoio) e com os jovens residentes. Privilegiou-se igualmente a pesquisa documental, e a observação não participante. Deu-

se preferência à metodologia mista e a nível dos instrumentos recorreu-se à revisão e análise bibliográfica, entrevista e inquérito por questionário. Para efeito de análise dos dados utilizou-se referenciais quantitativos e qualitativos.

Salienta-se o facto de nesta investigação, privilegiar-se como amostra os jovens residentes na CAR com idades compreendidas entre os 12 e 20 anos. Destaca-se que se optou por utilizar o conceito de *jovem* para se coadunar com o termo utilizado no dia-a-dia da CAR. Sabe-se que o conceito de *criança* engloba todos os indivíduos com idade até aos 18 anos de idade, contudo uma vez que a investigação abrangeu como amostra residentes com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos, optou-se por se referir ao longo deste trabalho apenas o termo *jovem* que nos remete mais rapidamente para a *adolescência* – faixa etária abrangida pela investigação, a nível dos residentes na CAR.

No que concerne à estrutura da monografia de estágio, esta encontra-se dividida em três partes: a primeira parte contém o enquadramento teórico relativo ao contexto de estágio – jovens em acolhimento residencial. A segunda parte diz respeito ao Serviço Social numa Casa de Acolhimento e os seus três capítulos enquadram a prática de intervenção do Serviço Social em uma CAR, apresenta-se o local de estágio e divulga-se as atividades desenvolvidas pela estudante no seu percurso de estágio na CAR Casa do Vale. Já na terceira parte da presente monografia encontra-se a atividade de investigação relativa às “Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos/as seus/suas cuidadore(as) sobre a importância das atividades extracurriculares”, respetivamente a pertinência da investigação e objetivos da mesma, metodologia utilizada e resultados obtidos. Ressalva-se que a menção na atividade de investigação ao conceito *cuidadores* da CAR refere-se aos profissionais que compõem a Equipa Técnica e Equipa Educativa e que participaram deste estudo.

A monografia de estágio termina com a conclusão, onde para além de se realçarem os resultados obtidos, apresenta-se uma reflexão sobre o processo de aprendizagens efetuadas.

# **PARTE I – CRIANÇA/JOVEM E O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL**

## **CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL: CRIANÇA, JOVEM E FAMÍLIAS**

### **1.1 A EVOLUÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL DA INFÂNCIA**

A infância é a primeira fase de vida humana e nem sempre foi entendida como uma fase de extrema importância. Nas sociedades industrializadas contemporâneas, a criança era compreendida como um ser que iria atingir a perfeição, aquando chegada à idade da adulta e por isto posicionada socialmente com vista ao cuidado, educação e mais recentemente, proteção. Parte-se do princípio de que as sociedades evoluem com indivíduos cultos, capazes, desenvolvidos e, como tal, transfere-se o imperativo de educar uma criança para vir a ser um adulto que corresponda às necessidades e constrangimentos da vida em sociedade, de forma que possa contribuir para o progresso da sociedade (Beck et al., 1978; James & James, 2008).

Assim, a Convenção dos Direitos da Criança – artigo nº1, define criança como “todo o ser humano com menos de dezoito anos, exceto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo” (UNICEF, 2019, p. 8).

A nível do seu desenvolvimento e segundo Piaget (conforme citado em Shaffer, 2005), é possível identificar-se na criança vários estádios de desenvolvimento intelectual. Entre os 7 e os 11 anos a criança encontra-se no estádio das superações concretas, onde se verifica a superação do egocentrismo; o aparecimento da lógica e da reversibilidade e as operações possíveis em situações particulares. Já a partir da adolescência espera-se o estádio das operações formais percebendo-se o aparecimento da lógica formal, da capacidade de operar logicamente com entidades linguísticas assim como um pensamento capaz de operações dedutivas, de exatidão lógica e análise teórica (Shaffer, 2005).

Destaca-se ainda que “todas as crianças têm o direito inerente à vida, e o Estado tem de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança” (UNICEF, 2019, p. 10). Pressupõe-se que para serem asseguradas estas questões o Estado aja em conformidade com a legislação nacional e internacional no que respeita à proteção da criança e respeito dos seus direitos, conforme o apresentado mais à frente neste trabalho. Assim, para isto ser possível, o Estado confia nas organizações sociais a proteção destas crianças. Para este trabalho concretizado elaboraram-se respostas sociais, como é o caso do

acolhimento residencial e criaram-se acordos de cooperação. A nível de respostas atuais de CAR estas encontram-se organizadas em três modalidades: as unidades para respostas de emergência; a unidade para resposta a problemáticas específicas e intervenção terapêutica e ainda, as unidades de promoção de autonomia.

Para além da resposta de acolhimento residencial sobre a qual incide o presente trabalho, para promover os direitos e proteger as crianças e jovens em risco, o Estado Português tem ainda as respostas de Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental; Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens e o Acolhimento Familiar (Segurança Social, 2023).

Ainda, em matéria de proteção das crianças e jovens em risco, existem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que são instituições oficiais não judiciárias, com o objetivo de promover os direitos das crianças e jovens e prevenir, ou mesmo colocar termo, a situações que os possam colocar em perigo. O Tribunal também assume a defesa dos direitos das crianças e jovens. Nos Tribunais de Família e Menores existe sempre um Procurador de turno (Ministério Público) para dar resposta à participação de uma situação de perigo (Segurança Social, 2023).

Durante a infância, as crianças vão adquirindo valores que contribuem para a construção da sua individualidade. A família será “núcleo social onde a criança nasce, cresce e obtém os seus primeiros conhecimentos essenciais para que se cumpram corretamente as fases do seu desenvolvimento, num ambiente cordial e afetivo” (Pereira, 2021, pp. 10-11). Posto isto, estas figuras de vinculação com quem a criança detém o primeiro contato têm um papel muito importante na sua vida, visto que deverão promover o bem-estar e proteção necessários para o seu desenvolvimento. Contudo, apesar de ser o papel que se espera de uma família, nem sempre o conseguem atingir. O percurso de crescimento de uma criança é pautado por desafios e, algumas figuras de referência conseguem ultrapassá-los com sucesso, recorrendo aos seus recursos internos, enquanto outras precisarão de procurar recursos e apoio exterior (Moreira M., 2018).

Neste sentido, importa também compreender que o conceito de infância se alterou muito ao longo das últimas décadas. A infância nem sempre foi percecionada com a mesma visão. Durante alguns séculos, o conceito de infância era sinónimo de desvalorização, desconhecimento e incompreensão.

Até ao século XVI, as crianças sofriam de um profundo desinteresse por parte dos adultos. Passavam os seus dias sozinhas, visto que eram entendidas como incapazes de partilharem o seu mundo com adultos, devido à sua situação de fragilidade. A infância era vista como pouco relevante, visto não acrescentar “valor”, enquanto os adultos eram percecionados como um ser superior.

Muitas vezes, as crianças eram abandonadas porque eram vistas como “nada ou quase nada insignificante” (Badinter, 1985, p. 79).

Uma vez que não eram reconhecidas as suas necessidades e direitos, as crianças eram vistas como incapazes e frágeis. No entanto, ao mesmo tempo, eram atribuídas funções de trabalho iguais à de um adulto (Gonçalves, 2013; Reis, 2009). A palavra infância é derivada do latim *infantia* que significa “incapaz de falar”. Assim, a criança era vista como alguém ingênuo e indefeso (Gonçalves, 2013).

O século XVII foi importante na mudança de pensamento e visualização da compreensão sobre a infância – ponto de viragem. Passou a existir uma conceção sobre a infância – ainda que a criança continuasse a ser vista como um ser inferior. Porém, existiram alguns avanços no cuidado prestado às crianças. A criança passou a ter mais vigilância e a ter disciplina. O adulto, por sua vez, era visto como alguém possuidor de saberes que deveria transmitir-lhes às crianças, contribuindo para a sua educação (Almeida, 2023; Gonçalves, 2013).

Também no século XVIII ocorreram mudanças relevantes nas relações dos progenitores com os seus filhos. As relações começaram a ser pautadas por afeto – a amamentação contribuiu para a criação de laços afetivos e a criança passou a ser considerada como um membro integrante de uma família. No século XIX o surgimento das primeiras maternidades terá influenciado uma maior tomada de consciência das necessidades da criança. Isto também influenciou a importância do cuidado para com uma mulher grávida e o seu recém-nascido (Almeida, 2023; Reis, 2009).

Finalmente, uma nova conceção da infância surge no século XX. Passa a existir uma valorização da criança e o seu reconhecimento como sendo um cidadão de direitos. Nesta fase surgiram também instrumentos legislativos que pretendiam regularizar a proteção das crianças. Em França, por exemplo, no ano de 1913 “a Lei Straus proíbe o emprego de mulheres durante um período de quatro semanas, no pós-parto, concedendo às mais desfavorecidas um abono diário durante oito semanas” (Sá, 1999, p. 20).

Até aos dias de hoje, a produção de conhecimento científico em áreas como psicologia, filosofia, biologia, sociologia tem permitido a evolução do conhecimento sobre infância e as crianças (Almeida, 2023; Gonçalves, 2013; Reis, 2009; Sá, 1999).

Assim, entende-se que “o tempo e o espaço da infância definem-se das relações familiares e sociais, evoluindo nos seus termos históricos e culturais” (Martins, 2005, p. 2), contribuindo para uma adolescência e vida adulta mais harmoniosa.

No entanto, a passagem do período de infância para a adolescência nem sempre é o período caracterizado como salutar. Este período de passagem denomina-se por adolescência.

À semelhança da infância que é moldada por questões históricas, sociais e relacionais também a adolescência representa uma fase complexa, composta por um período de mudanças e transformações a vários níveis. Posto isto, ser adolescente, ilustra o período que decorre entre a infância e a vida adulta. Ora, a nível cronológico a Organização Mundial de Saúde (OMS) identifica esta fase entre os 10 e os 19 anos. Já a Organização das Nações Unidas (ONU) delimita este período entre 15 e os 24 anos – tendo este

período sido delimitado com vista a fins estatísticos. O termo jovem adulto é utilizado na faixa dos 20 – 24 anos.

Apesar das delimitações etárias sabe-se que se reconhece o adolescente quando se iniciam mudanças corporais características da puberdade. Assim, ser-se adolescente é marcado por várias questões desenvolvimentais, seja a nível físico, psicológico, sexual, emocional, social. Pode-se afirmar que a fase de adolescência se conclui quando o indivíduo se torna independente, integrado e com a sua personalidade consolidada (Eisenstein, 2005).

Atualmente, o período da adolescência tem a mais longa duração desde que há registos. Definir este período é complexo, pois não há um marco propriamente dito pelo qual se consiga delimitar quando inicia a adolescência e quando esta termina. Há alguns componentes que auxiliam na definição deste conceito, como a componente biológica (puberdade, desenvolvimento hormonal, desenvolvimento cerebral); componente psicológica (tarefas desenvolvimentais características desta fase, características psicológicas) e ainda a componente sociológica (análise antropológica e histórica). Assim, no século XX o período da adolescência era identificado como o período do ciclo vital iniciado pela maturação biológica, em que o indivíduo deve ser capaz de concretizar certas tarefas desenvolvimentais e que termina quando este atinge um estado de autossuficiência definido pela sociedade. Do ponto de vista psicológico é caracterizado como sendo um período de afirmação pessoal, frequentemente ilustrado pela tensão e conflito que são manifestados a nível intra e inter psicológico (Steinberg, 2014, p. 46).

Há alguns motivos pelos quais a adolescência se encontra no seu período de duração mais longo. Por exemplo, a puberdade está a terminar mais cedo e a começar numa idade muito mais jovem. Segundo o estudo de Steinberg (2014), os pediatras estão a identificar um aumento no número de meninas que evidenciam sinais de desenvolvimento do peito entre os sete e os oito anos de idade. Destaca ainda que estudos de 2010, identificaram que o desenvolvimento do tamanho dos testículos, um sinal de puberdade nos meninos, era de 10% em rapazes brancos e um quinto em meninos afro americanos - como primeiro sinal da puberdade, em meninos com idade de seis anos, a frequentarem o primeiro ano de escolaridade (Steinberg, 2014, p. 51).

Atualmente sabe-se que a idade de amadurecimento está relacionada com um conjunto de fatores genéticos com influência do ambiente. Os fatores que representam maior peso no desenvolvimento do amadurecimento são a saúde e a nutrição – ou seja, crianças cujas mães estiveram bem nutridas e em boa condição de saúde durante a gravidez terão mais probabilidade de passarem por uma puberdade mais precoce (Steinberg, 2014, p. 48).

Assim, numa ótica mais atual, no século XXI a adolescência tem vindo a ser cada vez mais delimitada pelas competências demonstradas nas diferentes áreas de existência e menos pela imaturidade e preparação para a idade adulta. Porém, as tarefas desenvolvimentais pelas quais normalmente se consegue associar à fase da adolescência

têm vindo a ser resolvidas em idades posteriores – como é o caso da construção da identidade, por exemplo (Arnett, 2007).

Ora, apesar de adolescência ser um período marcado por uma enorme plasticidade cerebral que se reflete numa forte capacidade de desenvolvimento dos indivíduos, pode também representar risco ou vulnerabilidade, se conduzir o adolescente para uma trajetória de desenvolvimento desadaptativo. Este é um período do ciclo vital complexo, onde a qualidade da estimulação do meio do adolescente (a sua família, a escola, os grupos de pares) terão influência na direção da sua trajetória. Nos dias de hoje, a adolescência dura três vezes mais do que há 150 anos atrás e dura duas vezes mais do que nos anos 1950's (Steinberg, 2014, p. 51).

## **1.2 CRIANÇAS, ADOLESCENTES E AS SUAS FAMÍLIAS**

A família tem um papel fundamental na contribuição do desenvolvimento de uma criança assim como na vinculação entre uma criança e o adulto. Como se pôde começar a compreender anteriormente, esta conceção é algo relativamente recente. Isto porque, o reconhecimento da importância de um sistema familiar na vida de uma criança começou a ser realçado e mais destacado nas sociedades contemporâneas. Anteriormente, a família era essencialmente caracterizada pelos laços biológicos.

Numa perspetiva mais recente, a composição da família tem vindo a ser mais heterógena, dinâmica e com papéis e relações interpessoais (Almeida I. M., 2023). Assim, considera-se família o “grupo de pessoas unidas diretamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar de crianças” (Giddens, 2007, p. 175).

As famílias são compostas por vários subsistemas: conjugal – quando dois adultos se encontram numa relação e compõem um casal; filial – quando ocorre o nascimento de um filho, o que altera o sistema familiar; parental – onde existe a responsabilidade de proteção e educação; fraternal- onde se instituem as relações entre irmãos (Dias, 2011). A organização destes subsistemas e o desenvolvimento das relações proporciona a emergência da estrutural familiar.

Ora, a família é um ponto essencial a ter em conta quando se pretende analisar problemáticas de crianças e jovens, visto que esta deve ser a fonte de proteção primária destes. O sistema familiar é responsável por conseguir atender às necessidades e proteção das suas crianças e jovens, não esquecendo o superior interesse da criança.

Ao longo do tempo, as alterações também se foram verificando nas diversas tipologias de famílias que foram surgindo, contudo, o mais importante é que seja qual for a tipologia, consigam dar resposta às necessidades de desenvolvimento das crianças.

Porém, podem existir momentos em que a figura de vinculação deixe de ser uma figura de proteção para a criança, deixando esta exposta a situações de risco ou perigo por ordem de diversos fatores podendo ainda ocorrer que esta fique exposta a maus tratos, quando o adulto já não consegue cumprir a sua função e o papel de proteção que é suposto, questões estas que serão exploradas mais à frente (Almeida I. M., 2023; Gonçalves, 2013).

### **1.2.1 FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS E MULTIDESAFIADAS**

Ainda no que diz respeito às famílias, considera-se importante refletir sobre o conceito de famílias multiproblemáticas e sobre as famílias multidesafiadas.

O conceito de famílias multiproblemáticas apareceu por volta dos anos 50 e caracteriza famílias com privação económica e de competências sociais, ou seja, com baixo estatuto socioeconómico, o que destaca a diminuição de capacidade de estas responderem a problemas e, pode até aumentar a dimensão destes. Este conceito surgiu na época de pós modernização, onde a sociedade passou de ser produtora a essencialmente consumidora pelo que encontra assim uma relação com a sociedade industrial. Isto também incentivou que as famílias passassem a recorrer mais dos serviços sociais. Assim, esta foi uma era que para além de mudanças nos padrões da sociedade trouxe também alterações aos valores familiares e sociais (Alarcão, 2002; Correia & Sequeira, 2011; Silva, 2013).

Segundo Cancrini e seus colaboradores (1997) sugere-se os seguintes critérios para identificação do conceito de famílias multiproblemáticas: dois ou mais elementos da família possuírem comportamentos problemáticos, graves e com prolongamento no tempo que exija intervenção externa; grave dificuldade dos pais em cumprirem as atividades afetivas e funcionais imprescindíveis ao sistema familiar; existência de influência e relação entre os dois pontos anteriores; instabilidade, influenciada por figuras externas ao sistema; dependência de serviços sociais e ainda o desenvolvimento de comportamentos anunciativos (Alarcão, 2002; Cancrini et al., 1997; Silva, 2013).

Assim, estas famílias encontram nos seus sistemas dificuldades em várias dimensões e dificuldades na resolução dos seus problemas. Como tal, é essencial a intervenção social junto destes contextos para que consigam ultrapassar o padrão que não lhes permite encontrar respostas adequadas aos problemas que vivenciam.

Numa outra ótica, por famílias multidesafiadas considera-se aquelas que passam por enfrentar múltiplos desafios em vários domínios. Dificuldades que são por vezes percebidas como naturais por estas famílias são identificadas como problemas pelos

profissionais. Assim, estas famílias foram expostas a fatores de risco que bloquearam o processo de desenvolvimento do seu sistema familiar. Tendo sido múltiplos os desafios pelos quais estas famílias passam é fundamental o papel do/a profissional na valorização de fatores positivos do sistema familiar, de modo a incentivar a sua resiliência e superação das várias problemáticas vivenciadas (Correia & Sequeira, 2011; Serrão et al., 2017).

Posto isto, os processos de adaptação das famílias multidesafiadas às mudanças que ocorrem ao longo do ciclo vital é um processo “desafiante”, como o próprio conceito indica. Contudo, conforme referido o que este conceito nos traz, ao contrário do anterior conceito apresentado, é que apesar dos desafios que surgem no percurso do sistema familiar, aqui destaca-se as potencialidades e recursos destas famílias, e de que forma estes poderão ser uma ferramenta de grande utilidade para se ultrapassar os múltiplos desafios vivenciados. Assim, neste conceito percebe-se a importância do papel ativo destas famílias face a uma mudança necessária para ultrapassar os problemas com que se deparam no seu sistema familiar (Almeida et al., 2016; Correia & Sequeira, 2011; Serrão et al., 2017).

Contudo, quando o sistema familiar se depara com dificuldade ou desconhecimento face a certa situação e não consegue cumprir o papel de proteção da criança, pode colocar esta numa situação de risco ou perigo.

Segundo Fonseca (2004) as crianças e jovens que se encontrem em situação de risco e/ou perigo têm “grande probabilidade de se envolverem em transgressões de normas sociais e, em consequência, suscetíveis de desencadear sanções por parte da comunidade” (Fonseca A. , 2004, p. 11).

Assim sendo, por perigo entende-se que a criança se encontre numa situação de fragilidade e vulnerabilidade, onde esteja comprometida a sua segurança e bem-estar. Alguns exemplos claros disto encontram-se na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). Segundo a LPCJP (Lei nº147/199, de 1 de setembro) uma criança encontra-se em uma situação de perigo quando: a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) Assume comportamentos ou se entrega a atividade ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Diário da República , 1999, p. 6117).

Já o conceito de risco refere-se a situações que podem incentivar a probabilidade de acontecer um acontecimento negativo na vida da criança. Ou seja, a criança encontra-se numa situação apesar de ainda não estar consolidada, pode ver a satisfação das suas

necessidades básicas comprometidas e existe a possibilidade de um desenvolvimento problemático (Fonseca, 2004; Gonçalves, 2013).

### **1.3 O MAU TRATO INFANTIL E OS SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Ao longo do tempo, a sociedade tem vindo a estar gradualmente mais alerta para os maus tratos a crianças e jovens. Esta foi uma problemática que foi estando presente ao longo da história da humanidade, porém é mais recentemente que se percebe o seu reconhecimento como uma problemática social. Sabe-se que a vinculação conduz à necessidade que um sistema familiar sente de proteção às suas crianças. Contudo, por vezes existem ambientes familiares onde a criança sofre maus tratos, ao invés da proteção que necessita (Gonçalves, 2013).

Por mau trato entende-se “ato deliberado por omissão ou negligência, originado por pessoas, instituições, ou sociedades que privem a criança dos seus direitos e liberdades ou que interfira com o seu desenvolvimento” (Machado & Gonçalves, 2003, p. 16). As crianças confiam no adulto e nas suas figuras vinculativas, contudo os maus tratos têm sido muitas reconhecidos no meio da sua vida diária, ao redor de pessoas em quem confiam – ou seja, os maus tratos podem acontecer quer seja em meio familiar como em meio extrafamiliar (escolas, instituições, centros de ocupação de tempos livres).

Assim, o mau trato infantil diz respeito a ações que provocam danos físicos ou psicológicos e que afetam as suas necessidades, direitos e desenvolvimento, sendo que em caso de lesões graves pode até provocar a morte da criança. Este conceito também engloba a negligência, que por sua vez representa um conjunto de carências que são incompatíveis com as necessidades afetivas, sociais, psicológicas e físicas das crianças que sofrem estes abusos (Alberto, 2006; Gonçalves, 2013).

Em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) verificou um aumento no número de atendimentos entre 2020 e 2022 (25,5%). Os crimes sexuais contra crianças e jovens, são o segundo crime com mais expressão no registo da APAV, no ano de 2022, existindo 1356 registos (4,9%). Existiu uma média anual de 2596 vítimas crianças e jovens, o que representa uma média diária de 7 crianças/jovens vítimas de maus tratos e crimes. Os dados deste relatório revelam ainda que (31,6%) das crianças e jovens vítimas eram filho/a do autor/a do crime, o que ilustra o apresentado anteriormente sobre a frequência de ocorrência de maus tratos no meio familiar (APAV, Estatísticas APAV - Relatório Anual 2022, 2023).

### 1.3.1 TIPOLOGIAS DE MAUS TRATOS

Existem diversas tipologias de maus tratos, que podem por vezes ser compreendidos por alguns sinais e sintomas apresentados pelas crianças. Como já se pode verificar, estes podem acontecer em diversos contextos pelo que é importante a sinalização ou deteção destes sinais, que possam conduzir à intervenção em caso de necessidade. Assim, destaca-se as seguintes tipologias de maus tratos.

Os maus tratos físicos dizem respeito a ações intencionais que provoquem ou possa causar dano físico na criança, sendo ações isoladas ou continuadas. São disto exemplo as bofetadas, sacudir ou abanar a criança, agressão com objetos, queimar, morder, entre outros tipos de punições físicas. Apesar de ser um mau trato “físico” também provoca dano psicologicamente na criança afetando negativamente o desenvolvimento da criança, em resultado da passagem por uma situação traumática como esta (APAV, 2011; Gonçalves, 2013).

Quanto aos maus tratos psicológicos entende-se por comportamentos por parte das figuras de proteção da criança que provoquem uma ambiente instabilidade, incapaz de proporcionar o bem-estar emocional e afetivo necessários para o desenvolvimento saudável do menor. Isto retrata-se com comportamentos de insultos, agressões verbais, ausência de afeto, situações de conflito e violência que provoquem na criança sentimentos negativos como o pânico e o medo. O isolamento, por vezes desvalorizado, é também um comportamento característico de um mau trato psicológico – isto acontece, quando a criança é impedida e afastada de se relacionar com figuras significativas para si. O recurso a ações punitivas traumática é também um exemplo desta tipologia – como fechar a criança num local que provoquem medo (APAV, 2011).

O abuso sexual é uma tipologia de mau trato que ocorre quando a criança se encontra envolvida em ato ou prática sexual com objetivo da satisfação sexual da pessoa mais velha. Isto é visível em comportamentos de importunação, exibição de conteúdo de cariz sexual, penetração anal ou vaginal, contacto entre os órgãos sexuais, prostituição da criança ou até tráfico com fins sexuais. Este é considerado uma das tipologias mais graves devido às consequências que traz para a criança envolvida (APAV, 2011).

Síndrome de *Munchausen* por procuração é uma tipologia de mau trato que diz respeito a um mau trato físico, infligido pela figura de proteção à criança através da indicação de sinais de saúde aos profissionais com vista a diagnósticos, pesquisas e até internamentos exaustivos. Isto ocorre através do uso de medicamento ou substâncias que possam gerar certa sintomatologia e através de técnica que proporcionem a

simulação certos sintomas e sinais nas crianças, com o objetivo de chamar à atenção e incentivar pesquisas clínicas sobre as possíveis problemáticas (APAV, 2011).

Já a exposição à violência interparental diz respeito à exposição da criança à violência entre os pais, sendo que por vezes existe vitimização direta por parte de um dos envolvidos no que concerne da tentativa da criança travar o conflito. As tipologias de maus tratos até agora apresentadas tratam-se de maus tratos ativos, sendo que se recorre a comportamentos que impedem a satisfação e proteção das crianças (APAV, 2011),

Contudo, ainda existem maus tratos passivos, que dizem respeito ao alheamento dos cuidadores perante a satisfação das necessidades das crianças.

Assim, são disto exemplo a negligência, que pode ser física ou psicológica, tratando-se da incapacidade de dar resposta aos cuidados de higiene, alimentação, vestuário, vida escolar, saúde (negligência física) e, demonstração de desinteresse pela criança, ausência de afeto e carinho, desinteresse pelas necessidades emocionais da criança (negligência psicológica). Estas privações colocam em causa o desenvolvimento saudável de uma criança, visto que esta não sente suprimidas as suas necessidades e sente insegurança (APAV, 2011).

Tendo estas questões em consideração, verifica-se que os maus tratos infantis se relacionam com o acolhimento residencial, visto eu ambos podem representar para a criança/jovem uma Experiência Adversa da Infância (EAI).

Por este motivo é crucial o apoio às crianças e às suas famílias, pensando-se numa intervenção precoce com o objetivo de se afastar a necessidade de recurso ao acolhimento residencial. Ou seja, sabendo-se que o acolhimento residencial deve ser uma medida a recorrer em “último recurso” deve se privilegiar outras medidas existentes. A Lei de Proteção a Crianças e Jovens em Perigo, é uma excelente ferramenta para esta problemática uma vez que nela se encontra presente esta preocupação de uma intervenção, onde a ida de uma criança para uma casa de acolhimento residencial seja a última resposta. Isto porque a criança ao vivenciar o acolhimento residencial, passa por um afastamento do seu ambiente familiar e figuras de vinculação e confiança o que lhe causa sofrimento e dificuldade na gestão das suas emoções (Peixoto & Oliveira, 2021). Ou seja, sempre que possível deve se privilegiar medidas como: apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea; acolhimento familiar (Diário da República, 1999).

## **CAPÍTULO 2 – A PROTEÇÃO JURÍDICA A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL**

### **2.1 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS**

No início do século XX, o mundo começou a estar mais alerta para as crianças refletindo sobre a sua fragilidade. Consequentemente verificou-se a necessidade de se assegurar os seus direitos, como forma de proteção dos menores. Este período foi um marco importante no que concerne à proteção de crianças visto que emergiram declarações sobre a temática, e o desenvolvimento estaria condicionado a estas questões éticas e sociais. Ora, a vulnerabilidade das crianças e jovens fez a sociedade se debruçar sobre a importância de as proteger e agir contra a violência sobre este público. Sendo indefesas tornou-se imperativo dar voz às crianças e visar a promoção dos seus direitos (Carvalho A. I., 2015).

Assim, no que diz respeito à legislação internacional sobre a temática de proteção de crianças e jovens, destaca-se como primeira referência normativa a Declaração Universal dos Direitos da Criança – “Declaração de Genebra” –, aprovada pela Assembleia da Sociedade das nações em 1924. Este documento veio regulamentar a necessidade de proteção de qualquer criança. A proteção da criança deve sempre ter em conta o respeito pela mesma assim como respetiva família, de forma que o ambiente em que a criança está inserida seja seguro e adequado para o seu desenvolvimento a todos os níveis (Carvalho A. I., 2015).

Na consequência deste despertar para a importância de se proteger os direitos das crianças, a 20 de novembro de 1959, foi promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças. Este documento destaca a importância de a criança crescer no seu ambiente familiar onde esta deve ter um espaço seguro que lhe proporcione a segurança e bem-estar necessários.

Em 1989, a Convenção Sobre os Direitos da Criança foi consagrada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 1990, Portugal homologou esta convenção tornando-se um dos primeiros países a fazê-lo (Bolieiro & Guerra, 2014). Esta convenção trouxe um contributo sobre a imagem da criança – é importante que esta seja protegida. Contudo, apesar de esta ainda ser uma imagem fragilizada da criança, no que concerne a perceber a criança como ativa nos seus direitos, este diploma demonstrou-se como uma revolução jurídica. Com isto pretende-se incentivar os indivíduos a uma maior consciência sobre a criança como um sujeito ativo de direitos e sobre a importância da

sua proteção – papel que cabe a todos os membros de uma sociedade (Bolieiro & Guerra, 2014; Carvalho, 2015).

## **2.2 LEGISLAÇÃO NACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS**

Em Portugal, os primeiros passos no que diz respeito à proteção de crianças e jovens foram dados com o decreto de 27 de maio de 1911 – Lei de Proteção à Infância (LPI), que vigorou até à década de 60. Este modelo envergava uma necessidade de proteção das crianças que pudessem estar expostas a situações de criminalidade ou situações de abandono, que representassem a sua desproteção. Este foi um passo importante no que concerne ao reconhecimento da necessidade de proteção das crianças já que foi com a LPI que se “deu início à organização de um sistema judicial de proteção às crianças e jovens” (Candeias & Henriques, 2012, p. 3). Destaca-se que foi aqui que se viu representado a distinção entre criança e adulto e foi instaurado um modelo de proteção em oposição ao modelo de justiça existente. Com esta lei viu-se edificada a primeira tutoria de infância que mais tarde originou os atuais tribunais de família e menores. Contudo, depois de Lisboa e Porto verificarem esta edificações entre 1911/1912, o resto do país teve de aguardar pela Lei de 1925 (Candeias & Henriques, 2012; Lei de Proteção da Infância, 1911).

Assim, a Lei de 1925 trouxe uma regulamentação relativa à expansão do sistema. Em seguida, na década de 40 surge a Organização Nacional de Defesa da Família. Surgiram algumas dificuldades durante a implementação da Lei de 1925 e esta sofreu uma reforma em 1962, com a aprovação do Decreto Lei (DL) nº44/88 surgindo a Organização Tutelar de Menores. Este diploma procedeu a uma grande reforma do sistema tutelar de menores e veio aplicar alterações significativas do regime jurídico vigente na matéria de proteção de crianças e jovens. O ministério público fica assim com a função de representante das crianças e jovens tendo de proteger os seus interesses. Este diploma sofreu ainda duas revisões tendo sido a primeira alteração a 23 de maio de 1967 e a segunda em 31 de julho de 1978. Esta última alteração vigora até ao ano de 2000 (Candeias & Henriques, 2012; Carvalho, 2015).

A década de 90 revela-se um marco importante na proteção de crianças e jovens em risco. Em 1991 são criadas as comissões de proteção de menores. Estas apelavam a uma participação ativa dos membros da comunidade. O DL nº184/91 promulgado a 24 de abril de 1991 destinou-se a regular a criação, competência e funcionamento das comissões de proteção. No seguinte ano de 1992 surge o regime jurídico do instituto do acolhimento familiar e a rede nacional dos centros de acolhimento temporário é criada

em 1997. Em 2001, as comissões de proteção de menores foram substituídas pelas Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Este foi um marco importante na forma como eram percecionadas as crianças – ou seja, estas já não era considerada com um “ser menor” (Candeias & Henriques, 2012; Carvalho, 2015).

Na reforma implementada pelo XIII Governo Constitucional existem dois diplomas que importa destacar – a Lei Tutelar Educativa e a Lei 147/99 – Lei de Promoção e Proteção de 1 de setembro (Candeias & Henriques, 2012).

Assim, no seguimento das preocupações do XIII Governo Constitucional e no âmbito da reforma legislativa, importa destacar um relevante diploma – Lei 147/99 – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). A ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em Portugal, no ano de 1990, impulsionou a criação da lei de proteção de crianças e jovens em perigo, que foi aprovada a 1 de setembro de 1999 tendo entrado em vigor no primeiro dia do ano de 2001. O seu principal objetivo é promover a proteção de crianças e jovens que se encontrem em situação de perigo, assim como garantir o seu bem-estar, segurança e desenvolvimento, com idade igual ou inferior a 18 anos, que estejam a residir em Portugal, seja qual for a nacionalidade. Para uma proteção eficaz da criança, é importante compreender que os seus direitos não são os mesmos de que um adulto – ou seja, os direitos de um adulto não se podem adaptar aos de uma criança e como tal tornou-se imperativo um diploma que visasse a sua proteção. Assim, é possível se perceber que “quando a criança não vive esses direitos, entramos no reino da Criança em Risco (Guerra, 2021, p. 21)”.

A Convenção sobre dos Direitos da Criança foi um documento que influenciou a criação da Lei 147/99 já que a Convenção foi nacionalmente ratificada em 21 de outubro de 1990. Nesta está presente o reconhecimento jurídico do direito de a criança ser protegida (Diário da República, 1999; Guerra, 2021; Peixoto & Oliveira, 2021).

A LPCJP nomeia a criança como até aos 18 anos de idade, contudo a proteção pode ser exequível até aos 21 anos, se o sujeito tiver solicitado essa proteção e se a intervenção tiver sido implementada antes dos 18 anos. Contudo, a alteração da lei em 2017 (lei nº23/2017) introduziu uma mudança neste aspeto – a partir daqui o jovem até aos 25 anos passa também a poder usufruir da intervenção desde que estejam a decorrer um processo educativo ou de formação profissional, sendo que mais uma vez, esta situação apenas é possível se o início tiver sido antes dos 18 anos de idade do indivíduo. Já a quarta e última alteração à Lei nº147/99 vem regularizar o estatuto jurídico das crianças e jovens estrangeiros acolhidos (Lei nº26/2018) – uma atualização necessária devido ao crescimento de receção de crianças e jovens estrangeiros em Portugal, no decorrer dos últimos anos (Guerra, 2021).

A intervenção decorre quando a pessoa de vinculação da criança ou jovem – pais, pessoa que detenha a sua guarda ou até um terceiro – possa colocá-la em perigo, assim como pode ser a própria criança a colocar-se nessa situação e não estejam a conseguir

remover a criança desse perigo. Contudo, a lei só legitima a intervenção quando a criança se encontra em perigo e não atua na redução de fatores de perigo. A intervenção também só é legitimada quando existe expresso consentimento dos pais, ou representante legal ou a pessoa que detenha a guarda de facto; a outra condição é que a criança com idade igual ou superior a 12 anos também esteja de acordo, sendo assim necessário que ocorra consentimento entre todos os intervenientes, conforme é possível verificar no artigo 7º da LPCJP. Esta intervenção ocorre por parte da CPCJ. Quando não existe o consentimento anteriormente mencionado, pode existir intervenção na mesma, contudo o processo passa para tribunal (Carvalho A. I., 2015).

As medidas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo ao abrigo desta lei têm como finalidade “a) afastar o perigo em que estes se encontram; b) proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; c) garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso” (Guerra, 2021, p. 117). Assim as medidas ao abrigo desta lei são o apoio junto dos pais; o apoio junto de outro familiar; a confiança a pessoa idónea; apoio para autonomia de vida; o acolhimento familiar; acolhimento residencial – contexto no qual foi elaborado o estudo no âmbito deste trabalho – e, ainda, a confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou instituição com vista à adoção (Guerra, 2021).

Com vista no trabalho de proteção de crianças e jovens em perigo foram criadas as CPCJ, do DL nº189/91 que foram reformuladas de acordo com a lei nº147/99. As CPCJ são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional e visam promover os direitos das crianças e jovens, assim como retirá-los da exposição a situações de perigo. As CPCJ são constituídas por uma comissão alargada e uma comissão restrita. A composição destas duas comissões encontra-se presente no apêndice I.

As CPCJ são acompanhadas e avaliadas pela comissão nacional de proteção de crianças e jovens – criada pelo DL nº159/2015, de 10 de agosto. A intervenção destas comissões de proteção acontece quando as entidades com competência em matéria de infância e juventude não consegue atuar de forma a remover a criança da situação de perigo. A comissão alargada tem a competência de desenvolver ações que promovam os direitos das crianças e jovens em perigo. Já a comissão restrita deve intervir em situação que a criança ou jovem estejam em perigo. A nível territorial, a comissão tem competência no município em que esteja sediada. No caso de municípios com reduzido número de habitantes, pode ser criada uma comissão que abranja mais que um município, assim como municípios com elevada densidade populacional podem ter mais que uma comissão, quando a necessidade assim o justifica (CNPDPJ, 2023).

### 2.2.1 AS MEDIDAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO EM PORTUGAL

Apesar de o acolhimento residencial ser a medida sobre a qual este trabalho incide, passa a apresentar-se as medidas existentes no sistema de promoção e proteção português.

As medidas podem ser, medidas em **meio natural de vida**:

- Apoio dos pais – providencia-se à criança apoios psicopedagógicos e sociais e ainda económico, se necessário. Pode também inserir-se os cuidadores em programas de educação parental;
- Apoio junto de outro familiar – a criança é colocada à guarda de outro familiar, sendo que os apoios providenciados são semelhantes aos do ponto anterior;
- Confiança a pessoa idónea – a criança é colocada à guarda de alguém com quem não tem laços familiares, mas sendo alguém que com quem a criança tem laços afetivos e confiança;
- Apoio para a autonomia de vida – faculta-se suporte ao jovem, com idade igual ao superior de 15 anos, consistindo em apoio económico, acompanhamento psicopedagógico e social assim como acesso a programas de formação que potenciem a sua autonomização;
- Confiança a pessoa selecionada para adoção – a criança é colocada à guarda da pessoa ou família candidata à adoção pela competência do órgão respetivo da segurança social;

Assim, as medidas do sistema podem ainda ser medidas de **colocação**, como é o caso de:

- Acolhimento residencial – que acontece quando a criança é colocada aos cuidados de uma instituição que providencie todos os cuidados requeridos às necessidades físicas, psicológicas, sociais e emocionais da criança assim como garanta o exercício efetivo dos seus direitos;
- Acolhimento familiar – confia-se a criança a uma pessoa singular ou família, que detenha a capacidade de responder a todas as suas necessidades, assim como providenciar à criança um ambiente seguro que promova o seu desenvolvimento integral e saudável;
- Confiança a família de acolhimento ou instituição com vista a futura adoção – acontece quando se coloca a criança sob a guarda de uma família de acolhimento ou instituição com o objetivo de futura adoção, sendo que ambos ficam encarregues de responder às necessidades da criança. Esta medida prevalece até ser decretada a adoção, não estando sujeita a revisão. Com esta medida, os progenitores perdem o direito de visita à criança (Diário da República, 1999).

Quem detém a legitimidade para a aplicação destas medidas são os tribunais e as CPCJ, sendo que estas integram o acordo de promoção e proteção. Ora, após uma medida ser aplicada terá de ser revista pelo gestor de caso e pelo técnico responsável pela coordenação, num prazo máximo de seis meses após ter decorrido a aplicação. Já a duração, execução e cessação da medida depende do caso da medida que for aplicada – ou seja, cada medida tem orientações previstas na LPCJP (Almeida I. M., 2023; Diário da República, 1999).

## **CAPÍTULO 3 – ACOLHIMENTO RESIDENCIAL EM PORTUGAL**

### **3.1 ACOLHIMENTO RESIDENCIAL EM PORTUGAL**

O acolhimento residencial é uma medida executada em regime de colocação. A aplicação desta é da responsabilidade exclusiva das comissões de proteção de crianças e jovens e dos tribunais, sendo que há uma exceção para a medida presente na alínea g), do nº1 do artigo 35º que apenas pode ser aplicada pelos tribunais (Diário da República, 1999; Guerra, 2021).

Atualmente, as respostas existentes em Portugal a nível do acolhimento residencial são unidades residenciais especializadas que se constituem em: unidade de resposta a situações de emergência; resposta a problemáticas específicas e intervenção socioeducativa e/ou terapêutica – e desde 2007, momento em que surgiram as primeiras casas especializadas e por último, as unidades de apoio à promoção de autonomia. Com a revisão da lei de 2015, os centros de acolhimento temporário e os lares de infância e juventude passaram a ser denominados de acolhimento residencial, ao invés de acolhimento institucional, como acontecia até aquela data (Diário da República, 2017; Instituto da Segurança Social, 2021; Peixoto & Oliveira, 2021).

Assim, o acolhimento residencial consiste em colocar a criança ou jovem num ambiente que disponha de “instalações, equipamentos e recursos humanos permanentes, habilitados, que garantam cuidados adequados, tendo como finalidade contribuir para a satisfação de necessidades físicas, emocionais e sociais da criança ou jovem (Peixoto & Oliveira, 2021, p. 114)”.

Esta é uma medida a que se recorre quando várias etapas falharam na vida de uma criança e não foi possível garantir a sua segurança e bem-estar na sua vivência com a sua figura de vinculação. Ou seja, não é uma resposta de primeiro recurso. Recorre-se ao acolhimento residencial quando não existe mais nenhuma alternativa viável e segura que

permita à criança deixar de estar na situação de perigo. Sendo que, a execução desta medida vê como objetivo a atingir a reintegração da criança na sua família ou meio natural de vida. Se isto não se verificar possível, prepara-se a autonomização do jovem – tendo em conta a sua idade e maturidade, ou então pensa-se sobre a questão da confiança a pessoa idónea com vista à adoção ou apadrinhamento civil.

A criança ou jovem chega até ao acolhimento residencial depois de ter ocorrido a identificação e sinalização de que se possa encontrar numa possível situação de risco. Esta identificação surge na maior parte dos casos por denúncia de um terceiro ou alguma identificação por parte dos serviços sociais. Qualquer cidadão deve reportar uma situação de risco ou perigo de crianças e jovens. A denúncia pode, por exemplo, ser efetuada no site da CNPDCJ, existindo também a possibilidade de ser realizada anonimamente (Mota C. P., 2021). São várias as situações de perigo às quais a criança ou jovem podem estar suscetíveis, podendo ocorrer de forma simultânea e serem diversas. As situações de perigo com maior prevalência são a negligência continuada, maus tratos psicológicos, maus tratos físicos, abuso sexual. Porém, é ainda representável a exploração do trabalho infantil, mendicidade, comportamentos desviantes (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022). Depois de existir a identificação da situação de perigo, na sua maioria, decorre uma decisão pelas CPCJ ou tribunais (Mota, 2021). De acordo com a LPCJP, ocorrendo o afastamento temporário da criança do seu meio natural de vida, opta-se, preferencialmente, pelo acolhimento familiar ao invés do acolhimento residencial, especialmente no que concerne às crianças com idade inferior a 6 anos, contudo a percentagem desta aplicabilidade é ainda notoriamente reduzida.

No que diz respeito à integração da criança ou jovem em acolhimento residencial, esta pode ser em modalidade de urgência ou planeada. A modalidade de urgência acontece quando é um caso de emergência. Nesta modalidade a criança precisa de proteção imediata, com a duração estimada de 48 horas, conforme o previsto no artigo 91º da LPCJP. Já no caso de uma integração planeada ocorre quando essa integração é organizada entre a entidade que aplicou a medida, a gestão de vagas e a instituição de acolhimento, assim como com a criança ou jovem e a sua família. Esta medida faz parte de um acordo de promoção e proteção que é aceite pela criança ou jovem (no caso de ter idade superior a doze anos), assim como a família. Esta medida integra também um plano de intervenção individual alicerçado numa avaliação diagnóstica sistémica e integrada da situação, assim como se baseia no modelo ecológico de intervenção.

O acolhimento residencial em Portugal tem evoluído positivamente, ainda que de uma forma lenta (Peixoto & Oliveira, 2021). Porém, em respostas como o de acolhimento temporário ou no acolhimento de emergência pressupõe-se que o acolhimento não ultrapasse seis meses – que fosse algo mesmo “temporário”; contudo, na realidade ainda se verifica que, por vezes, este período alonga-se, por não se conseguir atingir a intervenção e resolução expectável, o que pode representar períodos de angústia e sofrimento na vida destas crianças e jovens (Mota, 2021).

A intervenção tem vindo a prezar e incentivar o trabalho com as famílias biológicas, no sentido de promoção de um ambiente saudável e de bem-estar para o crescimento e desenvolvimento da criança. Pretende-se, assim, diminuir um acolhimento prolongado e privilegiar o contexto familiar. Contudo, sempre que existe uma decisão de acolhimento deve-se privilegiar o contacto da criança ou jovem com a sua família, se esta, obviamente, não revelar colocar a criança ou jovem exposta ao risco (Barbas, 2014).

O relatório de caracterização anual da situação de acolhimento de crianças e jovens – relatório CASA 2021 – destaca que existem menos 48% de crianças e jovens acolhidos passados 15 anos. A intervenção continua a ser orientada para a promoção de espaços com um menor número de acolhidos, para que o ambiente seja mais familiar, com vista a um acolhimento mais eficaz e eficiente. Nos últimos anos, o acolhimento tem vindo a receber um aumento de novas respostas especializadas e de autonomização (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022).

### **3.1.1 DADOS ESTATÍSTICOS DO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL EM PORTUGAL**

Segundo os dados mais recentes, em Portugal, encontram-se em acolhimento 8583 crianças e jovens, sendo que 18,4% deste valor, entraram em acolhimento no ano em análise (2021). Lisboa é o primeiro distrito do país com maior número de acolhimentos seguindo-se do Porto. O ano em análise representou ainda o maior crescimento em acolhimento familiar. Em 2020, o crescimento desta tipologia de acolhimento foi de 6% e no ano de 2021 de 11%, representando assim o maior crescimento dos últimos 15 anos. Este aumento deve-se a alterações legislativas e a várias ações de divulgação deste tipo de resposta. Contudo, o acolhimento residencial generalista tem uma representação de 84,8% do número total de crianças e jovens acolhidos. De todas as crianças e jovens em acolhimento, 62,1% encontrava-se em medida em meio natural de vida, antes da situação de acolhimento (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022).

Ora, quanto ao perfil destes jovens, a maior prevalência no acolhimento encontra-se na faixa entre 15 e os 17 anos, representando 33,5% do número total de acolhimentos. Em 2021 entraram mais rapazes em acolhimento (53%), sendo que a faixa etária 12-17 anos teve o maior peso nestas entradas – 57% (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022).

Destaca-se como aspeto positivo o número de crianças e jovens por casa de acolhimento. No continente, 51% das casas tem menos de 15 residentes; nas regiões autónomas a percentagem sobe para 82%. Estes números revelam a continuação de um trabalho orientado no modelo presente na atual legislação que defende um número menor de residentes por casa, com o objetivo de tornar o acolhimento mais eficaz, seguro

e mais centrado nas necessidades individuais de cada criança ou jovem assim como proporcionar um ambiente mais próximo, já que o acolhimento familiar em Portugal tem pouca expressão (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022).

Existe maior representatividade no acolhimento de jovens entre os 12 e os 17 anos – 3265. Já que no concerne às características destas crianças e jovens acolhidos as problemáticas comportamentais são as que apresentam maior representação – 26%, 1652 indivíduos. Os problemas de comportamento estão mais presentes nos jovens com idades entre os 15 e 17 anos (50% destes problemas encontram-se nesta faixa etária), sendo que estão ligeiramente mais identificados em jovens do género masculino. Verificando-se o grau de gravidade destes problemas, 73% são ligeiros e estão associados à fase da adolescência referindo-se à impulsividade, atitude de desafio e oposição. À medida que o grau de gravidade destes problemas aumenta, a incidência no género masculino aumenta também – 84% dos problemas graves está no género masculino (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022).

### **3.2 ACOLHIMENTO RESIDENCIAL: DO ACOLHIMENTO À CESSAÇÃO DA MEDIDA**

A medida de acolhimento residencial passa por uma série de etapas desde que se prepara o acolhimento até à cessação da medida. Conforme se abordou ao longo desta monografia, o acolhimento residencial é uma medida à qual se recorre como último recurso, quando outras medidas demonstraram ser insuficientes ou inadequada para retirar a criança da situação de risco. Assim, esta medida trata-se de uma colocação temporária da criança ou jovem, aos cuidados de uma instituição que garantam todas as necessidades para a prestação de resposta de todos os cuidados necessários para a criança. O acolhimento residencial pretende proporcionar um ambiente seguro com todas as condições necessários para um desenvolvimento necessário da criança (Diário da República, 1999).

Segundo o regime de execução do acolhimento residencial – DL n<sup>o</sup>164/2019, como primeiro passo apresenta-se a preparação, acolhimento e avaliação diagnóstica. É aqui que a criança ou jovem é ouvida e informada sobre a medida – isto tendo em conta a respetiva maturidade e capacidade de compreensão, no sentido de perceber o sentido da intervenção e passar-se à preparação para a integração na respetiva CAR. Recorde-se que existe também a impossibilidade desta preparação, nos casos que se tratam de uma situação de acolhimento de emergência – sendo que nestas situações, a responsabilidade está nas mãos da CPCJ ou tribunal (uma destas entidades aplica a medida), técnico gestor do processo e da CAR. Ainda neste passo a criança é informada sobre os seus

direitos, sobre as razões que motivam a execução da medida, sobre o funcionamento da respetiva CAR. A família do acolhido também é informada sobre a execução da medida, assim como pode ser permitida a sua participação no processo de promoção e proteção. Aqui também se dá a troca de informação relevante entre a entidade responsável pela gestão do processo e a CAR sendo: a avaliação de Planos de Intervenção Individual (PII) anteriores, a situação que originou a aplicação da medida, todas as necessidades específicas do acolhido e os recursos necessários a serem disponibilizados pela CAR (Almeida I. M., 2023; Diário da República, 2019).

Avançando-se para o segundo passo, trata-se da elaboração e concretização do PII. Este plano é elaborado pela equipa técnica em cooperação com as entidades integrantes do processo de promoção e proteção, envolvendo a criança acolhida e família – salvo decisão judicial em contrário e com posterior articulação com o técnico gestor do processo. Neste processo está presente os objetivos construídos com base nas necessidades da criança ou jovem, as estratégias e ações que irão permitir atingir esses mesmos objetivos, assim como os recursos necessários para esse processo e respetiva duração. Após a concretização do PII este carece de monitorização e avaliação. A importância do PII reside no facto de este ver plasmado todos os objetivos que o acolhido pretende atingir assim como um plano de intervenção desenhado que o conduza a esta concretização, tendo sido pensado todos os recursos, ações e duração temporal prevista para o alcance desses mesmos objetivos. Trata-se de uma ferramenta mapeadora dos caminhos de intervenção com as crianças e jovens em acolhimento residencial (Carvalho B., 2021; Diário da República, 2019).

Já na terceira fase, está presente a execução e avaliação da medida sendo responsabilidade da equipa técnica da CAR em articulação com o técnico gestor do processo e em conjunto com um contato efetuado com outras entidades onde a criança acolhida se encontre integrada (como a escola, saúde, entre outros). Conforme já referido em pontos anteriores, em caso de não existir uma inibição judicial, a família do acolhido também deve estar presente nesta fase. Aqui também se deverá promover atividades que promovam as competências relacionais, pessoais, sociais e familiares da criança acolhida (Carvalho B., 2021; Diário da República, 2019).

Avançando-se para o quarto passo, chega-se à revisão da medida. Esta situação está prevista no artigo nº62 da LPCJP e é onde se reflete sobre os resultados da execução da medida de acolhimento residencial e se avalia o projeto de promoção e proteção, escutando-se a criança ou jovem acolhido e respetiva família, sendo elaborado um parecer pelo técnico gestor de processo em articulação com a equipa técnica da CAR. Esta revisão ocorre quando se atinge o prazo previsto na decisão judicial ou decorridos prazos menores do que seis meses. Desta revisão pode resultar substituição da medida, prolongamento ou até cessação. A decisão decorrente desta análise e a sua respetiva fundamentação é depois encaminhada para a CPCJ ou para o tribunal (Almeida I. M., 2023; Diário da República, 2019).

E por fim, na última fase trata-se da cessação do acolhimento. É neste passo que resultante da articulação do técnico gestor de processo e CAR e com o envolvimento da criança e família, se trabalha a saída da CAR – isto pensando-se em questão de reunificação familiar. A família biológica pode por vezes não estar envolvida neste passo quando se trata de uma saída para um apadrinhamento civil, adoção ou até processo de autonomia. Após este passo de cessação do acolhimento, a CAR deve ainda mostrar-se disponível por um período mínimo de seis meses para manter contato com as entidades, de modo a apoiar a criança ou jovem. Sempre que se verificar alguma situação que perturbe a vida da criança ou jovem deve efetuar-se uma nova sinalização da questão junto da CPCJ ou tribunal (Almeida I. M., 2023; Carvalho B., 2021; Diário da República, 2019).

### **3.2.1 FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE UMA CAR**

Recorde-se que as CAR estão organizadas em três modalidades: as unidades para respostas de emergência; a unidade para resposta a problemáticas específicas e intervenção terapêutica e ainda, as unidades de promoção de autonomia (Diário da República, 2017).

Já no que concerne à natureza da instituição, esta pode ser pública ou cooperativa, social ou privada mediante os acordos de cooperação celebrados com o Estado – tendo como exemplo, IPSS que promovam as suas atividades na área da infância e juventude, consoante o disposto no artigo nº52 da LPCJP. (Diário da República, 2017; Diário da República, 2019).

A nível de capacidade de uma CAR, recomenda-se uma capacidade máxima de 15 crianças e jovens, por unidade residencial. Isto porque se crê que uma CAR com capacidade mais reduzida, com um ambiente mais familiar e acolhedor será um meio de promoção para o fortalecimento das relações entre o grupo de crianças e jovens acolhido/as assim como destes para com os seus cuidadores. Contudo, de natureza excecional e devida fundamentação a Segurança Social pode autorizar um número maior de acolhido/as (Diário da República, - DL nº164/2019, de 25 de outubro, artigo 12º, 2019).

Já no que diz respeito aos recursos humanos, a CAR dispõe de uma articulação entre a equipa técnica, equipa educativa e equipa de apoio. Contudo, para além disto sempre que necessário é possível se recorrer a serviços e entidades na comunidade. A equipa técnica é composta por profissionais multidisciplinares, sendo que é obrigatório interventores com formação mínima de licenciatura nas áreas de psicologia e trabalho

social – sendo que o diretor/a técnico/a é selecionado de um destes. A equipa educativa é composta por profissionais, de preferência com formação e competências que possibilitem prestado o apoio socioeducativo necessário às crianças e jovens acolhidos, tendo em conta as funções de um auxiliar de ação educativa. Já a equipa de apoio é composta obrigatoriamente por colaboradores de serviços gerais (Diário da República , 1999).

Conforme abordado anterior, a integração de crianças e jovens na CAR pode ser devidamente planeada ou de caráter urgente – sendo que esta última tem a duração prevista 48 horas e atualmente todas as CAR possuem estas vagas de urgência. Seja qual for a modalidade de integração na CAR, deve privilegiar-se a admissão de crianças ou jovens que residam no mesmo distrito da CAR com base no contínuo trabalho de manutenção dos laços afetivos e de vinculação para com a família ou suas figuras de referência. Isto claro, tendo sempre em conta o superior interesse da criança e as suas vontades, quanto esta já é capaz de manifestá-las. Sempre que possível, deve também ter-se o cuidado de não se separar irmãos, para que os laços afetivos possam ser fortalecidos durante o tempo de acolhimento (Almeida, 2023; Diário da República, 1999).

## **PARTE II – O SERVIÇO SOCIAL NUMA CASA DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL**

### **CAPÍTULO I - O SERVIÇO SOCIAL E A FUNÇÃO DE DIREÇÃO TÉCNICA NUMA CAR**

O/a assistente social é um dos profissionais que constitui a equipa técnica multidisciplinar do acolhimento residencial e como tal, importa refletir sobre qual o seu papel e quais as competências necessárias para o desempenho das funções num contexto tão particular e desafiante. Ora, esta área social dispõe de várias competências abrangentes e globais para as mais diversificadas áreas do Serviço Social, contudo praticar uma ação concreta pode fazer toda a diferença e como tal importa que o profissional disponha de algumas ferramentas a que possa recorrer nesta área específica que é o acolhimento residencial (Florêncio et al., 2021). O Serviço Social é “uma profissão

complexa que requer formação contínua ao longo do seu exercício (Florêncio et al., 2021, p. 2513)”. Como tal, o modo de atuação de cada profissional revela valores e conhecimento na ação da sua prática. Contudo, o/a assistente social é também um(a) profissional que se encontra em constante transformação e evolução face aos diversificados desafios com que se depara nos vários contextos da sua realidade interventiva. Esta adaptação à realidade contexto de intervenção deve-se ao facto de o/a assistente social ser um(a) interventor social que procura conhecer a realidade do contexto em que procura intervir, de modo a que a sua intervenção seja adequada e direcionada para o mesmo (Florêncio et al., 2021).

Assim, no contexto de acolhimento residencial, o(a)s assistentes sociais são “figuras alternativas que podem e devem permitir a reorganização de laços afetivos para que esta população se sinta mais segura facilitando assim a intervenção (Florêncio et al., 2021, p. 2511)”. Ora, se existe a possibilidade de o indivíduo acolhido conseguir reorganizar os seus laços de vinculação, a relação entre este e o/a interventor social será de grande valorização, visto que o/a assistente social poderá recorrer à fomentação de uma relação saudável e segura, de modo a que esta incentive a criança ou jovem em acolhido a se sentir mais recetiva e confiante em relação à intervenção (Mota & Matos, 2010).

O trabalho de pesquisa de Florêncio e seus colaboradores (2021) destaca o conhecimento da legislação portuguesa sobre a proteção de crianças e jovens em perigo como um saber do meio essencial visto que vai ao encontro direto com o importante saber procedimental de ter a competência de esclarecer os indivíduos sobre os seus direitos e deveres, logo esta o exercício destas competências é fundamental e encontra-se conectado.

Destaca-se ainda que outra competência que está em total concordância é que “os profissionais de intervenção social, por sua vez, identificam os problemas, intervindo ao nível da capacitação e na resolução dos mesmos (Shirley, 2015, p. 40)” - com estas estratégias, o/a assistente social reforça as competências e confiança das crianças e jovens acolhidos. Em concordância, o saber-fazer relacional está relacionado com os recursos relacionais visto que tendo em conta as relações e a qualidade das mesmas estabelecidas irá incentivar o sucesso da intervenção desenvolvida pelo profissional. Já quanto à dimensão do saber-fazer cognitivo destaca-se a importância de ter capacidade de tomar decisões (Florêncio et al., 2021).

É também essencial que o/a assistente social em âmbito de acolhimento residencial tenha a capacidade de recorrer a serviços e apoios. Ou seja, o/a assistente social tem a função de promover a articulação do acolhido e a comunidade, respetivos serviços e sua família (Florêncio et al., 2021).

Tendo estas questões em consideração, apresenta-se oportuno refletir sobre a relação existente entre o Serviço Social e a função da direção técnica numa CAR.

Segundo a LPCJP a direção técnica da CAR tem de possuir “formação mínima correspondente a licenciatura nas áreas de psicologia e trabalho social” (Diário da

República, 1999, artigo 54º)”. No caso da CAR Casa do Vale, a Direção Técnica (DT) tem formação em Serviço Social. O Serviço Social tem sido uma área que tem providenciado um contributo bastante relevante no que concerne à proteção de crianças e jovens. Esta área foi revelando-se pertinente no cuidado a este público, sendo prova disso a evolução legislativa associada à proteção, inclusive se olharmos para o apresentado anteriormente. O/a Assistente Social com a função de DT tem a responsabilidade de coordenar e administrar a respetiva resposta social (Almeida I. M., 2023; Brinca, et al., 2020).

Em primeira fase, importa identificar que o/a Assistente Social, como função de DT em uma CAR assume-se como gestor de caso. Ou seja, tem como responsabilidade o acompanhamento do programa de acolhimento da criança ou jovem. Assim, a DT de uma CAR tem no seu dia a dia tarefas como:

- Monitorizar o processo da criança ou jovem no sistema de acolhimento;
- Efetuar a gestão do seu PII assim como operacionalizar os seus objetivos;
- Incentivar os laços afetivos entre o acolhido e os cuidadores da CAR (equipa técnica, educativa e de apoio);
- Sinalizar constrangimentos e oportunidades do acolhido na sua integração na CAR e inserção do grupo;
- Elaborar o diagnóstico de acontecimentos, comportamentos dos acolhidos que acompanha;
- Providenciar respostas às necessidades básicas e materiais (respostas de saúde, vestuário, alimentação, material escolar, entre outros);
- Assegurar a implementação do projeto institucional;
- Planear, organizar, supervisionar o plano de atividades da CAR (em conjunto com a equipa técnica);
- Garantir expectativas dos recursos humanos;
- Promoção de um trabalho em rede, através de parcerias com entidades e serviços da comunidade;
- Gestão de meios e recursos da CAR;
- Elaboração e supervisão do cumprimento da regulamentação e normas da CAR (Almeida, 2023; Gomes, 2010).

Com esta diversidade de tarefas é possível considerar-se que a DT numa CAR tem como funções a supervisão, o incentivo das relações interpessoais e a identificação das necessidades institucionais assim dos envolvidos neste contexto. Verifique-se ainda que estes aspetos se relacionam com os traços da profissão de Assistente Social que Amaro (2015) nos apresenta: mediação de escala, acesso e relação (Almeida I. M., 2023; Amaro, 2015; Brinca, et al., 2020).

## **CAPÍTULO 2 – A CAR “CASA DO VALE”**

### **2.1 A CAR “CASA DO VALE” – ENQUADRAMENTO DO LOCAL DE ESTÁGIO**

A Casa do Vale é uma CAR fundada pela IPSS Crescer Ser – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família. O estágio aqui desenvolvido decorreu sob a orientação da DT da Casa do Vale – Dra. Ana Moutinho e também com a supervisão pedagógica e científica da Professora Doutora Joana Brinca (FPCEUC).

A Casa do Vale está sediada no bairro social de Contumil que se localiza na freguesia de Campanhã, no distrito do Porto. Esta casa dispõe de 13 vagas e destina-se ao acolhimento de jovens em perigo, nomeadamente rapazes com idades entre os 12 e 18 anos, sendo que com a mais recente atualização da LPCJP o acolhimento poderá ser prolongado até aos 25 anos, mediante solicitação do jovem e havendo a existência de um compromisso formativo ou profissional. A CAR abriu portas a 22 de março de 2004, tendo isto sido possível devido a uma parceria entre a Câmara Municipal do Porto e o Centro Distrital de Segurança Social do Norte.

A IPSS Crescer Ser tem mais cinco CAR pelo país. Uma delas também se localiza no Porto e destina-se a acolher crianças pequenas de ambos os géneros. Assim, a Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família, surgiu no ano de 1986 tendo sido criada por um grupo de magistrados que sentiu a pertinência de fazer algo mais que contribuísse para a proteção de crianças e jovens em perigo. Tendo este desejo em mãos avançou-se para a abertura da primeira CAR, no ano de 1989, fruto de uma colaboração com a Câmara Municipal de Oeiras, onde abriu portas uma casa com capacidade para 10 crianças. Em 1997 e resultado da parceria contínua com esta mesma Câmara que construiu uma nova casa de raiz, esta CAR mudou assim de instalações, e surgiu a Casa do Parque – CAR, com capacidade para 14 crianças, com idades entre os 0 e os 12 anos de idade. Mais tarde, a Crescer Ser vê surgir a segunda CAR da IPSS, construída pela Câmara Municipal de Cascais, a Casa da Encosta – com capacidade para 12 crianças, da mesma faixa etária anteriormente apresentada (Crescer Ser, 2023).

Já no ano de 1994, a Câmara Municipal de Loures cedeu à Crescer Ser um apartamento, que permitiu fundar a Casa do Infantado – com capacidade para 12 crianças, entre os 0 e os 12 anos. Dois anos mais tarde, 1996 é quando se vê surgir a primeira CAR a norte, no Porto, abre a Casa de Cedofeita, destinada às mesmas idades, com condições para o acolhimento de 10 crianças (Crescer Ser, 2023).

Foi no ano de 2004 que a Crescer Ser se iniciou o projeto de acolhimento de jovens do género masculino – entre os 12 e 18 anos de idade – tendo sido aberta a Casa do Vale e a Casa da Ameixoeira (em Lisboa). Entretanto esta última casa encontra-se encerrada e aguarda previsão de mudança para novas instalações. Em 2007, foi construída uma nova CAR – Casa do Canto - em Chão de Couce – Leiria, que acolhe jovens raparigas, tendo capacidade para 23 acolhidas (Crescer Ser, 2023).

Assim, a Crescer Ser vê como seu principal objetivo a promoção e divulgação dos direitos das crianças em jovens em perigo. Pretende-se também que através do acolhimento seja possível perspetivar com as crianças e jovens e suas famílias, os seus projetos de vida e autonomia. Posto isto, a associação conta com os seguintes valores:

- “Promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens;
- Prosseguir o superior interesse da cada criança e jovem;
- Dar prevalência à solução familiar promovendo a parentalidade positiva;
- Respeitar o tempo útil da criança e jovem;
- Garantir a qualidade do acolhimento de cada criança e jovem;
- Promover soluções inovadoras e criativas a favor das crianças e jovens;
- Promoção da autonomia e da inserção comunitária das crianças e jovens;
- Promover a abertura à comunidade e contribuir para o desenvolvimento social (Crescer Ser, 2023)”.

Assim, cumprindo a linha de atuação das fases da medida de acolhimento residencial, conforme o anteriormente apresentado no ponto do capítulo 3, *3.2 Acolhimento Residencial: do acolhimento à cessação da medida* pode conhecer-se o plano de intervenção da CAR Casa do Vale no apêndice II.

## **2.2 RECURSOS HUMANOS DA CASA DO VALE**

No que diz respeito aos recursos humanos da Casa do Vale, estes são constituídos pela Direção Técnica, Equipa Técnica, Equipa Educativa, Equipa de Apoio. A DT representa a superior hierárquica nesta CAR – é composta por uma Assistente Social. Recorde-se que para esta função é necessário que o profissional possua como habilitação mínima qualquer Licenciatura na área das Ciências Sociais e Humanas. A Direção Técnica tem como seus deveres:

- Garantir condições que promovam a proteção e bem-estar dos jovens;
- Coordenar a elaboração do plano de atividades e relatório de avaliação;
- Garantir o cumprimento do regulamento interno;
- Programar, supervisionar, avaliar as atividades desenvolvidas na CAR;

- Assegurar que todos os jovens tenham o seu projeto de vida definidas e o seu processo de promoção de proteção adequado e revalidado;
- Articular com as estruturas da comunidade envolvente e nomeadamente entidades com matéria em infância e juventude;
- Convocar e dinamizar as reuniões das diferentes equipas de modo a articular o trabalho em equipa;
- Tratar da gestão da CAR;
- Informar todos os envolvidos na CAR – jovens e adultos sobre os seus direitos e deveres;
- Zelar pela conservação e manutenção de todos os espaços da CAR;
- Promover o desenvolvimento técnico e profissional de todo o pessoal afeto à CAR através de formação e orientação técnica (Casa do Vale, 2023).

A Equipa Técnica é composta por 1 Psicóloga e 2 Técnicos Superiores de Educação Social. Esta equipa tem como principais responsabilidades:

- Promover o acolhimento dos jovens em conformidade com os direitos e deveres dos mesmos;
- Elaborar e concretizar o projeto de promoção e proteção do jovem, envolvendo o próprio e sua família;
- Elaborar o PII e promover a sua implementação;
- Participar na elaboração do plano anual de atividades e relatório de avaliação;
- Participar na elaboração de materiais e instrumentos de trabalho para a equipa educativas e famílias dos jovens;
- Identificar situações problemáticas que aconteçam no âmbito da CAR e acionar-se os meios, recursos e procedimentos necessários à sua resolução (Casa do Vale, 2023).

Já a Equipa Educativa é constituída por 7 ajudantes de ação educativa. As suas principais funções são:

- Proceder ao acolhimento dos jovens em conformidade com os direitos e deveres dos mesmos;
- Cooperar na definição do projeto de vida dos jovens;
- Organizar e promover atividades lúdico-pedagógicas com os jovens;
- Respeitar cada jovem, as suas capacidades e limitações;
- Contribuir para o desenvolvimento das relações interpessoais, de modo a criar um ambiente acolhedor, de confiança e segurança, baseado no respeito mútuo entre todos os que vivem e trabalham na Casa do Vale;
- Trabalhar com os jovens a capacidade de responsabilização para com as diferentes tarefas da CAR – quer sejam tarefas de âmbito escolar ou ligadas à higiene, alimentação e arrumação;

- Promover a escuta ativa dos jovens;
- Registrar no diário de bordo todas informações pertinentes tendo em conta os procedimentos;
- Manter a casa em questões de higiene, arrumação e conforto;
- Manter o sigilo de todas as informações relativas aos jovens dentro e fora da casa (Casa do Vale, 2023).

A Equipa de apoio da CAR é composta pela Encarregada de Serviços Gerais, Auxiliar de Serviços Gerais e Cozinheira. Estes elementos têm como seus deveres:

- Contribuir para o desenvolvimento das relações interpessoais, de modo a criar um ambiente acolhedor, de confiança e segurança, baseado no respeito mútuo entre todos os que vivem e trabalham na Casa do Vale;
- Respeitar cada jovem, as suas capacidades e limitações;
- Transmitir todas as informações pertinentes para a melhoria da CAR;
- Assegurar tarefas de confeção alimentar (cozinheira) e de limpeza, mantendo a Casa do Vale em condições de higiene, arrumação e conforto;
- Manter sigilo de informações relativas aos jovens (Casa do Vale, 2023).

## **CAPÍTULO III – ARTICULAÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES E ATIVIDADES EXERCIDAS NA CAR “CASA DO VALE”**

### **3.1 A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO**

A nível das atividades desenvolvidas em contexto de estágio, começa-se por destacar o **processo de integração**. Sendo que a estagiária optou por selecionar como modalidade de trabalho final de mestrado, a *Monografia de Estágio*, é sugerido que o estudante contacte uma entidade do seu interesse para se perceber a viabilidade da realização do estágio, com vista à atividade de investigação sobre a qual incide a Monografia de Estágio. Depois de se obter feedback positivo para se avançar com o estágio na CAR Casa do Vale avançou-se para a ultimação dos detalhes necessários e agendamento da data de início para o estágio.

Na CAR Casa do Vale todas as informações relevantes sobre o funcionamento da CAR e questões sobre as rotinas e vida dos jovens, são previamente comunicadas aos mesmos, em momento de Reunião de Jovens. Como tal, a data de início de estágio da aluna e quais os objetivos do mesmo foram previamente anunciados aos jovens. Esta questão foi

contributo positivo para a integração da estagiária na CAR, visto que motivados por já estarem ocorrentes da entrada de uma nova estagiária na CAR, os jovens demonstraram curiosidade e interesse sobre as motivações que conduziam o percurso da estagiária à Casa do Vale.

Desde o início do processo de integração, sempre se fomentou as relações interpessoais da estagiária quer com todos os trabalhadores da CAR quer com os jovens, o que contribuiu para uma integração mais facilitadora.

Desde o primeiro dia, a estagiária teve a oportunidade de conhecer todos os espaços da CAR, os elementos das várias equipas (Técnica, Educativa, Apoio), os jovens assim como respetivas rotinas, dinâmicas e práticas de intervenção na CAR.

O processo de integração e o empenho na construção das relações interpessoais revelou-se fundamental para o estabelecimento de uma relação de confiança e para a definição da atividade de investigação.

Ainda nesta fase, a estagiária teve a oportunidade de se dedicar à análise de documentos que regulamentam a prática da CAR – regulamento interno, relatório anual de atividades e projeto modelo educativo da CAR. Procedeu-se também à pesquisa e respetiva análise bibliográfica, legislativa e documental relacionada com a temática do acolhimento residencial e proteção de crianças e jovens em perigo.

### **3.2 ANÁLISE PROCESSUAL INDIVIDUAL**

**A análise dos processos individuais dos jovens permitiu compreender a estrutura dos mesmos.** Cada capa do processo possui um *separador 1* – relativo à Ficha de Processo de Admissão. Aqui é possível encontrar-se o documento sinalizador de admissão – relativo à solicitação do acolhimento; a lista de pertences do residente; a gestão de conta e outros documentos pessoais. Já no *separador 2* encontra-se o registo cumulativo. Dentro deste separador encontram-se várias dimensões da vida da criança ou jovem: a) saúde: histórico de acompanhamentos e medicação – os seus contatos médicos, histórico de medicação, registo de consultas, análises e exames médicos; b) contexto familiar; c) contexto escolar/formativo d) contexto comunitário; e) informações jurídicas; f) contexto institucional – incluindo folhas de ocorrências e a avaliação semanal da criança/jovem na CAR. Por último, apresenta-se o *separador 3* que inclui informações relativas ao PII – objetivos, avaliações. Com esta ferramenta do dossier facilmente é possível obter-se uma visão global do residente ao longo do seu tempo de acolhimento e encontram-se todas as informações necessárias para consulta imediata. Assim, esta organização do processo individual de cada jovem, segue o modelo residencial espanhol *SERAR*, orientado pelo Dr. Jorge del Valle (Casa do Vale, 2023).

### **3.3 PARTILHA DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS (AÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A CAR)**

Acompanhamento da DT da CAR na participação em uma **aula aberta de Mestrado** em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Este momento permitiu compreender a importância de parcerias e a importância da abertura da CAR à comunidade, assim como conhecer o modo como a Casa do Vale e a IPSS Crescer Ser se dão a conhecer ao público. Aqui compreendeu-se a importância deste tipo de iniciativas, em primeiro lugar para os estudantes, permite providenciar uma visão clara daquilo que é o trabalho de um profissional da área social no contexto de acolhimento residencial – isto potencia o desenvolvimento do conhecimento sobre o contexto, assim como pode incentivar a que futuros profissionais se interessem pela área e se motivem em estudá-la e investigá-la. O fato de divulgar o contexto do acolhimento residencial à comunidade e respetivo trabalho desta CAR sensibiliza a comunidade para esta temática assim como os alerta para a importância do seu envolvimento e trabalho em equipa, ou seja, todos os cidadãos podem e devem ter um papel ativo na proteção de crianças e jovens em perigo – seja na identificação de situações de risco por exemplo, seja na colaboração com as respostas sociais. Em conjunto, todos podem fortalecer o trabalho de proteção à infância e juventude.

### **3.4 PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DE EQUIPA DA CAR**

A **participação em reunião de equipa da CAR** foi outro dos momentos em que a estagiária esteve integrada. Estas reuniões ocorrem consoante se revele necessário, sendo previamente agendadas pela DT da CAR e contam com a presença da Direção Técnica, Equipa Técnica, Equipa Educativa e Equipa de Apoio. Estas reuniões providenciam à Equipa da CAR um momento de partilha, reflexão e debate sobre as questões que envolvem a Casa, os jovens e a intervenção. Num momento inicial a Diretora da Casa partilha com a equipa assuntos, informações e atividades programadas. Numa fase posterior, todos são convidados a lançar para a discussão assuntos de sua preocupação na Casa para que em conjunto se debata a problemática, em busca de uma resolução ou alteração na forma como se atua. Isto pode incluir por exemplo o desempenho e organização de tarefas na Casa, práticas de atuação junto dos jovens, preocupações com determinados comportamentos, ações e sentimentos dos jovens

assim como atualizações sobre a situação de algum dos rapazes. Esta oportunidade de partilha revela-se um momento importante pois através da discussão, reflexão, organização e planificação das questões e preocupações a Equipa em conjunto tem aqui um momento que incentiva à melhoria da qualidade da intervenção.

### **3.5 PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE ADMISSÃO DE ACOlhIMENTO NA CAR**

Durante o seu percurso de estágio, a estagiária teve ainda a oportunidade de conhecer e observar o **processo de admissão de acolhimento na CAR**. Foram admitidos dois novos jovens na CAR – por transferência de instituição e outro por primeiro acolhimento residencial.

Recorde-se o capítulo desta monografia, localizado na Parte I, Capítulo 3, 3.2 *Acolhimento Residencial: do acolhimento à cessação da medida..* A admissão de um acolhimento passa por várias fases: em primeiro lugar, surge a necessidade de acolhimento de uma criança ou jovem esse pedido é feito pelas entidades com respetiva competência (tribunal, CPCJ). Depois de recebido esta pedido na CAR são solicitadas as informações disponíveis relativas à criança ou jovem – que são fornecidas à instituição de parte da entidade que executou a medida. Como terceiro passo, a CAR toma a decisão sobre a admissão de acolhimento – após isto, comunica-a ao Centro Distrital do Instituição de Segurança Social (ISS, I.P.), sendo que em caso de indeferimento do pedido tem de fazer chegar a esta última entidade, o parecer com as razões explicitadas. Em seguida, existe uma preparação da Equipa Técnica para a admissão do acolhimento – analisa-se as informações da criança ou jovem e seu contexto. Se bem, recorde-se que em caso de acolhimento com modalidade de urgência esta preparação já não é tão adequadamente possível. Após isto, avança-se para a abertura do processo individual do acolhido, com base em todas informações rececionadas. Por último, prepara-se toda a equipa da CAR e os acolhidos para a nova admissão.

Verificou-se que todo este é um processo delicado e sensível visto que vai uma vez estes jovens sentem que terão uma nova adversidade para enfrentar – no caso, adaptar-se a uma nova casa, a um novo grupo de pares e a um novo conjunto de adultos que terão um papel ativo na sua orientação nas várias questões dos seus quotidianos e vida diária. Tanta informação de “novidade” pode parecer uma etapa um pouco assustadora para estes jovens que já trazem uma bagagem repleta de desafios e adversidades. Como tal, revelou-se que uma preparação adequada e um processo de admissão de acolhimento cuidado, pensado, dedicado foi fundamental. O ato de saber receber e saber acolher estes

novos residentes é de grande importância. Na receção destes jovens a estagiária pôde acompanhar as várias fases. Nos dois casos observados, os jovens começaram por entrar na CAR e conhecer os espaços e pessoas acompanhados por uma figura de vinculação de sua referência. Isto permitiu providenciar segurança e tranquilização neste espaço que para primeiro contato é tão desconhecido e até temido. Para além destas figuras, esteve presente um elemento da Equipa Técnica e Equipa Educativa e quando possível, até um elemento de ambas as equipas. Acompanhados da pessoa de sua confiança com quem chegaram foram convidados a conhecer todos os espaços da casa, assim como o seu quarto, respetivos elementos de todas as equipas – Técnica, Educativa e de Apoio assim como a breve descrição das suas funções na CAR e também os jovens já residentes que se encontravam presentes na casa neste momento. Apesar de terem sido só duas admissões de acolhimento isto permitiu à estagiária uma visão muito esclarecedora desta realidade e deste momento, isto porque os seus dois jovens eram necessariamente indivíduos com características diferentes o que revelou a necessidade de se adaptar o processos de admissão de acolhimento às suas especificidades – os jovens demonstram diferentes reações à entrada e acolhimento na CAR pelo que todo este processo de conhecerem os espaços, rotinas e pessoas foram ajustados às suas necessidades e aos seus ritmos.

### **3.6 ANÁLISE DOS PII DOS JOVENS RESIDENTES NA CAR**

Em seguimento, outras das atividades da estagiária prendeu-se com a **análise dos PII dos jovens residentes na CAR**. Conforme já mencionado anteriormente este instrumento ilustra a base de intervenção com a criança ou jovem. Aqui encontram-se explanados os objetivos para cada acolhido, as ações de vida diária que vão permitir que se alcance esses mesmos objetivos, assim como os recursos e faixa temporal necessária para se atingirem. Para a estagiária conhecer este instrumento técnico tratou-se como a leitura e conhecimento de “um guia” sobre o que se faz, como se vai intervir com cada jovem e quais os passos que vão dados para responder às necessidades individuais de cada um. Conforme o *Manual de processos-chaves: Centro de Acolhimento Temporário* elaborado pelo (Instituto da Segurança Social, I.P, 2007) nos apresenta existem vários passos no que toca à elaboração dos PII. Estas etapas encontram-se descritas no apêndice III.

### **3.7 DESLOCAÇÃO EM SERVIÇO EXTERNO – BANCO ALIMENTAR**

A estagiária também concretizou **tarefas de apoio** às rotinas da CAR e respetiva equipa educativa. Elenca-se, as idas ao **Banco Alimentar**. A CAR dispõe de parceria com esta entidade, que apoia a casa em géneros alimentares, sendo que os mesmos são recolhidos aquando horário agendado, nos seus armazéns localizados em Perafita. Esta tarefa é por norma realizada por um ou dois elementos da Equipa Educativa, dependendo dos recursos humanos disponíveis, sendo que em caso de indisponibilidade de algum funcionário, um membro da Equipa Técnica assume o apoio. Sempre que o horário escolar o permitia, também iam a este local os jovens disponíveis na casa, no sentido de colaborarem a acomodar e organizar os alimentos na carrinha para o respetivo transporte até casa. Esta é uma tarefa que onde se considera pertinente a envolvimento dos jovens sempre que possível, pois como prática interventiva da CAR destaca-se a envolvimento de todos nas tarefas diárias da casa. Ou seja, é sempre incutido o sentido da CAR como ambiente familiar, onde todos devem colaborar nas tarefas de vida diária que surgem para dar respostas. Em geral, o observado é que os jovens gostam bastante de colaborar. Esta fomentação do espírito de equipa com vista à Casa que todos partilham – sejam os adultos, sejam os jovens residentes, é uma prática de intervenção que faz parte do dia-a-dia na CAR. Foi muito interessante a visão obtida através da envolvimento nesta atividade – alguns jovens demonstraram preocupação com os adultos, querendo até colaborarem no transporte das “coisas mais pesadas”.

### **3.8 PARTICIPAÇÃO E OBSERVAÇÃO DE ROTINAS**

A **participação e observação das rotinas** foi outras das atividades que a estagiária teve a oportunidade de estar envolvida. Durante o período de estágio observou-se os vários momentos dia-a-dia na CAR – as rotinas de manhã, tarde e noite. No período da manhã as rotinas iniciam-se com o **acordar dos jovens** – em período letivo, os rapazes estipulam num quadro planificado para o efeito o horário em que desejam ser acordar, se irão almoçar na casa, ou então se precisam de levar uma refeição para o almoço consigo. Para além deste recurso, os/as cuidadore(s) também dispunham de todos os horários escolares, sendo que com estes dois recursos os/as cuidadore(a)s fazem uma gestão do tempo que cada jovem pode demorar a chegar à sua escola ou compromisso formativo apoiando no ato de acordar e se preparem – vestirem, tratem da higiene, organizarem o quarto antes de saírem. Alguns jovens demonstraram mais

autonomia para acordarem sozinhos, contudo o apoio do educador revelou-se pertinente nestas rotinas pois para alguns custa mais a acordar e a despertar para as suas rotinas.

Durante a tarde é o momento de os jovens começarem a **regressar à casa** consoante os seus horários. Este é um momento descontraído, onde a maior parte dos rapazes lancham, pelas 17h30, em conjunto, conversam e trocam impressões sobre os seus dias quer entre eles e também com os adultos presente.

No período **antes do jantar** as rotinas que foram observadas consistem em alguns jovens que têm explicações de apoio a alguma disciplina, ao estudo nos seus quartos, aproveitarem para passar as suas roupas a roupa ou quando estão com um dia mais livre – jogarem playstation, computador, cartas ou outro jogo que lhes suscite o interesse. Este período do dia termina com o banho antes do jantar.

A estagiária também esteve várias vezes presente no momento do **jantar**. Este é o momento do dia onde todos os residentes se encontram. Sempre que possível tenta-se que exista pelo menos um adulto por mesa.

Após isto, alguns jovens dividem-se entre jogar playstation ou computador, falarem com os seus familiares, passarem algum tempo nos seus telemóveis, conversarem, verem um filme ou usufruírem do jardim quando o tempo assim o permite. Os jovens que assim pretendem ceiam e sobem para os seus quartos até às 22h30. Sendo que, os jovens que assim preferem sobem mais cedo para descansar. A estagiária também conseguiu acompanhar este momento do **deitar**. É um momento importante, onde alguns jovens demonstram a valorização que dão ao afeto, ao cuidado e a importância que para eles tem que um adulto os ajude a aconchegar nas suas camas. É também momento de se irem desligando as luzes, computadores e procederem à entrega dos seus telemóveis.

Pode encontrar-se a descrição em mais detalhe, destas rotinas acompanhadas pela estagiária, no apêndice IV.

### 3.9 ATIVIDADES PERIÓDICAS

A nível de **atividades periódicas** no dia-a-dia da CAR foi possível observar os **jogos de futebol** que decorrem entre os rapazes, um membro da Equipa Técnica e por vezes algum membro da Equipa Educativa e alguns ex-residentes, todas as segundas-feiras, sempre que a organização da CAR assim o permitir. Estes jogos decorrem sempre ao fim da tarde, depois das aulas em um espaço cedido por uma instituição perto da CAR.

Quinzenalmente, após jantar, decorre a **reunião de jovens** onde lhes são comunicadas informações relativas à casa e às suas rotinas, assim como os jovens

apresentam certas questões e problemas que querem ver resolvidos e onde são também convidados a trazer sugestões.

Na quinta-feira, após jantar, os jovens interessados tem o gabinete **princepitos** aberto. É uma atividade dinamizada por uma profissional da Equipa Técnica onde os rapazes podem solicitar os seus cuidados de beleza – depilações, sobrancelhas, barba, corte de unhas entre outros cuidados estéticos. Tudo numa atmosfera de relaxamento, onde acompanhados por um chá são convidados e incentivados para a importância de tratarem de si.

### **3.10 ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES EXTRACURRICULARES**

A nível de **atividades extracurriculares** também existiu a oportunidade de a estagiária conseguir acompanhar alguns jovens nas suas atividades. Nomeadamente, observou-se alguns jovens nas atividades de: Trial bike, natação e kickboxing. Nunca se pretendeu que o acompanhamento da estagiária fosse algo imposto para efeitos do seu estudo ou como resposta às suas vontades – o convite para o acompanhamento dos jovens surgiu sempre de parte dos mesmos; consoante o tempo de permanência na CAR da estagiária foi desenvolvendo as relações interpessoais com os jovens foram se fortalecendo e alguns começaram a perceber a estagiária como figura de confiança. Foi curioso perceber que alguns jovens rapidamente desistiam de frequentar certa AEC e outros demonstraram um empenho e interesse crescer. Afinal, a adolescência é um período por excelência para a experimentação e novos papéis e desenvolvimentos de novas competências (Veríssimo, 2002). Como tal, alguns jovens acabam se sentir enquadrados e identificados com certa AEC enquanto outros descobriam que afinal não a AEC “não era bem aquilo que pensavam”. Contudo é essencial que exista o espaço e oportunidade para eles experimentarem visto que passarem por testes é fundamental para o seu desenvolvimento. Estas questões serão exploradas na *Parte III - Atividade de investigação*, da presente monografia.

### 3.11 ATIVIDADES LÚDICAS

As atividades lúdicas são entendidas como momentos que representam espaços de descontração, onde através do recurso a este instrumento pedagógico há a oportunidade para aquisição de novos conhecimentos; o que potencia vantagens para desenvolvimento integral destes jovens (Couto, 2011; Melz & Varoto, 2015).

Exemplos destas, enumera-se o jogo “UNO”, jogos de “cartas”, *Monopoly*, *construção de puzzles* que numa fase inicial funcionaram muito bem como “quebra gelo” – a estagiária ia respondendo positivamente à solicitação destes pedidos para jogar, sendo que representavam muitos onde os jovens da CAR poderiam conhecer melhor a estagiária assim como gostavam de usufruir deste espaço para se apresentarem a si próprios.

Outra das solicitações frequentes foram os pedidos para **andar de bicicleta** – os rapazes demonstraram interesse, onde acompanhados por um adulto, veem a possibilidade de por vezes se distanciarem dos conflitos da casa ao mesmo tempo que usufruem dos espaços livres nos arredores da CAR. Destaca-se esta atividade como relevante para a definição da identidade e papel enquanto estagiária e como figura de autoridade.

Ainda a nível das atividades desenvolvidas, destaca-se o desafio que foi lançado à estagiária para que colaborasse com a estagiária do Mestrado em Psicologia na construção da **atividade de Halloween**. Esta é uma tradição na CAR bastante valorizada pelos jovens – todos os anos esta celebração é festejada na casa com desafios ou jogos especiais. Assim, preparou-se uma atividade com a temática principal - *Os Medos* – conforme sugerido pela psicóloga da CAR.

Assim, criou-se uma dinâmica denominada “*Labirinto dos Medos*”. Para a atividade, separaram-se os jovens da casa em pequenos grupos, onde estes eram convidados a passar por várias estações e fazerem os desafios – e iam avançando em jeito de “caça ao tesouro”.

Esta atividade providenciou trabalhar o incentivo à participação individual e qual a sua importância; reforço da confiança – uma vez que tiveram de se sentir confiantes para em grande grupo partilharem questões relativas aos seus medos; importância do reconhecimento das qualidades e capacidades do outro, visto que foram-se incentivando consoante as competências de cada jovem, para dar respostas aos diferentes desafios apresentados.

É possível encontrar-se a descrição mais detalhada destas atividades, no apêndice V, da presente monografia.

## **PARTE III - ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO**

### **CAPÍTULO I – ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO**

#### **1.1 A PERTINÊNCIA DA ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO**

Por atividades extracurriculares (AEC) entende-se as atividades organizadas e estruturadas para crianças e jovens, que não se encontrem inseridas no currículo. A participação nestas atividades é de forma voluntária com um sentido de compromisso e cumprimento das respectivas regras. Estas atividades são dinamizadas sob a supervisão de um adulto. Pretende-se que os jovens que participem em atividades extracurriculares desenvolvam e aperfeiçoem as suas técnicas e competências (Mahoney et al., 2005; Soares J., 2012).

A partir dos anos 90, começou-se a atribuir-se maior importância à capacidade da sociedade contribuir para a formação dos indivíduos e suas habilitações, visto que uma sociedade cujos indivíduos consigam potenciar e desenvolver as suas competências seria uma sociedade com vista ao progresso e desenvolvimento. Conscientizou-se a importância do estabelecimento de políticas que potenciassessem o desenvolvimento dos indivíduos e consequentemente da sociedade. Com esta consciencialização, para além da visão de prevenção e resolução problemáticas dos jovens – a perspectiva existente até à data; passou a englobar-se um olhar orientado para o desenvolvimento saudável e positivo dos jovens, tendo em conta a importância de lhes ser proporcionado oportunidades que promovam o seu desenvolvimento positivo e que sejam potenciadas as suas competências e conhecimentos. Capacitando-se os jovens promove-se também a redução de exposição ao risco e perigo e da propagação das suas problemáticas. Ou seja, esta perspectiva apresenta que para além da resolução dos problemas dos jovens é essencial uma abordagem que potencialize as qualidades dos indivíduos (Soares J. , 2012).

Recorde-se que a fase da adolescência é uma fase de experimentação de papéis e assim este período é um momento oportuno para o desenvolvimento de competências, habilidades. É um período ideal para os jovens se conhecerem melhor a si próprios, compreenderem aquilo que gostam de fazer, perceberem em que áreas se destacam de forma a melhorar e investirem nas suas competências e obterem preparação adequada para o futuro e início da vida adulta. A fase adulta irá representar mais um desafio na vida do jovem, pois será um novo período da sua vida e como tal, quanto melhor preparado estiver para enfrentar aquilo que é desconhecido, maior será a possibilidade de ultrapassar com facilidade os constrangimentos desta nova etapa (Veríssimo, 2002).

Recorde-se que o acolhimento residencial é uma medida aplicada ao abrigo da Lei 147/99 – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Como tal, importa refletir sobre as estratégias que contribuam para a redução do risco e do perigo referente às crianças e jovens que as CAR acolhem. Assim, importa compreender-se a importância que a frequência de AEC's tem para os jovens que residem em acolhimento residencial.

Há que ter em consideração, que o acolhimento residencial não representa um acontecimento único, mas sim um conjunto de sucessivos acontecimentos e por vezes, períodos complicados e traumáticos, na vida de crianças e jovens. Assim, o acolhimento representa um conjunto de vários fatores e características. As instituições e a identidade de crianças e jovens são diversificadas, o que resultará em um impacto de acolhimento diferente na vida de cada acolhido. A qualidade das instituições de acolhimento é variável no que concerne à formação, organização laboral, rácio acolhido-cuidador, qualidade de alimentação e de espaços físicos da instituição, assim como do ambiente e estratégias educativas; sendo que tudo isto influenciará de formas distintas as crianças e jovens acolhidos – que também possuem características e traços individuais diferentes (Ijzendoorn et al., 2020; Pereira, 2021).

Segundo o estudo de Ijzendoorn e seus colaboradores (2020), verifica-se que a institucionalização se associa a um atraso significativo no desenvolvimento das crianças e jovens que vivenciaram este processo. Estes atrasos verificaram-se a nível do crescimento físico, cognição, atenção e em menor associação no desenvolvimento socio emocional e saúde mental. Comparando o padrão de vinculação de crianças em acolhimento com crianças a crescer nas suas famílias biológicas verificou-se que a vinculação segura com crianças institucionalizadas (24%) é significativa inferior do que na população normativa (62%) (Ijzendoorn, et al., 2020).

Quanto ao impacto benéfico, destaca-se a rápida recuperação desenvolvimental aquando da desinstitucionalização, sendo a principal recuperação a nível físico e perímetro craniano/encefálico e ainda uma recuperação, ainda que menos evidente, no desenvolvimento cognitivo e socio emocional. Em contexto adotivo e de acolhimento familiar, as crianças em análise conseguiram desenvolver vinculação segura apesar dos seus períodos adversos (Ijzendoorn, et al., 2020).

As diferenças individuais de cada acolhido conduzem a uma recuperação mais rápida ou lenta, tal como, variáveis contextuais (pré institucionais e pós institucionais) e variáveis do acolhido (vulnerabilidade, resiliência). Assim as variáveis contextuais pré institucionais dizem respeito às razões que conduzem uma criança ao acolhimento e aos riscos sob os quais esteve exposta, sendo que as variáveis pós institucionais relacionam-se com a família e os seus recursos, a qualidade do cuidado pós institucional e ainda as diferenças individuais existentes no cuidado parental. Já as variáveis do acolhido referem-se aos fatores pessoais relacionadas com a própria criança – como fatores

genéticos característicos da criança (o seu desenvolvimento, trajetória de vida, efeitos de privação, regulação psicológica). Tudo isto são fatores que prestam um contributo no percurso da duração temporal da recuperação da criança ou jovem face à sua saída do acolhimento. (Ijzendoorn, et al., 2020).

Assim, tratando-se o acolhimento residencial de um momento complexo e sensível, por vezes pode não atingir os pressupostos desta medida de proteção podendo ameaçar o desenvolvimento pessoal do acolhido e, pode até incentivar a existência de fatores de risco quando a criança e jovem percebe este momento como de insegurança e ameaça ao seu conforto e bem-estar. Se por um lado, o acolhimento residencial pretende promover a proteção dos acolhidos, por outro ponto de vista pode expor a criança ou jovem a outros riscos, tais como a dificuldade em conceber relações seguras e de proximidade, afastamento de um sentimento de pertença assim como uma rutura na identidade familiar (Anjo, 2014; Pereira, 2021; Sousa, 2015).

Por outra perspetiva, os jovens que se encontram em acolhimento residencial passam a estar protegidos, seguros e com vista à promoção do seu bem-estar ao invés de estar suscetíveis à exposição de situações de perigo. Sendo que a casa de acolhimento se torna um espaço de extrema importância na vida destes jovens, esta tem um papel essencial a nível da proteção emocional. As relações afetivas e de proximidade são algo “essencial na formação de identidade, pelo que é fundamental que os educadores favoreçam interações afetivas estáveis e recíprocas, pois alguns serão modelos identificatórios positivos (Gaspar, 2014, p. 92)” (Gaspar, 2014; Pereira, 2021; Soares V., 2018).

Mesmo entre o grupo de pares da mesma casa de acolhimento, as relações afetivas poderão se desenvolver já que os acolhidos partilham algumas das mesmas dificuldades e características, quer seja na dificuldade ao entrar na casa de acolhimento, problemáticas familiares, sociais, escolares, de integração e pelo facto de viverem e partilharem o mesmo espaço. Apesar de alguma instabilidade originada pela entrada e saída de jovens na casa de acolhimento poderão surgir relações significativas por compreenderem que os seus colegas partilham as mesmas dificuldades e vivenciam constrangimentos similares aos seus; por entenderem que o outro jovem também poderá calçar “o mesmo sapato que o meu” (Mota & Matos, 2010; Pereira, 2021).

Estas questões demonstram assim a pertinência da investigação. Pretende-se conhecer qual a importância que os jovens residentes em resposta de CAR e os/as seus/suas cuidadore(a)s identificam na frequência atividades extracurriculares. A atividade de investigação possibilitará a capacidade de se refletir sobre de que forma se usufrui de uma AEC retirando desta os seus benefícios de construção de identidade, experimentação de papéis, desenvolvimento de competências e conhecimento, redução de exposição ao perigo e respetivas problemáticas, destes jovens que se encontram em situações de fragilidade e vulnerabilidade e que tanto necessitam de proteção.

Acresce ainda a falta de publicações, trabalhos e estudos desenvolvidos nesta temática de investigação, revelando o caráter de inovação e criatividade da presente monografia.

## **CAPÍTULO 2 - DESENHO DA INVESTIGAÇÃO**

### **2.1 PERGUNTA DE PARTIDA**

A questão de partida da atividade de investigação pretende transmitir o que os investigadores pretendem explorar. A formulação desta questão é o ponto de partida para atividade de investigação e como tal deve ser clara e pertinente (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Assim, a questão de partida desta atividade de investigação foi a seguinte: “Qual o impacto que as atividades extracurriculares (AEC) produzem nos jovens acolhidos na Casa do Vale”? Para se conseguir atingir os objetivos desta investigação pretende-se compreender as perceções que as e jovens e dos/as seus/suas cuidadore(a)s têm sobre a temática.

Depois de elaborada a questão de partida avança-se para o objeto geral e específicos da investigação, com o propósito de orientar e coordenar o processo de pesquisa e estudo da temática. O objeto geral ilustra a temática a ser explorada numa perspetiva abrangente. Já os objetivos específicos são mais concretos procurando apresentar especificamente as questões sobre as quais a investigação pretende incidir (Almeida I. M., 2023; Freixo, 2013; Moreira, 1994).

### **2.2 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

Assim sendo, o **objetivo geral** da presente investigação apresenta-se como compreender e analisar os contributos da participação em atividades extracurriculares para os jovens que residem em acolhimento residencial. No que diz respeito aos **objetivos específicos**, a investigação procura:

1. Caraterizar o perfil sociodemográfico dos jovens e cuidadores da CAR;
2. Compreender a (in)existência de interesse dos jovens na participação das AECs da Casa de Acolhimento “Casa do Vale”;
3. Identificar as AECs que despertam mais interesse na Casa do Vale ou noutra CAR que o jovem frequentou;

4. Conhecer a frequência de acompanhamento dos jovens pelos seus cuidadores na ida às AECs;
5. Conhecer as perspetivas dos jovens e seus/suas cuidadore(a)s, relativamente à participação das AECs (na atualidade e na preparação para a vida futura);
6. Identificar benefícios, constrangimentos e obstáculos da frequência de AECs na CAR.

## **2.3 RESULTADOS ESPERADOS**

Já no que concerne aos resultados esperados, com esta investigação espera-se conseguir compreender a importância das AEC para a vida atual e futura dos jovens que se encontram em resposta de CAR. Além disto, pretende-se identificar constrangimentos no acesso às AEC de interesse dos jovens, para que possa possibilitar se refletir sobre alternativas de se combaterem e ultrapassarem esses mesmos constrangimentos. Para além disto, com esta investigação, espera-se conseguir proporcionar oportunidade de reflexão para os/as profissionais no que concerne à identificação de estratégias para o incentivo à participação e investimento em AEC.

## **CAPÍTULO 3 - COMPONENTE METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO**

### **3.1 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO**

No que concerne à componente metodológica, para esta investigação recorreu-se à metodologia mista. Segundo Bryman (2012) a utilização de métodos mistos “pode fornecer uma melhor compreensão de um fenómeno, do que se fosse apenas utilizado um tipo de método (p. 649)”.

Destaca-se como vantagens de recurso a esta metodologia o facto de se obter uma perspetiva mais alargada da realidade e uma recolha de dados mais ampla. Isto porque ao se recorrer a esta metodologia o investigador detém a capacidade de ter uma visão sobre o objetivo de investigação baseada em dois focos sendo possível retirar-se o melhor de cada instrumento (Carvalho K. M., 2018).

Assim, a metodologia mista representa “adotar, num mesmo estudo uma metodologia que pode combinar técnicas e métodos de recolha de dados (Coutinho, 2013, p. 355)”. Desde os anos 90 que esta metodologia se encontra em utilização crescente. Esta utilização permite ao investigador uma melhor resolução da sua pesquisa ao invés de vincular apenas a um paradigma, tirando assim o melhor partido de cada, tendo em vista se atingirem melhores resultados com a investigação (Coutinho, 2013).

### **3.2 UNIVERSO E AMOSTRA**

Os/as participantes da investigação são os sujeitos sobre os quais se recolhem os dados para o estudo. Ou seja, são os elementos selecionados sobre os quais os resultados do estudo incidem. Segundo Charles (1998, p.145) citado por Coutinho (2013) a amostra trata-se de “um grupo de sujeitos ou objetos selecionados para representar a população inteira de onde provieram” (Coutinho, 2013, p. 89).

No presente estudo a amostra é de natureza não probabilista – os/as participantes foram selecionados pela investigadora em função do que se pretendia analisar e da respetiva disponibilidade. Assim, a amostra é uma parte da população que foi selecionada para a recolha de dados.

Do universo do presente estudo, fazem parte todos os indivíduos pertencentes à CAR Casa do Vale. A CAR Casa do Vale é uma casa de acolhimento residencial, localizada no bairro de Contumil, na freguesia de Campanhã, no distrito do Porto. Deste universo, alguns indivíduos não estarão incluídos na amostra, pelos critérios de exclusão em seguida apresentados.

Para a amostra foram selecionados os/as profissionais da Equipa Técnica e Equipa Educativa da CAR Casa do Vale, visto que são estes que têm contato direto no acompanhamento dos jovens relativamente à sua frequência de AEC's e excluídos os elementos da Equipa de Apoio que não acompanham os jovens nas AEC, visto não ser a sua função. No que diz respeito aos jovens, foram selecionados aqueles que se encontravam a residir na CAR aquando o momento de recolha de dados. Posto isto, foram entrevistados 10 cuidadore(a)s e inquiridos 10 jovens da CAR.

### 3.2.1 CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A investigação obteve a participação de 10 cuidadore(a)s e 10 jovens da CAR Casa do Vale.

A caracterização sociodemográfica mais detalhada dos jovens da CAR está presente no apêndice IX e a dos/das cuidadore(a)s da CAR no apêndice X, juntamente com análise das respostas obtidas por via das técnicas de recolha de dados, sendo que aqui se optou por destacar os pontos mais pertinentes.

Enquanto os jovens residentes da CAR são 100% do género masculino, já os/as seus/suas cuidadore(a)s encontram-se divididos em 50% do género masculino e 50% do género feminino.

A nível de habilitações académicas, os/as cuidadore(a)s da CAR dispõem de ensino secundário (40%); Licenciatura (50%) e Mestrado (10%). As suas áreas de formação variam entre o Serviço Social, Psicologia, Educação Social, Direito, Auxiliar de Ação Educativa, Refrigeração e Climatização. Ainda se verificou uma expressão de (20%) que não especificou a sua área, em resposta à respetiva questão. Destaca-se ainda que 40% da amostra, são cuidadore(a)s pertencentes à Equipa Técnica e os restantes pertencentes à Equipa Educativa e eleva-se também o facto de 60% dos cuidadore(a)s possuir habilitações a nível do ensino superior, em áreas relevantes para o trabalho em acolhimento residencial, nomeadamente Serviço Social, Psicologia, Educação Social e Direito.

Quando questionados sobre a experiência profissional, ou seja, exercício das funções, os/as cuidadore(a)s inquirido/as, trabalham na CAR Casa do Vale, numa média situada entre os 11 anos e 3 meses. Com isto, é possível considerar que a equipa de cuidadore(a)s da CAR apresenta pouca rotatividade no tempo de exercício de suas funções, o que será um benefício para a presente investigação, tendo em conta que conhecem bem os jovens da CAR, os seus gostos, as preferências e a forma como estes se relacionam com as atividades extracurriculares.

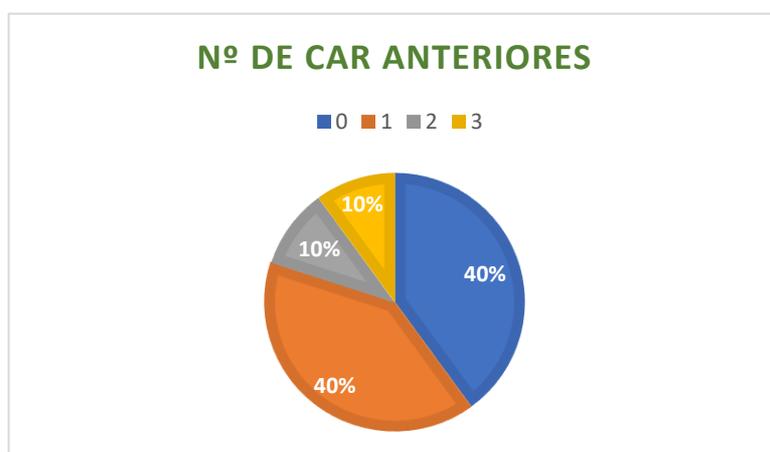


Gráfico 1 - Respostas à questão 2.1 "Há quanto tempo desempenha funções na Casa do Vale"

Quanto jovens da CAR entrevistados, a sua média de idade encontra-se nos 16,3 anos. Já a média temporal de residência na CAR Casa do Vale é cerca de 2 anos e meio.

Destaca-se ainda que para (40%) dos jovens entrevistados, a Casa do Vale representa a sua primeira Casa de Acolhimento Residencial.

Os restantes (60%), já tinham residido em outras CAR. Nomeadamente deste conjunto de jovens, que já passou por outra casa de acolhimento, (40%) residiram apenas em mais 1 outra CAR, para além da Casa do Vale; (10%) residiu em mais 2 CAR para além da Casa do Vale e, os restantes (10%) – que simbolizam um entrevistado nesta amostra, residiu em 3 CAR, para além da atual.



*Gráfico 2 - Respostas às questões b) "A Casa do Vale é a primeira Casa de Acolhimento Residencial?" e b1) "Se não, em quantas Casas de Acolhimento esteve anteriormente?"*

### **3.3 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS**

Na presente atividade de investigação privilegiou-se o uso de diversos instrumentos de recolha de dados. Numa primeira fase optou-se pela revisão e análise bibliográfica e documental e, numa segunda fase, para a recolha de dados selecionou-se a aplicação de entrevista aos jovens da CAR e inquérito por questionário aos/às cuidadore(a)s.

Optou-se pela escolha do inquérito por questionário aplicado aos/às cuidadore(a)s porque é uma técnica que despende menos tempo no acesso à recolha dos dados pretendidos para o estudo. Por outro lado, revelou-se prudente optar pela recolha via entrevista junto dos jovens, visto que desta forma a investigadora consegue aprofundar

os resultados obtidos e clarificar as questões efetuadas, superando constrangimentos a nível da compreensão das questões e na exploração das respostas.

A investigadora salienta a importância da fase da integração e a possibilidade de fomentação das relações interpessoais com os jovens como sendo primordial para uma investigação sem resistência e por outro lado, para aprofundar o conhecimento por parte da investigadora sobre o método de recolha de dados mais adequado a aplicar.

Tanto a entrevista como o inquérito por questionário foram previamente sujeitos à apreciação da DT da CAR assim como da orientadora científica, para se garantir a pertinência e adequação dos instrumentos aos objetivos da investigação.

### **3.3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL**

A revisão e análise bibliográfica é uma técnica que consiste na identificação, recolha, análise de dados teóricos produzidos em investigações de outros/as autores/as, cuja informação se está relacionada com a temática que se pretende investigar (Coutinho, 2013).

Sabe-se que “um dos primeiros propósitos de uma investigação é gerar informação que possa contribuir para uma melhor compreensão de um fenómeno social em estudo, o que implica, necessariamente, identificar toda a investigação anterior relevante com a qual esse fenómeno se relaciona (Coutinho, 2013, p. 59)”. Ou seja, a revisão de literatura representa o primeiro passo para o arranque da atividade de investigação. Esta técnica permite estabelecer-se uma ponte entre a informação teórica já existente sobre o tema e o problema que o estudo pretende investigar (Coutinho, 2013).

No caso do presente estudo, procedeu-se à recolha de informação através da leitura de livros, relatórios, legislação, artigos e revistas científicas, dissertações de mestrado, websites, informação documental do local de estágio e bases de dados de plataformas certificadas e bibliotecas.

Para além da recolha de dados, a revisão e análise bibliográfica permitiu à estagiária desenhar a investigação, desde o planeamento, reajustes e por último, a análise dos resultados (Coutinho, 2013).

### **3.3.2 ENTREVISTA**

A entrevista é um método de recolha de dados que pretende a “obtenção de informação através de questões que são colocadas ao inquirido pelo investigador (Coutinho, 2013, p. 141)”. As questões podem ser de tipologia variada: “abertas, fechadas ou mistura de ambas (Coutinho, 2013, p. 141)”. No caso da presente investigação recorreu-se a ambas as tipologias.

Optou-se por aplicar a entrevista aos jovens da CAR pelo motivo apresentado anteriormente. Esta técnica permite interação entre o investigador e o entrevistado, o que a torna numa ferramenta muito proveitosa visto que o investigador consegue obter esclarecimentos adicionais, no caso da resposta não ser clara, ao contrário de outras técnicas. A entrevista permitiu a exploração das respostas dadas, cooperando para o aprofundamento das mesmas e para a recolha de dados mais pertinentes para o estudo (Coutinho, 2013).

A entrevista aplicada aos jovens da CAR foi desenhada pela investigadora e o seu guião encontra-se presente no apêndice VI. No apêndice VIII encontra-se presente a Declaração de Consentimento Informado, apresentada à Diretora Técnica da CAR Casa do Vale.

### **3.3.3 INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO**

O inquérito por questionário foi outra das técnicas de investigação a que se recorreu nesta monografia. Em particular, para recolha de informação junto dos/as cuidadore(a)s da CAR.

O inquérito por questionário é uma técnica de recolha de dados que consiste na recolha de informação auscultando os participantes da investigação. Assim, através do inquérito por questionário pretende-se “incidir sobre atitudes, sentimentos, valores, opiniões ou informação factual, dependendo do seu objetivo, mas todos os inquéritos envolvem sempre a administração de perguntas a indivíduos (Coutinho, 2013, p. 139)”.

Ao contrário da entrevista, no inquérito por questionário as questões são aplicadas via formulário. Quando se trata de uma entrevista, as questões são realizadas pelo investigador (Coutinho, 2013).

O questionário revela diversas vantagens para o investigador como a diminuição de tempo na recolha de informação. O questionário desta investigação foi aplicado diretamente, em modo presencial. No entanto, para aplicação dos questionários, é requerido um nível mínimo de literacia de leitura que tem de ser avaliada e pensada consoante a população a quem se pretende aplicar este instrumento (Coutinho, 2013).

Tendo estas questões em consideração, o inquérito por questionário aplicado aos cuidadores da CAR é de elaboração própria da investigadora e encontra-se presente no apêndice VIII, juntamente com a Declaração de Consentimento Informado.

### **3.4 ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS**

Na presente investigação, para a análise e tratamento de dados recorreu-se a referenciais quantitativos e qualitativos, com o objetivo de se compreender mais detalhadamente e aprofundadamente a temática do objeto em estudo (Quivy & Campenhoudt, 2008).

A nível quantitativo, procedeu-se a uma análise estatística simples, através do cálculo de percentagens e médias. Esta metodologia foi utilizada na análise dos resultados de algumas questões das entrevistas (de tipologia fechada) e nas questões dos inquéritos por questionário (Coutinho, 2013).

Já no que concerne à metodologia qualitativa, e para tratamento dos dados, principalmente das questões de tipologia aberta, adotou-se a análise de conteúdo, entendida como “um método muito utilizado para a análise de texto, e utiliza-se na análise de dados de estudos em que os dados tomam a forma de texto dito ou escrito (Coutinho, 2013, p. 217)”.

Assim, esta técnica de tratamento de dados revelou-se pertinente à presente investigação visto que se trata “de um conjunto de técnicas que permitem analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados “chave” que possibilitem uma comparação posterior (Coutinho, 2013, p. 217)”.

Desta forma, ressalva-se que se recorreu da análise por estatística para questões de tipologia fechada, como é o caso da caracterização do perfil dos jovens e do/as seus/suas cuidadore(a)s.

### 3.5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A presente investigação contou com a participação de 10 jovens residentes na CAR Casa do Vale e 10 profissionais, percecionados como sendo seus cuidadore(a)s. Destes cuidadore(a)s, 4 integram a Equipa Técnica da CAR e os/as restantes estão inseridos na Equipa Educativa.

Com o intuito de dar resposta aos objetivos propostos nesta investigação, neste capítulo serão apresentados os resultados. No ponto seguinte, serão discutidos os resultados obtidos, quer por via de entrevista aplicada aos jovens, quer por via de inquérito por questionário aplicado aos/às cuidadore(a)s.

A análise aprofundada das respostas obtidas nas entrevistas aos jovens, encontra-se presente no apêndice IX desta monografia. Já a análise aprofundada dos resultados obtidos por via de inquérito por questionário, aplicado aos/às cuidadore(a)s da CAR, encontram presente no apêndice X.

A caracterização sociodemográfica de ambos os participantes envolvidos na investigação, já foi apresentada no anterior ponto *3.1.1 Caracterização da Amostra*, pelo que neste capítulo se opta por apresentar os resultados mais direcionados à temática em estudo – a frequência de atividades extracurriculares.

Considera-se que o ponto de partida essencial para esta análise, se prende com o facto de compreender o nível de interesse existente na CAR Casa do Vale, para a frequência de AEC's. Dando assim resposta a um dos objetivos específicos delineados para a presente investigação, verifica-se que atualmente 69% dos jovens, frequenta AEC e os outros 31%, não frequenta. Para não frequentarem atualmente as AEC os jovens apresentam como motivos:

E7; *“o fim do ano letivo, conduziu ao fim da AEC”*;

Por sua vez, um entrevistado apresenta interesse, mas revela não frequentar por não se encontrar atualmente em,

E1: *“condições de bem-estar mental e psicológico”* que permitam frequentar a atividade que deseja.

Ainda o E8 refere,

*(...) “estar há pouco tempo na Casa do Vale”* - tempo este que se coadunou com o término do ano letivo escolar e interrupção para férias das atividades extracurriculares.

Antevendo as experiências com as AEC's, 50% dos jovens frequentava AEC em outras CAR's, 10% destes não frequentava e, para os restantes 40% esta considerou-se uma

questão não aplicável, visto que para esta percentagem de jovens a CAR Casa do Vale, é o primeiro acesso à resposta de Acolhimento Residencial.

Os jovens enumeram ter frequentado AEC's como futebol (a AEC que apresentou maior representatividade, identificada por dois jovens); Taekondo; Natação; Teatro; Futsal; Equitação; Ténis; Catequese. Todas as anteriores AEC's identificadas (com exceção do futebol) foram apenas sinalizadas por um jovem, como frequentadas nas suas anteriores CAR.

Segundo estes resultados, foi possível perceber o interesse dos jovens em atividades da área desportiva.

Refletindo-se sobre esta questão, percebe-se que é normal a existência de tanta diversidade de AEC's visto que a sua frequência deve ir ao encontro das suas preferências e daquilo que cada jovem pretende explorar e aprender, desenvolvendo assim competências pessoais, sociais e relacionais. Recorde-se ainda que, por vezes, o acolhimento residencial representa um momento complexo e sensível e quando não são alcançados os pressupostos desta medida, o jovem pode encontrar momentos de insegurança e de desinteresse. Como tal, é essencial que o acolhimento residencial promova o acesso a atividades que permitam uma redução de exposição de fatores de risco e perigo.

A frequência de AEC's pode tornar-se vantajoso nesse sentido, visto que, através das mesmas, os jovens e os/as seus/suas cuidadore(a)s conseguem identificar vários benefícios na frequência destas atividades, conforme será explorado mais à frente nesta discussão (Anjo, 2014; Pereira, 2021; Sousa, 2015).

De um modo geral, os/as seus/suas cuidadore(a)s acreditam que atualmente para os jovens da Casa do Vale predomina o **interesse** em frequentar atividades extracurricular (90%). Obteve-se uma percentagem de 10% indicando **desinteresse pela participação nas AEC's**, representando a resposta de um cuidador.

A nível da frequência com que os cuidadores acompanham os jovens nas suas AEC's, 10% da amostra enumerou que nunca acompanharam os jovens nas AEC's; 10% raramente; 68% ocasionalmente e 12% frequentemente. Assim, de forma geral, verifica-se que os jovens são maioritariamente acompanhados pelos seus cuidadores, nas idas às suas atividades extracurriculares.

Realça-se o facto de 69% dos **jovens que estão a frequentar** AEC's, destacarem as seguintes atividades: aulas de canto; trial bike; natação; teatro; futebol; Clube Candeias; Clube Ubuntu; Kickboxing; Karaté. Das **AEC's com maior adesão** destaca-se o Trial Bike, com 3 jovens a frequentarem atualmente, sendo que o tempo médio de frequência desta atividade é 2,8 anos. A natação, é outra AEC com grande prevalência de adesão, frequentada por 3 jovens. No entanto o tempo de frequência desta AEC

corresponde ao ano letivo, que terminou recentemente aquando da conclusão deste trabalho de investigação. As aulas de canto e o teatro, foram as AEC's que tiveram pouco tempo de frequência (1 mês em cada), mas das mais destacadas como interessantes e com vontade de reingresso em caso de possibilidade, por parte dos jovens que as frequentaram.

Quanto às AEC'S como o Kickboxing e o Karaté, foram frequentadas pelos jovens no período relativo ao ano letivo, que agora terminou.

Analisando as **perspetivas dos seus cuidadores**, os/as inquiridos/as, apontam o Trial Bike (33%) e o Futebol (28%) como AEC's que despertam maior interesse nos jovens da Casa do Vale, seguindo-se a Natação (22%), o Teatro (11%) e o Karaté (6%). É de destacar que apesar da prática do Futebol ser algo assíduo na Casa do Vale, os jovens não o destacaram com igual importância, tendo até destacado significativamente AEC's como o teatro e as aulas de canto, onde a frequência temporal foi significativamente menor.

Esta análise remete-nos para uma questão fundamental – a “necessidade de se encontrarem na comunidade respostas criativas e diferenciadoras, que se adequem ao perfil de cada jovem”, conforme mencionado neste excerto do I4.

Esta questão leva-nos a refletir sobre as **AEC's que os jovens mais gostam** e quais as que teriam interesse em experimentar e frequentar. Em seguimento dos dados apresentados anteriormente, os jovens da CAR Casa do Vale, identificam gostar mais de frequentar o teatro (20%) e o futebol (20%). Seguindo-se as AEC's enumeradas: aulas de canto (10%); Clube Candeias (10%); Clube Ubuntu (10%); Futsal (10%); Trial bike (10%); Karaté (10%) e Kickboxing (10%).

Já no que diz respeito a **AEC's que gostariam de frequentar**, os jovens identificam Escalada (10%); Aulas de canto (10%); Atletismo (10%); Artes Marciais (10%); Patinagem (10%); Natação (10%); Ginásio (10%); Futebol (10%); Trial Bike (10%) e Tiro ao arco (10%). Ressalva-se que aqui surgem opções que já alguns jovens da CAR frequentam, mas que outros manifestaram desejo de frequentar e ainda AEC's que se deram por término recente, como as aulas de canto, mas que se demonstrou desejo em se retomar, em caso de possibilidade de continuação.

Quando questionados sobre: “**Se pudesse escolher uma AEC para a Casa do Vale, qual a temática/área que escolhia?**”. Tendo isto em consideração, o(a)s cuidadore(a)s identificaram: atividade artística (30%); teatro (10%); atividade musical (10%); atividade desportiva (10%); alimentação saudável vs atividade física (10%); montanhismo (10%); atividades na natureza (10%) e ioga (10%).

As atividades desportivas são alvo de interesse em grande escala e isto é visivelmente percebido pelos jovens e como pelos seus/suas cuidadore(a)s. A área artística também é um ponto que ambos participantes do estudo entendem como ser de interesse, por exemplo, a importância atribuída ao teatro e às aulas de canto. Considera-se que a exploração de AEC's nestas áreas será interessante e pertinente para os jovens residentes na CAR Casa do Vale.

Quando questionados sobre quais os **benefícios que a frequência de AEC's representam para jovens**, os residentes da CAR destacam o seguinte:

O bem-estar mental e psicológico (27%) porque esta ida às AEC's simboliza,

E7: “um momento para relaxar”;

E3: “esquecer os problemas”, “não pensar em mais nada”;

E9: “trabalhar o autocontrolo”;

E1: “sentir-me feliz”.

Já a nível de bem-estar físico, 4 jovens apontam o melhoramento da condição física (15%): (E6; E7; E9; E10).

Numa ótica de questões percecionadas em si próprios, os jovens destacaram o sentido de compromisso (15%), elencado por 4 jovens (E3; E6; E7; E9), e o sentimento de realização pessoal (8%): (E2; E3).

Por sua vez, 6 entrevistados (E1; E3; E4; E6; E8; E9) apontam o desenvolvimento de competências sociais (15%) que é possível se relacionar com a questão de promoção de novas amizades (8%): (E2; E10). Ainda a nível de relações com os outros, o entrevistado E2 identifica a AEC como meio de aproximação à sua família (4%).

Possibilitando que os jovens conseguissem identificar benefícios da AEC mais além, na vida futura, 2 jovens admitem ter interesse na AEC como profissão no futuro (8%): (E3; E7).

Já os/as cuidadore(a)s da CAR Casa do Vale identificam os seguintes benefícios na participação em AEC's, a nível do desenvolvimento das seguintes competências:

Desenvolvimento de competências pessoais (36%), elencado por 8 inquiridos/as: (I1; I2; I3; I4; I7; I8; I9; I10); desenvolvimento de competências sociais (32%), enumerado por 7 cuidadore(a)s: (I1; I2; I5; I6; I8; I9; I10) e ainda, o desenvolvimento de relações interpessoais - (18%): (I5; I4; I7; I10).

A nível do bem-estar físico, 3 inquiridos percecionam um melhoramento de questões de saúde (14%): (I2; I4; I10).

Como é possível verificar-se, tanto jovens como os/as seus/suas cuidadore(a)s identificam pontos em comum como elementos positivos na frequência AEC's: o desenvolvimento de competências pessoais, como o sentido de compromisso e o sentimento de realização pessoal; a importância das AEC's na construção de novas amizades e promoção do desenvolvimento das suas relações interpessoais; a importância para a saúde física, mental e psicológica, que algumas AEC's providenciam.

Na exploração das entrevistas e a partir das respostas dos jovens nenhum deles identificou como constrangimento ou obstáculo por parte da CAR, para o facto de não se encontrarem atualmente a frequentar uma AEC, mas sim por questões pessoais – como bem-estar psicológico e mental fragilizado:

*E1: “a carga horária escolar, de momento não permite eu querer frequentar alguma AEC que exija mais compromisso e dedicação”;*

E ainda, por questões de falta de oportunidade ou vontade presente:

*E4: “simplesmente porque ainda não falei ao meu Técnico sobre querer frequentar alguma atividade extracurricular em particular”.*

Contudo, junto dos adultos, seus/suas cuidadore(a)s, a investigação procurou identificar alguns dos motivos que consideram ser **constrangimentos/obstáculos relativos à frequência das AEC's**.

Assim, 6 dos cuidadore(a)s identificaram: a falta de recursos humanos (38%): (I5; I6; I7; I8; I9; I10), o que na dinâmica de rotina da CAR se pode relacionar com a questão da incompatibilidade dos horários das AEC's com outros compromissos e rotinas da CAR (6%): (I6), assim como a nível prático com o reconhecimento da rotatividade de horários dos cuidadores (6%): (I1). Ainda numa perspetiva de constrangimentos organizacionais, foi elencado por 2 inquiridos/as a questão de falta de recursos financeiros (13%): (I8; I10).

Quanto à logística de chegar ao local onde se realizam as AEC's os/as cuidadore(a)s enumeravam como constrangimento o número reduzido de colaboradores com carta de condução (19%): (I1; I6; I8) e a falta de meios de transporte (6%): (I10).

Ainda, sobre questões relacionadas com os jovens, os inquiridos/as identificaram: baixa autonomia dos jovens (6%): (I4) e o desinteresse dos jovens (6%): (I8).

## **3.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A presente investigação procurou compreender e analisar os contributos da participação em AEC's, para os jovens que se encontram a residir em resposta de acolhimento residencial, na Casa do Vale. De forma a dar resposta, pretendeu-se analisar as perceções dos jovens e dos/as seus/suas cuidadore(a)s sobre qual a importância de frequentar uma atividade extracurricular.

Para isto, foram definidos vários objetivos específicos, aos quais se pretendeu obter resposta, com o recurso às técnicas de recolha de dados implementadas.

Tendo isto em consideração, de seguida procura-se efetuar a discussão e análise dos resultados, com base nos objetivos propostos, com o objetivo de tornar a informação mais clara e esclarecedora.

### **3.6.1 A IMPORTÂNCIA DA COMPOSIÇÃO DE UMA CAR**

Aqui, irá se proceder à discussão, dos resultados obtidos relativamente ao objetivo específico nº1: caracterizar o perfil sociodemográfico dos jovens e cuidadores da CAR.

Recorde-se que a capacidade máxima da CAR Casa do Vale é de 13 jovens. Já toda a equipa de profissionais são no total 14 elementos. Sendo que para efeitos da amostra disponível, como explicado anteriormente, participaram do estudo, 10 jovens e 10 cuidadore(a)s.

O estudo de Fonseca (2022) mostra-nos que um rácio equilibrado de jovem-cuidador(a) reduz a probabilidade de exaustão. Para além disto, o rácio jovem-cuidador(a) é apresentado como um indicador relevante na qualidade do cuidado (Fonseca L. C., 2022).

Ter profissionais saudáveis e capazes de prestar cuidado conduz-nos ao facto desta questão ser um ponto benéfico, tendo em conta que o acolhimento residencial pretende promover a proteção dos jovens, proporcionar relações seguras e de proximidade (Anjo, 2014; Fonseca L. C., 2022; Gaspar, 2014; Pereira, 2021; Sousa, 2015).

Por outro lado, olhando para o tempo médio de funções dos cuidadore(a)s da CAR Casa do Vale, verifica-se que este ronda uma média de 11 anos e 3 meses. E, tendo em

consideração o estudo de Fonseca (2022), isto pode representar um preditor da exaustão (Fonseca L. C., 2022).

Numa outra ótica, este tempo de funções ilustra pouca rotatividade quanto aos cuidadore(a)s, o que é importante para a construção de relações de proximidade. Isto porque, estas relações são muito importantes para a “formação de identidade, pelo que é fundamental que os educadores favoreçam interações afetivas estáveis e recíprocas, pois alguns serão modelos identificatórios positivos (Gaspar, 2014, p. 92)” (Fonseca L. C., 2022; Gaspar, 2014; Pereira, 2021; Soares V., 2018).

Já no que diz respeito às habilitações académicas destes cuidadore(a)s, recorde-se que 60% possui formação a nível do ensino superior. Estas habilitações apresentam-se em áreas pertinentes para o trabalho na proteção de infância e juventude, nomeadamente neste contexto de CAR. Sendo as áreas representadas – Serviço Social (20%); Educação Social (20%); Psicologia (10%); Direito (10%). A nível não superior, enumera-se ainda formação em Auxiliar de Ação Educativa (10%) – (conforme apresentado no gráfico 12 do apêndice X). Esta questão vai ao encontro do exposto na Lei nº147/99, que recomenda sempre que possível, formação ao nível da psicologia e trabalho social (Diário da República , 1999).

Analisando agora algumas questões dos jovens, verifica-se que a média de idades dos atuais residentes da CAR Casa do Vale, encontra-se nos 16,3 anos.

Segundo o Relatório CASA 2021, percebe-se que os jovens da Casa do Vale, representam parte integrante da maior representatividade de idades atual, no contexto de CAR – que se encontra entre os 12 e os 17 anos (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022)

O número de acolhidos na CAR, aquando do momento da investigação – 10, destaca-se como positivo, sendo que as diretrizes do acolhimento residencial recomendam CAR com menos de 15 residentes (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022). Ainda, o facto da CAR Casa do Vale possuir capacidade máxima de 13 jovens, revela um trabalho orientado, segundo o presente na atual legislação, que defende um número menor de residentes por CAR, com vista a proporcionar um acolhimento mais seguro, mais próximo, mais eficaz e mais centrado nas necessidades individuais de cada jovem (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022).

Por último, recorde-se que o período de acolhimento médio dos jovens que residem atualmente na CAR Casa do Vale é de cerca de 2 anos e meio. Porém, em respostas de acolhimento temporário, o desejável, é que a passagem por uma CAR fosse mesmo algo “temporário”. Ou seja, este período alonga-se, por motivos de não se conseguir atingir os objetivos de intervenção previstos, o que pode gerar nos acolhidos, período de angústia e sofrimento (Mota C. P., 2021).

### **3.6.2 AS PERCEÇÕES DOS JOVENS DA CAR CASA DO VALE E DOS SEUS/SUAS CUIDADORE(A)S SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM AEC'S**

Neste ponto, analisa-se os resultados obtidos relativamente aos objetivos específicos n<sup>o</sup>2: compreender a (in)existência de interesse dos jovens na participação das AECs da Casa de Acolhimento “Casa do Vale; n<sup>o</sup>3: identificar as AECs que despertam mais interesse na Casa do Vale ou noutra CAR que o jovem frequentou e ainda, n<sup>o</sup>4: conhecer a frequência de acompanhamento dos jovens pelos seus cuidadores na ida às AECs.

Através da análise de dados, foi possível compreender-se o interesse que os jovens da CAR Casa do Vale têm na frequência de AEC's, nomeadamente através da identificação das AEC's que mais gostam, assim como percecionando o acompanhamento que os seus/suas cuidadore(a)s lhes prestam.

Partindo do ponto de partida relativamente ao interesse em AEC's, recorde-se que os jovens que frequentavam AEC's em outras CAR eram (50%) – (conforme gráfico 13, apêndice IX) . Atualmente, a dimensão dos jovens da CAR Casa do Vale que frequentam as AEC's é de (69%) - (conforme gráfico 6, apêndice IX).

Através da análise do estudo de Carvalho & Veiga (2021) percebe-se a tendência para a participação em AEC's, ou seja, esta diminui ao longo da adolescência. Tendo em conta que os jovens estão a crescer e situados em período da adolescência – sendo a idade média dos jovens da Casa do Vale, 16,3 anos, considera-se que não é uma tendência atual na CAR. Os jovens demonstram agora um maior interesse em AEC's do que comparado com os períodos de residência em outras casas de acolhimento e associado a idades mais precoces (Carvalho & Veiga, 2021).

Quando inquiridos sobre a mesma questão, 90% dos cuidadore(a)s considera que os jovens da CAR Casa do Vale detêm interesse na participação de AEC's.

Esta consideração, terá por base que 68% dos cuidador(e)as acompanha ocasionalmente os jovens na participação das suas AEC's e 12% frequentemente. Sendo que isto demonstra uma percentagem relevante neste acompanhamento. Assim, quando os/as profissionais demonstram dar resposta às necessidades e características específicas de cada acolhido, promove-se a qualidade de intervenção em contexto de acolhimento residencial (Rodrigues, 2018).

Ou seja, o acolhimento residencial é considerado de qualidade quando pretende “conhecer práticas, rotinas e estratégias terapêuticas da casa de acolhimento e perceber se estes serviços realmente correspondem às características e às necessidades identificadas nas crianças e jovens (Rodrigues, Barbosa-Ducharne, & Del Valle, 2014

confirme citado em Rodrigues, 2018, p. 47)”. Isto engloba identificar os gostos dos jovens da CAR Casa do Vale a nível das suas preferências de AEC’s, assim como prestar-lhes o acompanhamento e apoio necessário, pretendendo responder às suas características individuais e permitindo a frequência da atividade extracurricular desejada.

### **3.6.3 UMA VISÃO DAS AEC’S: A SUA IMPORTÂNCIA E BENEFÍCIOS VS CONSTRANGIMENTOS E OBSTÁCULOS**

Nesta fase, procede-se à examinação dos resultados relativos aos objetivos específicos nº5: conhecer as perspetivas dos jovens e seus/suas cuidadore(a)s, relativamente à participação das AECs (na atualidade e na preparação para a vida futura) e nº6: identificar benefícios, constrangimentos e obstáculos da frequência de AECs na CAR.

Analisando-se os dados foi possível compreender as perceções dos jovens e dos seus/suas cuidadore(a)s relativamente à importância de participar em AEC’s e quais os seus benefícios, pensando-se na vida presente e futura. Ainda, permitiu auscultar constrangimentos e os obstáculos que os/as cuidadore(a)s identificam no acesso às AEC’s.

No que concerne aos benefícios identificados pelos jovens e pelos seus/suas cuidadore(a)s respetivamente, considera-se o seguinte:

A nível do desenvolvimento de competências, 8 adultos identificaram o desenvolvimento de competências pessoais (36%): (I1; I2; I3; I4; I7; I8; I9; I10). Depois, no que diz respeito ao desenvolvimento de competências sociais, os/as cuidadore(a)s (32%): (I1; I2; I5; I6; I8; I9; I10). Ainda que em menor escala, os jovens salientam este mesmo desenvolvimento (15%): (E1; E3; E4; E6; E8; E9).

Ainda olhando para uma conscientização dos benefícios que as AEC’s proporcionam para o desenvolvimento pessoal, 4 dos jovens afirmam terem consolidado um sentido de compromisso (15%): (E3; E6; E7; E9). Alguns afirmam ainda ter interesse em desenvolver competências adquiridas na AEC, como uma profissão do seu futuro: (8%): (E3; E7).

Aliado a estas questões de contributos para um desenvolvimento total do jovem, os seus cuidadore(a)s admitem que a experiência de AEC’s contribuiu para o melhoramento da condição física (15%): (E6; E7; E9; E10). Mesmo os jovens, confrontam esta questão,

sentido que a frequência de determinada AEC foi um contributo para o melhoramento de questões de saúde (14%): (I2; I4; I10).

Analisando as vantagens elencadas pelos jovens e os benefícios que os seus/suas cuidadore(a)s conseguiram identificar e, tendo em consideração o estudo de Soares J. (2012) verifica-se que a “participação em atividades extracurriculares pode influenciar positivamente uma diversidade de aspetos individuais e sociais entre os mais diversos jovens (Soares J. , 2012, p. 32)”.

A nível do domínio pessoal destaca-se como indicadores positivos, uma maior valorização; melhoria de autoestima; desenvolvimento positivo a nível social e académico; desenvolvimento de competências psicológicas e comportamentais, que permitem aos jovens melhor se adequarem aos diferentes contextos e ao cumprimento de regras e valores que os diversos contextos exigem; aumento do nível pessoal de resiliência; maior satisfação pessoal; melhoria da saúde mental; desenvolvimento de competências físicas; incentivo ao desenvolvimento pessoal em pontos como a experimentação de papéis e trabalho de identidade (Soares J. , 2012, p. 33).

Já a nível social, identifica-se positivamente, o desenvolvimento de relações interpessoais; o desenvolvimento do sentido de compromisso e responsabilidade; o incentivo ao trabalho em equipa e desenvolvimento de competências sociais grupais e ainda redução de exposição a fatores de risco e perigo, tais como questões comportamentais, comportamentos delinquentes, entre outros (Soares J. , 2012).

No domínio académico destaca-se o desenvolvimento do empenho, performance, resultados académicos; melhor compreensão do papel da escola e perceção de qual a sua importância; uma maior taxa de sucesso na escolha de acesso a uma área de percurso formativo – visto que, a frequência das AEC’s promove o autoconhecimento, a experiências de papéis, e como tal isto resulta num maior autoconhecimento e segurança sobre quais as preferências pessoais e sobre como cada jovem pretende desenvolver a sua própria personalidade e aptidões (Soares J. , 2012).

Por um lado, entende-se a diversidade de AEC’s identificadas como compreensível, visto que a sua frequência deve ir ao encontro das suas preferências e daquilo que cada jovem pretende explorar e aprender, desenvolvendo assim competências pessoais, sociais e relacionais. Recorde-se ainda que, por vezes, o acolhimento residencial representa um momento complexo e sensível e quando não são alcançados os pressupostos desta medida, o jovem pode encontrar momentos de insegurança e de desinteresse. Como tal, é essencial que o acolhimento residencial promova o acesso a atividades que permitam uma redução de exposição de fatores de risco e perigo. A frequência de AEC’s pode tornar-se vantajoso nesse sentido, visto que, através das mesmas, os jovens e os seus cuidadores conseguem identificar vários benefícios na

frequência destas atividades, conforme será explorado mais à frente nesta discussão (Anjo, 2014; Pereira, 2021; Sousa, 2015).

Numa outra ótica, considera-se refletir sobre alguns dos constrangimentos relativos ao acesso a AEC's apropriadas às necessidades e características individuais de cada jovem acolhido. Conforme o que se foi percebido, por vezes, certas unidades residenciais podem não se revelar a resposta mais adequada às especificidades de cada acolhido e como tal, a oferta de AEC's desajustadas ao seu público, coaduna.

Assim, tendo questões em consideração e apesar do foco da presente monografia se tratar do acolhimento residencial generalista, conforme mencionado anteriormente, sabe-se que existem várias crianças e jovens acolhidos que possuem necessidades específicas e como tal, foram criadas casas de acolhimento especializadas (CAE).

Este cuidado especializado pode ser fundamental por vários motivos, como problemas comportamentais, problemas de saúde mental, necessidades educativas especiais, acolhidos com nacionalidade estrangeira desacompanhados e processos de autonomia (unidades de promoção de autonomia). Segundo o relatório CASA 2021 foram caracterizados 212 crianças e jovens em CAE. Nos últimos sete anos, o crescimento dos acolhidos nesta resposta foi de 188%, sendo que o crescimento médio durante este período foi 18%. As CAE em Portugal dividem-se em duas modalidades: CAE para crianças e jovens com necessidades complexas e CAE para crianças e jovens estrangeiras não acompanhadas. Do número total de crianças e jovens acolhidos em CAE, 130 foram caracterizados no CAE para necessidades complexas e 82 no CAE para crianças ou jovens estrangeiros não acompanhados. Em Portugal, os existem respostas de CAE para necessidades complexas em Porto, Coimbra, Lisboa, Portalegre, Évora, Beja e nos Açores. Quanto aos CAE para jovens estrangeiros não acompanhados estão presentes em Braga, Leiria, Castelo Branco e Lisboa (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022).

Relativamente às CAE para necessidades complexas sabe-se que “as principais características particulares destes jovens são problemas de comportamento (69%), a perturbação mental clinicamente diagnosticada 40% e a deficiência mental 24%. São jovens com acompanhamentos pedopsiquiatria/psiquiatria (74%), psicologia (69%) e com medicação (73%)” (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022, p. 102). Na CAE para necessidades complexas, os acolhidos são em maior prevalência (61%), jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos. Já na CAE para crianças ou jovens estrangeiros não acompanhados são totalmente rapazes, com idades a partir dos 15 anos (Instituto da Segurança Social, I.P., 2022).

Em suma, apesar do presente estudo ter sido desenhado para jovens residentes em Casa de Acolhimento generalista, será pertinente que se avance com investigações que permitam analisar as questões presentes nesta monografia, de forma a que se compreenda a importância das AEC's na vida de diferentes jovens, para que estas

respondam o mais adequadamente possível à sua personalidade, necessidades e interesses.

Concluindo, considera-se que os resultados desta atividade, providenciaram resposta à questão de partida “Qual o impacto que as atividades extracurriculares (AEC) produzem nos jovens acolhidos na Casa do Vale”?

As questões aplicadas quer na entrevista, quer por via questionário permitiram a recolher de informação necessária, que conseguiu produzir os resultados esperados à questão de partida. Visto que, por um lado, os jovens mostraram-se capazes de exprimir quais as AEC's que mais gostam, assim como aquelas que acabaram por não corresponder às suas expectativas. Demonstaram ainda ser capazes de refletir e expor os seus sentimentos sobre o que melhorou nas suas vidas, desde que começaram a frequentar determinada atividade e também, demonstraram conseguir compreender que o que aprenderam hoje, traz contributos e conhecimentos que lhes serão úteis na vida futura.

Já os seus cuidadore(a)s mostram-se capazes de analisar o relacionamento das suas práticas profissionais diárias e o apoio prestado no acesso aos jovens às AEC's. Isto, demonstrando uma consciencialização de quais são os constrangimentos que enfrentam no acesso a estas atividades e reconhecendo os benefícios para os jovens que as frequentarem. Estas questões apresentam-se pertinentes como momento de reflexão sobre a identificação do que está a ser positivo nas suas intervenções com os jovens e reconhecendo aquilo que pode ser melhorado e ser feito de forma diferente.

De igual forma, considera-se que os objetivos alcançaram a sua concretização, visto que, as informações examinadas permitiram dar resposta ao proposto, construindo-se assim uma visão das perceções dos jovens da CAR Casa do Vale e dos/as seus/suas cuidadore(a)s acerca da importância de estes acolhidos frequentarem uma atividade extracurricular.

## CONCLUSÃO

A presente monografia ilustra os resultados da experiência da estudante/estagiária obtida no seu estágio inserido no MSS, realizado na Casa do Vale. Como tal, revela-se fundamental refletir sobre esta experiência.

A monografia de estágio que aqui se apresenta, é assim resultado de percurso de estágio e da investigação desenvolvida. O estágio permitiu o aprofundamento de competências, saberes, práticas e a aquisição de novos conhecimentos, na área de infância e juventude. Destaca-se a visão que a estagiária pôde obter sobre aquele que é o papel do/a Assistente Social em contexto de Acolhimento Residencial assim como conhecer quais as suas práticas, deveres, direitos e funções no trabalho nesta área profissional.

Nomeadamente, esta experiência de estágio permitiu à estagiária o aprofundamento de conhecimentos sobre a infância e juventude e a problemática de crianças e jovens em risco, através da exploração da contextualização teórica e conceptual da criança, jovem e as suas famílias; estudo da proteção jurídica a nível nacional e internacional e ainda, a análise da medida de acolhimento residencial em Portugal.

Este estágio possibilitou ainda a observação das rotinas diárias do funcionamento de uma CAR, acompanhamento e a realização e compreensão de atividades no foro do exercício do Serviço Social. Assim, esta experiência permitiu a participação em reuniões da CAR (reunião de jovens e reunião da equipa); partilha de conhecimentos e experiências, através da participação numa ação de informação sobre a CAR; participação nos processos de admissão de acolhimento; observação e participação nas várias rotinas diárias da CAR; envolvimento em atividades lúdicas e ainda o acompanhamento aos jovens nas suas atividades extracurriculares.

Conforme já referido anteriormente, numa primeira instância privilegiou-se o processo de integração na estagiária na CAR, visto que se considerou pertinente o trabalho de desenvolvimento das relações interpessoais e construção de confiança da estudante para com os jovens, assim como para a restante equipa de trabalhadores da CAR, tendo sido providenciado acompanhamento e supervisão da Dra. Ana Moutinho, Diretora Técnica da CAR Casa do Vale e orientadora de estágio.

Numa fase seguinte, avançou-se para a participação nas várias rotinas da CAR, onde a estagiária teve a possibilidade, de forma mais autónoma, do desenvolvimento e envolvimento em atividades.

Tendo estas questões em consideração, o percurso de estágio e as atividades em qual a estagiária participou e desenvolveu, denotaram-se de uma significativa importância para a compreensão do trabalho do/a Assistente Social, em contexto de acolhimento residencial. Para além disto, esta experiência permitiu à estagiária o desenvolvimento de competências como a gestão de conflitos; resolução de problemas; pensamento crítico; reconhecimento do trabalho em equipa e em rede; desenvolvimento da empatia e escuta ativa; importância da construção de relações de confiança e importância do reconhecimento das necessidades e potencialidades individuais.

Posto isto, verifica-se que a experiência de estágio foi bastante pertinente e adequada para consolidar os conhecimentos já aprendidos no âmbito da licenciatura em Educação Social, assim como permitiu uma visão clara, objetiva, coerente e sólida sobre a atuação do/a Assistente Social neste contexto. Tudo isto foi possível, através de observação, participação assim como ainda possibilitou a aquisição de novos conhecimentos e competências.

Assim, considera-se adequada a possibilidade de o estudante escolher como modalidade de trabalho final, a monografia de estágio, pois é através desta experiência do terreno, que se tornou possível a aquisição e desenvolvimento de todas as questões anteriormente apresentadas.

Foi também com a experiência do estágio que se tornou possível se atingirem os objetivos propostos, com a investigação “Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos/as seus/suas cuidadore(a)s sobre a importância das atividades extracurriculares”. O facto de a estagiária se encontrar presente no terreno, potenciou a capacidade de se analisar o interesse existente nos jovens da CAR Casa do Vale relativo à frequência de atividades extracurriculares, assim como conhecer também as perceções dos adultos que deles cuidam.

Por último, destaca-se a experiência de estágio como bastante positiva, pensado em todas as oportunidades que providenciou, e as competências que permitiu serem adquiridas. Em suma, foi possível compreender que apesar de um contexto ser desafiante, esses desafios são facilmente ultrapassáveis, quanto melhor preparado o/a profissional estiver e o quão disponível estiver para aprender e adquirir novos saberes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares: uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alberto, I. (2006). *Maltrato e Trauma na Infância*. Coimbra: Almedina.
- Almeida, I. M. (2023). *Os fatores e riscos psicossociais da intervenção profissional no Acolhimento Residencial de crianças e jovens do Centro Social e Paroquial de Recardães*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/106609>
- Almeida, M., Ferreira, M., Souza, P., & Serrão, C. (2016). Praxis Educare - Revista da Associação de Profissionais Técnicos Superior de Educação Social. *A Educação Social e as famílias multidesafiadas: reflexões sobre um trajeto estimulado*(3), pp. 57-64. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/10189>
- Amaro, I. (2015). *Urgências e Emergências do Serviço Social - Fundamentos da profissão na contemporaneidade* (2ª ed.). UCP Editora.
- Anjo, É. (2014). *Aspetos desenvolvimentais da inteligência emocional em jovens institucionalizados. Estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Universidade da Madeira. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.3/3358>
- APAV. (2011). *Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir, prevenir*. APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Obtido de [https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual\\_Crianças\\_Jovens\\_PT.pdf](https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf)
- APAV. (2023). *Estatísticas APAV - Relatório Anual 2022*. APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Obtido de [https://apav.pt/apav\\_v3/index.php/pt/3217-estatisticas-apav-relatorio-anual-2022](https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/3217-estatisticas-apav-relatorio-anual-2022)
- Arnett, J. J. (2007). Emerging Adulthood: What Is It, and What Is It Good For? *Child Development Perspectives*, 1(2), pp. 68-73. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1750-8606.2007.00016.x>
- Badinter, E. (1985). *O amor incerto. História do amor maternal do século XVII ao século XX*. (3ª ed.). Lisboa: Relógio de Água.
- Barbas, L. (2014). *Lar de infância e juventude especializado: o modelo terapêutico na perspetiva dos jovens e suas famílias*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação de Portalegre. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8481/1/L%C3%BAcia%20Sofia%20Mourato%20Barbas.pdf>

- Beck, J., Jenks, C., Keddie, N., & Young, M. (1978). *Towards a sociology of education*. New York: Routledge.
- Bolieiro, H., & Guerra, P. (2014). *A criança e a família: uma questão de direito(s) - Visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças e jovens*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Brinca, J., Menezes, N., Carvalho, A. B., Almeida, R., Ribeiro, E., & Leitão, A. R. (2020). Egítania Scientia. *O papel do serviço social e da direção técnica na avaliação de riscos psicossociais nas ajudantes de ação direta de uma estrutura residencial para pessoas idosas*(27), pp. 203-224. doi:<https://doi.org/10.46691/es.voi0363>
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Cancrini, L., Gregorio, F., & Nocerino, S. (1997). Las familias problemáticas. Em M. Coletii, & J. L. Linares, *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática, la experiencia de la ciutat vella* (pp. 45-82). Barcelona: Paidós.
- Candeias, M., & Henriques, H. (dezembro de 2012). 1911/2011: Um século de Proteção de Crianças e Jovens. *Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investiga-ção e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre*. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/4156>
- Carvalho, N. A., & Veiga, F. H. (jul/set de 2021). *Revista Práxis Educacional. Bem-estar, desenvolvimento e atividades organizadas: um estudo com alunos adolescentes*, 17(46), pp. 356-373. doi:<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.7114>
- Carvalho, A. I. (2015). *Proteção de Crianças e Jovens em Portugal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito. Obtido de <http://hdl.handle.net/10362/16764>
- Carvalho, B. (2021). *Intervenção socioeducativa no acolhimento residencial: projetos, atividades e recursos*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/96531>
- Carvalho, K. M. (2018). *Visões sobre a Prática dos Assistentes Sociais em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/85531>
- Casa do Vale. (2023). *Regulamento interno do centro de acolhimento temporário Crescer Ser - Casa do Vale*.
- CNPDP CJ. (2023). *Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens*. Obtido em 4 de janeiro de 2023, de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/>
- Correia, C., & Sequeira, J. (2011). International Journal of Developmental and Educational Psychology. *A rede social das famílias multiproblemáticas ou multidesafiadas. Estudo exploratório com famílias rurais.*, 2(1), pp. 483-492. Obtido de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=349832329048>
- Coutinho, C. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2º ed.). Coimbra: Edições Almedina.

- Couto, H. (2011). Manifestações Lúdicas: da imaginação à criatividade nos espaços da rua e da escola. *Revista Exitus*, 1(1), pp. 129-136. Obtido de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=553156352013>
- Crescer Ser - Casa do Vale. (2018). *Modelo Educativo da Casa do Vale*.
- Crescer Ser. (2023). *Crescer Ser - Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família*. Obtido em julho de 2023, de <https://crescerser.org/>
- Diário da República . (1999). *Lei de protecção de crianças e jovens em perigo - Lei nº147/99 - Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01*. Obtido em setembro de 2022, de Diário da República Eletrónico: <https://dre.pt/>
- Diário da República. (2017). *Lei nº23/2017 - Diário da República nº99/2017, Série I de 2017-05-23 - Lei nº147/99 - Lei de protecção de crianças e jovens em perigo* .
- Diário da República. (2019). Regime de Execução do Acolhimento Residencial - DL nº164/2019, de 25 de outubro. *Diário da República n.º 206/2019, Série I de 2019-10-25*, 65-79.
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica - o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, pp. 139-156. doi:<https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2011.140>
- Eisenstein, E. (junho de 2005). Adolescência: definições, critérios e conceitos. *Adolescência & Saúde*, 2(2).
- Florêncio, M., Gameiro, F., & Ferreira, P. (2021). O perfil de competências do assistente social em contexto de acolhimento residencial. Em M. B. Vázquez, *Lucas en el camino: filosofía y ciencias sociales en tiempos de desconcierto* (pp. 2510-2532). Madrid: Dykinson S. L.
- Fonseca, A. (2004). Crianças e Jovens em Risco: análise de algumas questões actuais. Em M. H. Damião, A. C. Fonseca, C. M. Vieira, M. M. Vilar, & L. Alcoforado, *Crianças e Jovens em Risco - Da Investigação à intervenção* (pp. 11-37). Coimbra: Almedina.
- Fonseca, L. C. (2022). *Exaustão Emocional em Cuidadores de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto. Obtido de <https://hdl.handle.net/10216/145356>
- Freixo, M. J. (2013). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas* (4ª ed.). Instituto Piaget.
- Gaspar, J. (2014). *Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/25245>
- Giddens, A. (2007). *Sociologia* (5ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Texto Editores.
- Gonçalves, A. M. (2013). *Menores em Risco: Um Estudo dos Processos de Intervenção*. Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação. Obtido de <http://hdl.handle.net/10198/9234>
- Guerra, P. (2021). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Edições Almedina.

- Ijzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Duschinsky, R., Fox, N. A., Goldman, P. S., Gunnar, M. R., . . . Sonuga-Barke, E. J. (23 de june de 2020). Institutionalisation and desinstitutionalisation of children 1: a systematic and integrative review of evidence regarding effects on development. *The Lancet*, pp. 703-720. doi:[https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30399-2](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30399-2)
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2007). *Manual de processos-chave: Centro de Acolhimento Temporário*. Instituto da Segurança Social, I.P - Segurança Social. Obtido de [https://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/gqrs\\_cat\\_processos-Chave/2bf9df18-9bbc-4adb-b972-73f50986098c/2bf9df18-9bbc-4adb-b972-73f50986098c](https://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/gqrs_cat_processos-Chave/2bf9df18-9bbc-4adb-b972-73f50986098c/2bf9df18-9bbc-4adb-b972-73f50986098c)
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2022). *Relatório CASA 2021 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.
- James, A. L., & James, A. (2008). *Key concepts in childhood studies*. University of Sheffield, UK: Sage Publications.
- Lei de Proteção da Infância. (27 de maio de 1911). *Diário do Governo*, 1316-1331.
- Machado, C., & Gonçalves, R. (2003). *Violência e Vítimas de Crimes - Crianças* (Vol. 2). Coimbra: Edições Quarteto.
- Mahoney, J., Larson, R. W., & Eccles, J. S. (2005). *Organized activities as contexts of development: Extracurricular activities, after-school and community programs*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Martins, P. (2005). Das dificuldades (dos) menores aos problemas aos problemas (dos) maiores: elementos de análise das representações sociais sobre as crianças em risco. *Saber (e) Educar*(nº10), pp. 69-78. Obtido de <https://hdl.handle.net/1822/3602>
- Melz, J. I., & Varoto, F. A. (2015). Atividades recreativas na Educação Física Escolar: importância no desenvolvimento integral das crianças do 1ºciclo fundamental. *Revista Educação Física UNIFAFIBE*, 4(3), pp. 3-18. Obtido de <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistaeducacaofisica/sumario/39/19122015131358.pdf>
- Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e estratégias da investigação social*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Moreira, M. (2018). *Mãos que protegem, corações que acolhem - O acolhimento de crianças e jovens em Portugal*. Porto: ISSSP - Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/22942>
- Mota, C. P. (2021). *Crianças, Jovens e Cuidadores no Acolhimento Residencial - A Vivência de Quem Cuida e de Quem quer ser cuidado*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Mota, C., & Matos, P. (2010). Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), pp. 367-377. doi:<https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300007>
- Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (2021). *Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo* (1ª ed.). Pactor.

- Pereira, P. (2021). *Perceções em torno das vivências do acolhimento residencial de crianças e jovens em risco*. Viseu: Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação de Viseu. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.19/7356>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Reis, V. J. (2009). *Crianças e Jovens em Risco (Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco)*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade de Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/11781>
- Rodrigues, S. P. (2018). *A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: Avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto. Obtido de <https://core.ac.uk/download/pdf/210540318.pdf>
- Sá, E. (1999). *Manual de Instruções para um Família Feliz*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Segurança Social. (2023). *Crianças e Jovens em perigo*. Obtido em janeiro de 2023, de Segurança Social: <https://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>
- Serrão, C., Borges, A. C., Santos, A. R., & Monteiro, F. (2017). Porto International Conference On Research in Education. *Intervenção sistémica em famílias multidesafiadas: Revisão sistemática da literatura*. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/12584>
- Shaffer, D. (2005). *Psicologia do Desenvolvimento - Infância e Adolescência*. São Paulo: Thomson Pioneira.
- Shirley, A. (2015). Intervenção com crianças e suas famílias: Qual a melhor estratégia? Em M. Carvalho, *Serviço Social com famílias* (pp. 25-42). Factor.
- Silva, J. (2013). *Famílias multidesafiadas em contextos de pobreza: vulnerabilidades e forças familiares - refletindo acerca da intervenção*. Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia. Obtido de <http://hdl.handle.net/10451/9850>
- Soares, J. (2012). *As atividades extracurriculares como práticas de inclusão de alunos de 2º ciclo*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- Soares, V. (2018). *Bem-estar subjetivo de crianças em acolhimento residencial e a sua relação com a sustentabilidade societal*. Instituto Universitário da Maia - Departamento de Ciências Empresariais. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.24/980>
- Sousa, R. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em lares de infância e juventude*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade de Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/31190>
- Steinberg, L. (2014). The Longest Decade. Em *Age of Opportunity. Lessons from the New Science of Adolescence* (pp. 46-64). New York: First Mariner Books.
- UNICEF. (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. Comité Português para a UNICEF - Edição revista 2019.
- Veríssimo, R. (2002). *Desenvolvimento psicossocial (Erik Erikson)*. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Obtido de <https://hdl.handle.net/10216/9133>

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE I – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA E COMISSÃO RESTRITA DA CPCJ**

A comissão alargada é composta por: um representante do município; um representante da segurança social; um representante dos serviços do ministério da educação; um médico, em representação dos serviços de saúde; um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de proteção, atividades de caráter não residencial, em meio natural de vida, destinadas a crianças e jovens; um representante do organismo público competente em matéria de emprego e formação profissional; um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de proteção, respostas sociais de caráter residencial dirigidas a crianças e jovens; um representante das associações de pais; um representante das associações ou outras organizações privadas que desenvolvam, atividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens; um representante das associações de jovens ou um representante dos serviços de juventude (no caso de inexistência de associações de jovens); um ou dois representantes das forças de segurança, conforme na área de competência territorial da comissão de proteção existam apenas a Guarda Nacional Republicana ou a Polícia de Segurança Pública, ou ambas; quatro pessoas designadas pela assembleia municipal de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo; os técnicos que venham a ser cooptados pela comissão, com formação, designadamente, em serviço social, psicologia, saúde ou direito, ou cidadãos com especial interesse pelos problemas da infância e juventude. Já as comissões restritas são constituídas por um número ímpar e nunca inferior a cinco membros que façam parte da comissão alargada (CNPDPJ, 2023).

## APÊNDICE II – MODELO DE INTERVENÇÃO DA CAR CASA DO VALE

O modelo de intervenção da Casa do Vale caracteriza-se pela intencionalidade terapêutica, com a finalidade de promover o bem-estar emocional e de reparar o impacto de experiências traumáticas vivenciadas pelos jovens. Contudo, a CAR não constitui a resposta mais adequada para jovens com graves problemáticas a nível de comportamento, saúde mental e deficiência e jovens com comportamentos aditivos (Crescer Ser - Casa do Vale, 2018).

Assim, a intervenção deve ser individualizada, focada em cada jovem e orientada por valores de reparação, reabilitação, integração, tendo em consideração as vivências traumáticas pelas quais os jovens possam ter passado (negligência, abusos, problemas). Para além disto, tendo em conta o impacto emocional que o acolhimento residencial pode ter nos jovens prima-se pela adoção de uma intervenção que tem como objetivo diminuir os riscos e promover os fatores de proteção (Crescer Ser - Casa do Vale, 2018).

Em cumprimento do plano interventivo são desenhadas várias fases: acolhimento, avaliação diagnóstica, intervenção educativa, saída (encaminhamento).

O momento do **acolhimento** está denotado de uma carga emocional negativa para os jovens e suas famílias – marcado por perdas e ruturas e com a prevista de um futuro incerto. Desde o pedido de acolhimento que este é um momento marcado por várias fases de preparação e análise.

Antes do momento de admissão, a CAR mostra-se disponível para visita do jovem e sua família com vista a uma integração progressiva. Este gesto de disponibilidade pretende diminuir os anseios que antecipam o acolhimento, assim como promover as relações de apoio. Ainda antes de o jovem entrar para o acolhimento tem-se o cuidado de se preparar aquele que será o seu quarto tornando-o mais acolhedor possível. Apesar da existência de quartos partilhados e individuais na CAR, a Casa do Vale segue a norma de que sempre que um jovem entra ter um acolhimento integre um quarto individual, para ajudar a perceber a casa como tendo em primeiro contato um ambiente acolhedor, um espaço para si próprio, que o ajude a ambientar e desvanecer os receios. Existe também a preparar do grupo dos jovens que já residam na CAR para que sejam compreensivos e tolerantes com o novo elemento. Neste momento é também importante a presença do psicólogo para que identifique as necessidades básicas e emocionais do jovem respeitando o seu ritmo. Existe sempre alguém responsável pelo momento de acolhimento, que irá ajudar o jovem a instalar-se e acomodar-se, dando a conhecer os espaços da casa, os seus residentes e suas rotinas (Crescer Ser - Casa do Vale, 2018).

Depois disto, no decorrer de um mês, deve ser elaborada a **avaliação diagnóstica** do jovem, identificando-se o ponto de partida para que se possa desenhar o plano de intervenção, respeitando as suas necessidades e promovendo as suas potencialidades.

Faz-se um levantamento de todas as informações disponíveis – questões sobre a sua história de vida, questões físicas, psicológicas, emocionais, de saúde, escolares, sociais. Também se procura analisar o contexto familiar de forma a conhecer as dificuldades e fatores de proteção que possam promover a resiliência. Assim, da avaliação diagnóstica parte-se para o desenho da intervenção individualizada (Crescer Ser - Casa do Vale, 2018).

Já a nível da **intervenção educativa**, a Casa do Vale adotou o SERAR – como instrumento orientador. Este sistema é composto por “três recursos que permitem: agilizar a gestão de informação (Registo Cumulativo); estruturar, monitorizar e adequar a intervenção (PII); e facilitar a comunicação com os gestores de caso, técnicos da EMAT ou CPCJ (Relatório de Acompanhamento) (Crescer Ser - Casa do Vale, 2018, p. 14)”. Recorrendo-se à síntese diagnóstica desenham-se os objetivos que se pretendem atingir e planeia-se atividades e estratégias, pensando nos recursos necessários – elaborando-se o PII. Através de uma vinculação estreita, mensalmente avaliam-se os objetivos do PII e reformulam-se novos para o mês seguinte em caso de necessidade. Isto processo de reflexão permite ao jovem aperceber-se do seu desenvolvimento, adquirindo consciência das suas forças e fragilidades, tendo um papel ativo na gestão do seu projeto de vida (Crescer Ser - Casa do Vale, 2018).

De igual forma, como o acolhimento causa ansiedades, a **saída** também partilha dos meus sentimentos por parte dos jovens. Tendo isto em conta, a saída deve ser estruturada, constituindo-se por três fases: preparação para a saída, a saída propriamente dita e o acompanhamento após saída. Na fase de preparação, é “crucial refletir com o jovem sobre as razões que se encontram subjacentes a esta transição na sua vida, ajudando-o a expressar os seus sentimentos e respondendo às suas dúvidas (Crescer Ser - Casa do Vale, 2018, p. 15)”. Já a preparação da saída deve ter em conta o projeto de vida do jovem – este é um momento simbolicamente importante para si. Na Casa do Vale realiza-se um jantar de despedida, caso seja de vontade do jovem – em todos os momentos, inclusive na saída, são respeitados os seus desejos e vontades.

Na fase **pós-saída** a CAR continua a providenciar apoio, consoante o já apresentando em *Acolhimento Residencial: do acolhimento à cessação da medida* e explanado em *Regime de Execução do Acolhimento Residencial - DL n.º164/2019, de 25 de outubro, 2019* (Crescer Ser - Casa do Vale, 2018).

Assim, consoante o defendido pelo modelo educativo da CAR Casa do Vale, a sua intervenção prima pelos princípios de supressão de necessidades básicas; segurança, proteção e conforto; formação escolar e profissional; saúde e estilos de vida; normalização e integração; envolvimento da família; autonomia; participação; incentivos e consequências e coordenação entre profissionais (Crescer Ser - Casa do Vale, 2018)

### APÊNDICE III – ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL

A elaboração do PII passa pela concretização de várias etapas, conforme nos apresenta o *Manual de processos-chaves: Centro de Acolhimento Temporário* (Instituto da Segurança Social, I.P, 2007). Sendo as fases desta elaboração, as seguintes:

- **Reflexão prévia:** nesta primeira etapa, a Equipa Técnica reflita sobre se é viável a implementação do PII – ou seja, se existem todos os recursos e condições necessários;
- **Definição de objetivos:** neste passo definem-se os objetivos do PII tendo em conta as necessidades individuais da criança ou jovem. Analisa-se o ponto de situação em que o acolhido se encontra e tendo em conta as suas potencialidades, fragilidades e constrangimentos pensa-se em ações, atividades e estratégias que irão permitir desenvolver as competências e pontos em questão, com vista ao alcance dos objetivos;
- **Elaboração do PII:** após este processo de reflexão avança-se em direção à elaboração do PII. Esta tarefa é da responsabilidade da Equipa Técnica, sendo que cada jovem terá um técnico da CAR como seu Gestor de Caso. Daqui etapa resultará um documento onde estarão presentes várias informações, como os objetivos, os recursos necessários para estes serem atingidos, as ações a levar a cabo e o tempo estimado;
- **Aprovação do PII pela DT:** depois de o PII estar concretizado, segue para aprovação da Direção Técnica da CAR. Aqui, todos os envolvidos refletem se a CAR dispõe de tudo o que será necessário para se atingirem os objetivos propostos. No caso, de a CAR considerar que não dispõe de recursos e condições necessárias para dar resposta às necessidades a DT deverá elaborar uma resposta escrita onde com data em que prevê dispor de tais condições. Em discussão com a Equipa Técnica a DT deverá discutir as condições necessárias para não se inviabilizar o respetivo PII;
- **Implementação do PII:** após a respetiva aprovação avança-se para a implementação. Operacionaliza-se as ações e estratégias propostas no PII;
- **Avaliação:** com base nos critérios estabelecidos conduz-se à avaliação do PII com todos os técnicos envolvidos. Neste passo são tidas em conta as informações da pessoa responsável pelo residente, as informações relativas a atividades que foram desenvolvidas na CAR e as informações oriundas de

- outras entidades. Os resultados desta avaliação devem ser partilhados com todos os envolvidos: técnicos, criança ou jovem acolhido, respetiva família;
- **Reformulação do PII:** após a avaliação existe um acompanhamento que irá analisar novas necessidades e questões a alterar para que se conseguiam atingir os objetivos que não foram colmatados – elabora-se um novo PII adequado à atual situação do acolhido;
  - **Preparação da saída da CAR:** por último, trata-se do projeto de saída do residente da CAR. Esta etapa é trabalhada desde o primeiro dia de acolhimento. Aqui, são definidas com a criança ou jovem as hipóteses que se adequem às expetativas e projeto de vida da criança ou jovem. Ou seja, é um trabalho de reflexão e análise para o acolhido conhecer as soluções viáveis e concretizáveis para o seu futuro, aquando o momento de saída (Instituto da Segurança Social, I.P, 2007).

Com isto, verifica-se que a elaboração e operacionalização do PII é um processo que nunca se dá por terminado. Ou seja, o PII carece de preparação, elaboração, monitorização e respetiva avaliação. Isto significa que sempre que o PII é revisto e reavaliado, pode ser construído de novo, sempre com o objetivo de dar respostas às necessidades da criança ou jovem em acolhimento. É um instrumento que se molda às circunstâncias de vida e desenvolvimento da criança ou jovem. Esta plasticidade pretende traçar o caminho adequado, através da construção de ações e estratégias, para que o acolhido disponha do ambiente e condições requeridos para desenvolver e crescer de forma saudável assim como ver as suas necessidades supridas.

## APÊNDICE IV – DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DIÁRIAS DA CAR ACOMPANHADAS PELA ESTAGIÁRIA

A observação da rotina do **acordar dos jovens** proporcionou uma visão de um ato de cuidar familiar e aproximado às necessidades de cada jovem – sendo que a alguns jovens basta despertá-los uma vez e eles iniciam as suas tarefas matinais, a outros é necessário voltar a visitar o quarto e a tentar mais uma vez de forma tranquila acordá-los. Também foi possível verificar que os jovens têm horários um pouco distintos, porque frequentam respostas formativas diferentes.

Sendo vontade de um jovem em conjunto com a primazia de intervenção da CAR tenta-se que frequentem respostas formativas diferentes, para que o mais possível, tenham a possibilidade de se apresentarem de uma forma individualizada tentando construir as suas relações com os pares e consolidar a sua identidade pessoal dando uma tentativa de se desvincularem de serem um “conjunto numeroso de jovens que vivem todos na mesma casa” e que “frequentem todos a mesma escola”.

Neste período antes da saída para a escola, depois de acordarem os jovens devem tratar da sua higiene, vestirem-se consoante o clima, fazerem a cama e trazerem as suas roupas para a lavandaria quando planificado – existe uma tabela, onde em cada dia da semana está programado certos jovens descerem as suas roupas para lavarem. Depois isto, os jovens tomam o pequeno-almoço e são lhes entregue os lanches para a escola. O/a cuidador/a está também presente neste momento. Aquando o pequeno almoço é também momento de ser administrada a medicação aos jovens pela equipa educativa. Alguns jovens com escolas perto da CAR optam por vir à casa almoçar sendo este um momento de tranquilidade a meio do dia, onde muitas vezes optam por partilhar com os/as cuidadore(a)s da casa as atividades que desenvolveram na escola durante a manhã, algumas das suas preocupações e outros temas de conversa descontraída.

Na maior parte das vezes no **regressar à casa**, este demonstrou ser um momento acolhedor, porque os rapazes vão chegando cansados das aulas e encontram sempre pessoas com quem se identificam mais para conversar – quer seja uma das várias estagiárias, seja um elemento da equipa educativa que até está de turno nesse dia, seja um dos seus colegas ou até o/a seu/sua técnico/a de vinculação. Todos se reúnem à volta da mesa e as conversas surgem.

Já **antes do jantar**, alguns dos jovens tinham compromissos como explicações a alguma disciplina, ou tratamento dos seus bens – arrumar o quarto, passar roupas a ferro. Para quem tem este fim de tarde como momento mais livre, teria a possibilidade de aproveitar para usufruir do tempo com alguma atividade lúdica. Sendo que, este

período do dia finaliza-se com o tratamento de higiene pessoal, antes do momento de refeição.

O momento do **jantar** revela-se um espaço interessante, onde para além de saborearem a refeição se podem fomentar as relações interpessoais através de conversas dos meus diversificados temas. Para além dos elementos da Equipa Educativa por vezes também se encontram presentes algum/uns elemento/s da Equipa Técnica. Em geral, os rapazes ficam entusiasmados por encontrarem pessoas diferentes nos vários dias. Por vezes, aparecem ainda para jantar alguns rapazes ex-residentes da CAR. Neste momento, existem sempre 2 jovens com tarefas – um que coloca a mesa e depois levanta os utensílios comuns, e outro que trata da loiça.

**Depois do jantar**, há ainda espaço para alguns momentos de relaxamento, seja a jogar, ler, ou ver televisão. Sendo que a permanência no piso inferior da CAR, não é obrigatória, os jovens que assim o desejarem podem subir mais cedo para descansarem, ou usufruírem de um ambiente mais relaxante no seu quarto. Os jovens que assim o desejavam poderiam cear previamente, e todos devem estar nos seus quartos pelas 22h30, para dormirem e descansarem.

## APÊNDICE V – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES LÚDICAS ACOMPANHADAS PELA ESTAGIÁRIA

Conforme mencionado anteriormente, das atividades lúdicas em que a estagiária teve a oportunidade de participar, destaca-se o ***andar de bicicleta***.

Esta foi uma das primeiras atividades que a estagiária foi partilhando com os jovens e acabou por se tornar regular. Aos poucos, começaram a entender o papel da estagiária e a conhecê-la como figura de autoridade – à semelhança de como percebem os outros adultos da CAR. Para isto, recorreu-se a estratégias de escuta ativa e empatia.

Da mesma forma que rapidamente um jovem partilha com a estagiária o que gosta ou o que não gosta, a estagiária devolvia na mesma medida. Com serenidade quando um comportamento não era adequado e quando seria oportuno alterar a postura, sempre explicando que apesar de ter um papel diferente dos outros adultos da casa – ser estagiária – continua a partilhar-se semelhanças – ser adulto; sendo isto forma igual de respeito e saber-se estar.

A resolução de conflitos foi outra das estratégias que foi adotada – a estagiária sempre resolveu com os jovens as questões no momento, explicando os seus pontos de vista e escutando as suas opiniões. Todos estes recursos em conjunto representam uma definição positiva na definição do papel de estagiária em Serviço Social.

A nível das atividades desenvolvidas, há espaço para se destacar a **Atividade de Halloween**. Esta atividade consistia em uma dinâmica onde os jovens teriam espaço para trabalhar os seus *Medos*.

Assim, segundo a lógica de uma “caça ao tesouro” os jovens deveriam completar o primeiro desafio e, avançar para o seguinte, até chegarem ao final. Estes jogos tiveram como objetivo providenciar um ambiente onde os jovens pudessem abordar os seus medos, de uma forma lúdica e informal. Uma vez que estes foram divididos em subgrupos, as dinâmicas foram construídas de forma a incentivar a interajuda e estimular a competitividade – pois só todos em conjunto iriam conseguir resolver os enigmas e avançar para a fase seguinte.

Como primeiro desafio, os jovens encontram o “*Atreve-te a Tocar*”. Aqui, um elemento voluntário da equipa iria tocar no conteúdo mistério de cinco caixas diferentes, sem partilhar com o resto da sua equipa o que lá estaria dentro. Apenas deveria ia descrevendo as sensações que os objetos lhe transmitiam, de forma a que a restante equipa adivinha-se o conteúdo de cada caixa. Este desafio incentivava a expressão de sensações e sentido de equipa, uma vez que só com a ajuda de todos iriam conseguir avançar para o desafio seguinte. Nesta etapa, os jovens poderiam enfrentar o medo do

escuro – o desafio foi colocado numa divisão sem luz – e o medo de arriscar, uma vez que foram convidados a colocar a mão em caixas sobre o qual desconheciam o conteúdo.

Já o segundo desafio “*Código do Medo*” tinha como objetivo a decifração de uma frase, utilizando o recurso a um código, sendo que esta ajuda estaria escondida na divisão do desafio. Os medos associados a este desafio seriam o receio de ficar sozinho – uma vez que seria um elemento da equipa a entrar na divisão para responder a este desafio – e o incentivo ao trabalho em equipa, para quando munidos do código de ajuda conseguissem decifrar a frase.

No terceiro desafio, deparavam-se com o “*Scary Pong*”. Os jovens eram convidados a acertar com uma bola de ping pong em vários copos que estavam dispostos numa mesa, em forma de pirâmide. Cada copo, continha um pequeno desafio – caso o jovem não conseguisse solucionar, poderia passar o desafio a outro colega da equipa. Aqui poderia ser trabalhado novamente, o espírito de equipa, tendo como um dos medos associados o da exclusão – a participação de cada jovem era essencial e incentivava-se ao envolvimento de cada um, em prol da sua equipa.

Como último desafio, surgia a “*Reflexão Final*” – as equipas participantes reuniam-se, para que em conjunto se debatessem questões que foram surgindo em longo da dinâmica. Em suma, abordaram-se os seguintes temas e conceitos:

- Diferença entre medo e fobia;
- Medo/fobias mais raros e os mais comuns;
- Temos todos os mesmos medos? – alguns jovens sentiram-se confortáveis para partilhar em grande grupo os seus medos,
- Quais tinham sido as formas que encontram para ultrapassar os seus medos;
- Medos que tinham enquanto criança e que se prolongaram até à adolescência ou que ficaram naquela fase;
- Como é que sentimos o medo no nosso corpo.

## APÊNDICE VI – GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADA AOS JOVENS

### Entrevista

#### ***“Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos/as seus/suas cuidadore(a)s sobre a importância das atividades extracurriculares”***

**Atividades extracurriculares:** atividades organizadas e estruturadas para crianças e jovens, que não se encontrem inseridas no currículo. A participação nestas atividades é de forma voluntária com um sentido de compromisso e cumprimento das respetivas regras. Estas atividades são dinamizadas sob a supervisão de um adulto. Pretende-se que os jovens que participem em atividades extracurriculares desenvolvam e aperfeiçoem as suas técnicas e competências.

- a)** Idade:
- b)** A Casa do Vale é a primeira casa de acolhimento residencial?
  - b1)** Se não, em quantas casas de acolhimento esteve anteriormente?
  - b2)** Nas outras CAR frequentava atividades extracurriculares? Se sim, pode indicar quais?
- c)** Há quanto tempo se encontra na Casa do Vale?
- d)** Frequenta alguma atividade extracurricular? Se sim, qual/quais.
  - d1)** Tempo de frequência:
  - d2)** Gosta de participar em alguma atividade extracurricular, em particular? Sim/Não. Pode dar alguns exemplos?
  - d3)** Para além da AEC que frequenta no presente, gostaria de frequentar outra, qual?
- e)** Quais as vantagens que identifica na frequência das AEC? (Pode especificar a AEC, identificando sentimentos, contributos, aspetos positivos) – na vida atual e na vida futura
- f)** Teve alguma AEC que não correspondesse às suas expetativas?

## **Declaração de Consentimento Informado**

**Atividade de Investigação:** “Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos seus/suas cuidadore(a)s sobre a importância das atividades extracurriculares”

### **Enquadramento da Atividade de Investigação:**

Eu, Diana Filipa Lopes Nunes, aluna do Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra, e atual estagiária na Casa do Vale, encontro-me a desenvolver uma investigação no âmbito do respetivo mestrado.

A investigação intitula-se “Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos seus/suas cuidadore(a)s sobre a importância das atividades extracurriculares”.

Com esta investigação espera-se compreender e analisar os contributos da participação em atividades extracurriculares para os jovens que residem em acolhimento residencial.

Assim, a investigação tem os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar o perfil sociodemográfico dos jovens e cuidadores da CAR;
2. Compreender a (in)existência de interesse dos jovens na participação das AECs da Casa de Acolhimento “Casa do Vale”;
3. Identificar as AECs que despertam mais interesse na Casa do Vale ou noutra CAR que o jovem frequentou;
4. Conhecer a frequência de acompanhamento dos jovens pelos seus cuidadores na ida às AECs;

Conhecer as perspetivas dos jovens e seus/suas cuidadore(a)s, relativamente à participação das AECs (na atualidade e na preparação para a vida futura);

5. Identificar benefícios, constrangimentos e obstáculos da frequência de AECs na CAR.

Tendo isto em consideração, a sua colaboração no presente estudo, mediante a realização presencial de uma entrevista. As informações recolhidas por esta via, serão anónimas e confidenciais, e unicamente analisadas pela estagiária, com a supervisão da Professora Doutora Joana Brinca, apenas para o efeito do presente estudo.

Tendo isto em consideração, solicita-se a sua colaboração, no presente estudo, mediante o preenchimento de um inquérito. As informações recolhidas por esta via,

Segundo as normas éticas da investigação, só podem ser aceites as entrevistas cujos entrevistados tenham preenchido a Declaração de Consentimento Informado. Neste sentido, solicita-se a sua assinatura nesta declaração, antes da realização da entrevista. Acrescenta-se que para alguém esclarecimento adicional pode contactar a estagiária via email: [diana-fln@hotmail.com](mailto:diana-fln@hotmail.com)

Pedindo consentimento:

---

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que aceito participar, na atividade de investigação, de Diana Filipa Lopes Nunes, no âmbito de Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. Declaro estar informado sobre os objetivos da investigação, cedendo assim o meu consentimento para a respetiva recolha de dados.

Porto, \_\_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_ (mês) de 2023.

---

## APÊNDICE VII – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CUIDADORES DA CAR

### Inquérito por questionário

*“Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos/as seus/suas cuidadore(a)s sobre a importância das atividades extracurriculares”*

**Atividades extracurriculares:** atividades organizadas e estruturadas para crianças e jovens, que não se encontrem inseridas no currículo. A participação nestas atividades é de forma voluntária com um sentido de compromisso e cumprimento das respetivas regras. Estas atividades são dinamizadas sob a supervisão de um adulto. Pretende-se que os jovens que participem em atividades extracurriculares desenvolvam e aperfeiçoem as suas técnicas e competências.

#### 1. Caracterização sociodemográfica

1.1 Assinale com X, o seu género:

Masculino

Feminino

Outro

1.2 Idade: \_\_\_\_\_

1.3 Assinale com X, as suas habilitações académicas:

1º ao 4ºano  5º ao 6ºano  7º ao 9ºano  10º ao 12ºano

Bacharelato  Licenciatura  Mestrado  Doutoramento

1.3.1 Área de formação: \_\_\_\_\_

#### 2. Categorização profissional

2.1 Indique há quanto tempo desempenha funções na Casa do Vale: \_\_\_\_\_

2.2 Qual o cargo que assume atualmente? \_\_\_\_\_

#### 3. Atividades extracurriculares

3.1 Indique com que frequência acompanha os jovens às atividades extracurriculares:

Nunca  Raramente  Ocasionalmente  Frequentemente

3.2 Indique as atividades extracurriculares que considere que acompanhou com mais frequência no último ano:

\_\_\_\_\_

**3.3** De uma forma geral, considera que existe mais interesse ou desinteresse na participação de atividades extracurriculares, por parte dos jovens da Casa do Vale?

---

**3.4** Identifique as atividades extracurriculares que considera terem sido alvo de maior interesse por parte dos jovens da Casa do Vale, no último ano:

---

**3.5** Indique benefícios da frequência de atividades extracurriculares, para os jovens da Casa do Vale, pensando no último ano:

---

---

---

---

---

**3.6** Indique constrangimentos/obstáculos (individuais, organizacionais, recursos humanos) relativos à frequência de atividades extracurriculares, para os jovens da Casa do Vale:

---

---

---

---

---

**3.7** Se pudesse escolher uma atividade extracurricular para a Casa do Vale, qual a temática/área que escolhia?

---

---

---

Agradece-se pela sua colaboração!

## **Declaração de Consentimento Informado**

**Atividade de Investigação:** “Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos seus/suas cuidadore(a)s sobre a importância das atividades extracurriculares”

### **Enquadramento da Atividade de Investigação:**

Eu, Diana Filipa Lopes Nunes, aluna do Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra, e atual estagiária na Casa do Vale, encontro-me a desenvolver uma investigação no âmbito do respetivo mestrado.

A investigação intitula-se “Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos seus/suas cuidadore(a)s sobre a importância das atividades extracurriculares”.

Com esta investigação espera-se compreender e analisar os contributos da participação em atividades extracurriculares para os jovens que residem em acolhimento residencial.

Assim, a investigação tem os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar o perfil sociodemográfico dos jovens e cuidadores da CAR;
2. Compreender a (in)existência de interesse dos jovens na participação das AECs da Casa de Acolhimento “Casa do Vale”;
3. Identificar as AECs que despertam mais interesse na Casa do Vale ou noutra CAR que o jovem frequentou;
4. Conhecer a frequência de acompanhamento dos jovens pelos seus cuidadores na ida às AECs;

Conhecer as perspetivas dos jovens e seus/suas cuidadore(a)s, relativamente à participação das AECs (na atualidade e na preparação para a vida futura);

5. Identificar benefícios, constrangimentos e obstáculos da frequência de AECs na CAR.

Tendo isto em consideração, solicita-se a sua colaboração, no presente estudo, mediante o preenchimento de um inquérito. As informações recolhidas por esta via, serão anónimas e confidenciais, e unicamente analisadas pela estagiária com a supervisão da Professora Doutora Joana Brinca, apenas para o efeito do presente estudo.

Segundo as normas éticas da investigação, só podem ser aceites os questionários cujos/as inquiridos/as tenham preenchido a Declaração de Consentimento Informado. Neste sentido, solicita-se a sua assinatura nesta declaração, antes do preenchimento do questionário. Acrescenta-se que para alguém esclarecimento adicional pode contactar a estagiária via email: [diana-fln@hotmail.com](mailto:diana-fln@hotmail.com)

Pedindo consentimento:

---

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que aceito participar, na atividade de investigação, de Diana Filipa Lopes Nunes, no âmbito de Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. Declaro estar informado sobre os objetivos da investigação, cedendo assim o meu consentimento para a respetiva recolha de dados.

Porto, \_\_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_ (mês) de 2023.

---

## **APÊNDICE VIII – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO APRESENTADA À DIREÇÃO TÉCNICA DA CAR CASA DO VALE**

### **Declaração de Consentimento Informado**

**Atividade de Investigação:** “Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos seus/suas cuidadore(a)s sobre a importância das atividades extracurriculares”

#### **Enquadramento da Atividade de Investigação:**

Eu, Diana Filipa Lopes Nunes, aluna do Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra, e atual estagiária na Casa do Vale, encontro-me a desenvolver uma investigação no âmbito do respetivo mestrado.

A investigação intitula-se “Perceções dos jovens em acolhimento residencial e dos seus/suas cuidadore(a)s sobre a importância das atividades extracurriculares”.

Com esta investigação espera-se compreender e analisar os contributos da participação em atividades extracurriculares para os jovens que residem em acolhimento residencial.

Assim, a investigação tem os seguintes objetivos específicos:

6. Caracterizar o perfil sociodemográfico dos jovens e cuidadores da CAR;
7. Compreender a (in)existência de interesse dos jovens na participação das AECs da Casa de Acolhimento “Casa do Vale”;
8. Identificar as AECs que despertam mais interesse na Casa do Vale ou noutra CAR que o jovem frequentou;
9. Conhecer a frequência de acompanhamento dos jovens pelos seus cuidadores na ida às AECs;

Conhecer as perspetivas dos jovens e seus/suas cuidadore(a)s, relativamente à participação das AECs (na atualidade e na preparação para a vida futura);

10. Identificar benefícios, constrangimentos e obstáculos da frequência de AECs na CAR.

Tendo isto em consideração, solicita-se a permissão e colaboração dos jovens residentes na CAR Casa do Vale, no presente estudo, mediante a realização presencial de uma entrevista. As informações recolhidas por esta via, serão anónimas e confidenciais, e unicamente analisadas pela estagiária com a supervisão da Professora Doutora Joana Brinca, apenas para o efeito do presente estudo. Solicita-se ainda permissão para a colaboração dos cuidadore(a)s da CAR Casa do Vale, para o mesmo objetivo, com

informações recolhidas por via de inquérito por questionário, de forma anónima e confidencial.

Pedindo consentimento:

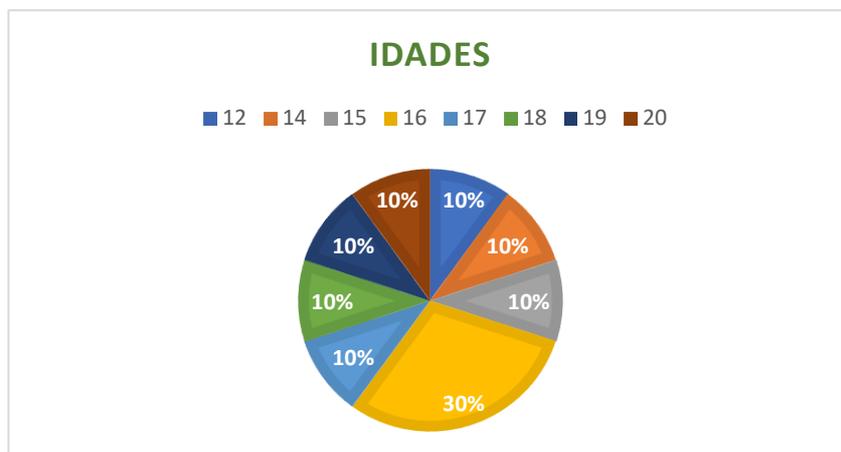
---

Eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de Diretora Técnica da CAR Casa do Vale, declaro que fui informada pela aluna de Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra, Diana Filipa Lopes Nunes, relativamente aos objetivos da presente atividade de investigação e da natureza da entrevista direcionada aos jovens residentes da CAR Casa do Vale e defiro/indefiro (riscar o que não aplicável) a aplicação do mesma na Casa do Vale

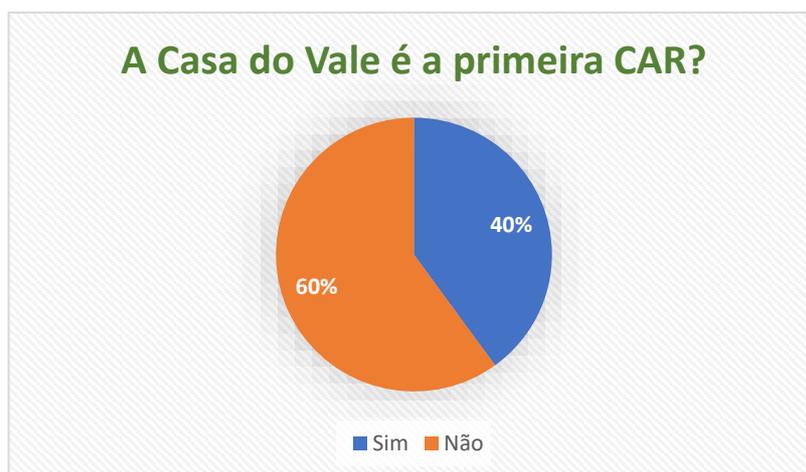
Porto, \_\_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_ (mês) de 2023.

---

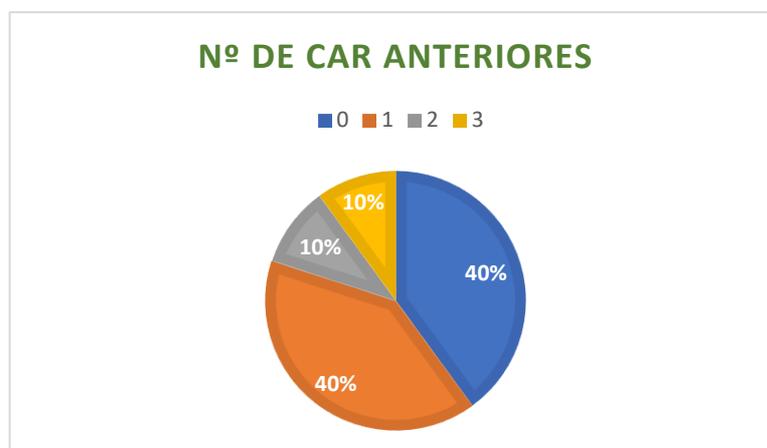
## APÊNDICE IX – ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS ENTREVISTAS APLICADAS AOS JOVENS DA CAR



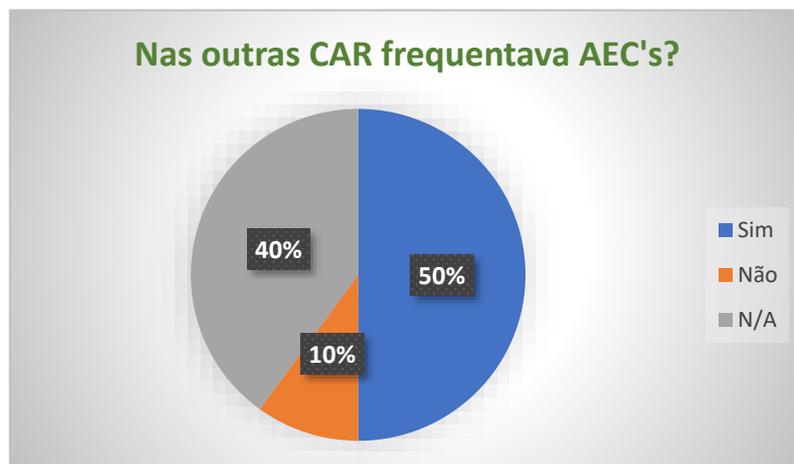
**Gráfico 3** - Respostas questão a) "Idade"



**Gráfico 2** - Respostas questão b) "A Casa do Vale é a primeira Casa de Acolhimento Residencial?"



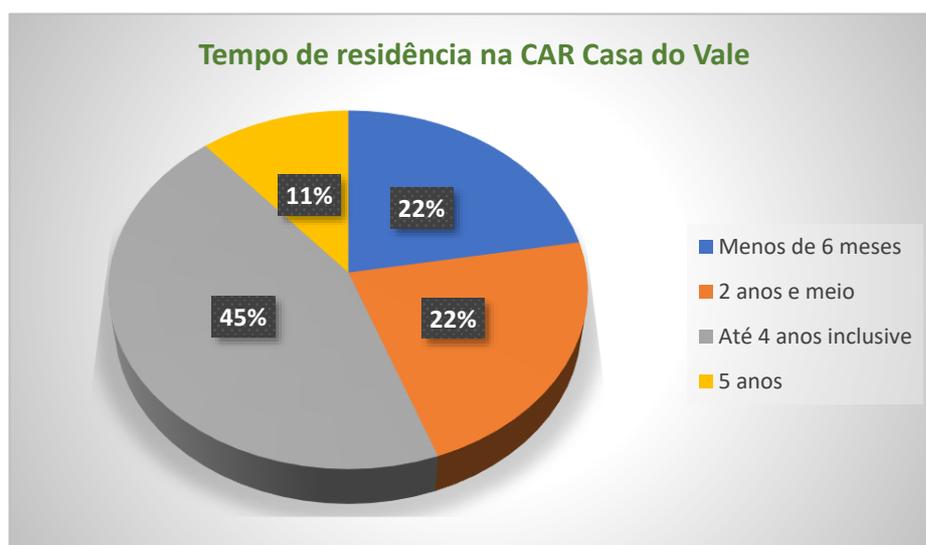
**Gráfico 3** - Respostas às questões b) "A Casa do Vale é a primeira Casa de Acolhimento Residencial?" e b1) "Se não, em quantas Casas de Acolhimento esteve anteriormente?"



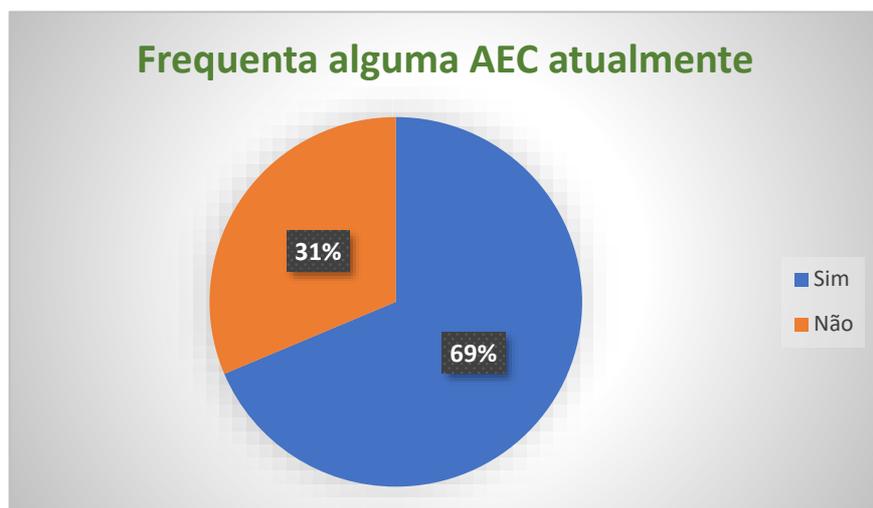
**Gráfico 4** - Respostas à questão b2) "Nas outras CAR frequentava alguma AEC? Se sim, qual/quais." Resposta N/A – Não aplicável, para aqueles em que a Casa do Vale é a primeira Casa de Acolhimento Residencial

Exemplos de AEC's frequentadas em CAR's anteriores à Casa do Vale	Nº de jovens que frequentavam
Futebol	2
Taekondo	1
Natação	1
Teatro	1
Futsal	1
Equitação	1
Tênis	1
Catequese	1

**Tabela 1** - Exemplos de AEC's que os jovens frequentaram noutras CAR's anteriores à CAR Casa do VALE



**Gráfico 5** - Respostas à questão c) "Há quanto tempo se encontra na Casa do Vale?"



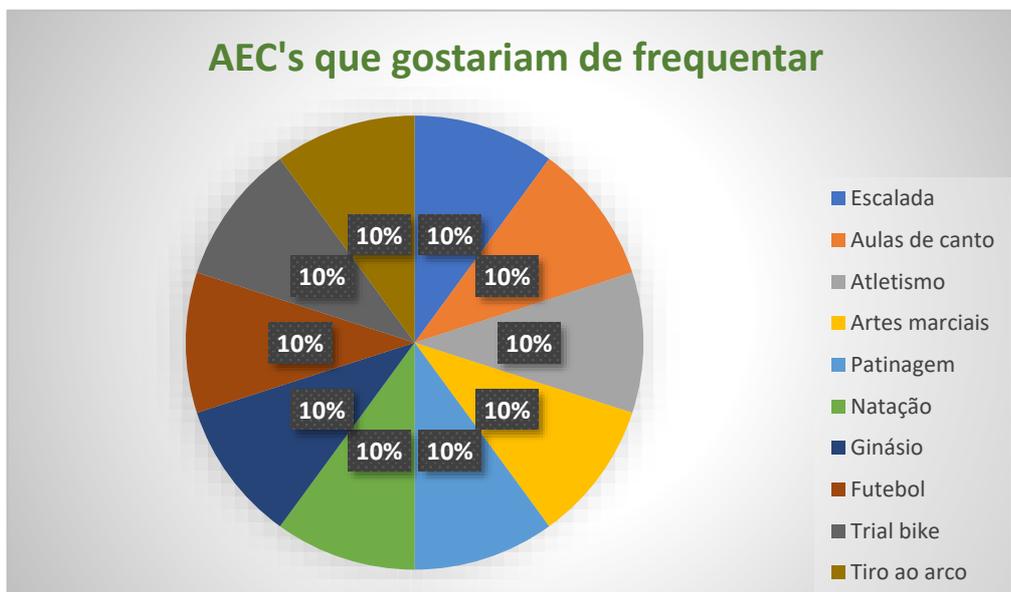
**Gráfico 6** - Respostas à questão d) "Frequenta alguma atividade extracurricular?"

Exemplos de AEC's frequentadas atualmente	Nº de jovens a frequentar	Tempo de frequência
Aulas de canto	<b>1</b>	<b>Frequentou 1 mês. Desistiu recentemente</b>
Trial bike	<b>3</b>	<b>E2 – 3 anos e meio; E4 – 3 anos, com frequência irregular E7 - 2 anos</b>
Natação	<b>3</b>	<b>1 ano letivo</b>
Teatro	<b>2</b>	<b>E2 e E4- 1 mês. Terminou recentemente</b>
Futebol	<b>1</b>	<b>2 anos</b>
Clube Candeias	<b>1</b>	<b>Atividades periódicas – cerca de 2 anos</b>
Clube Ubuntu	<b>1</b>	<b>Atividades periódicas – cerca de 2 anos</b>
Kickboxing	<b>2</b>	<b>1 ano letivo que terminou</b>
Karaté	<b>1</b>	<b>1 ano letivo</b>

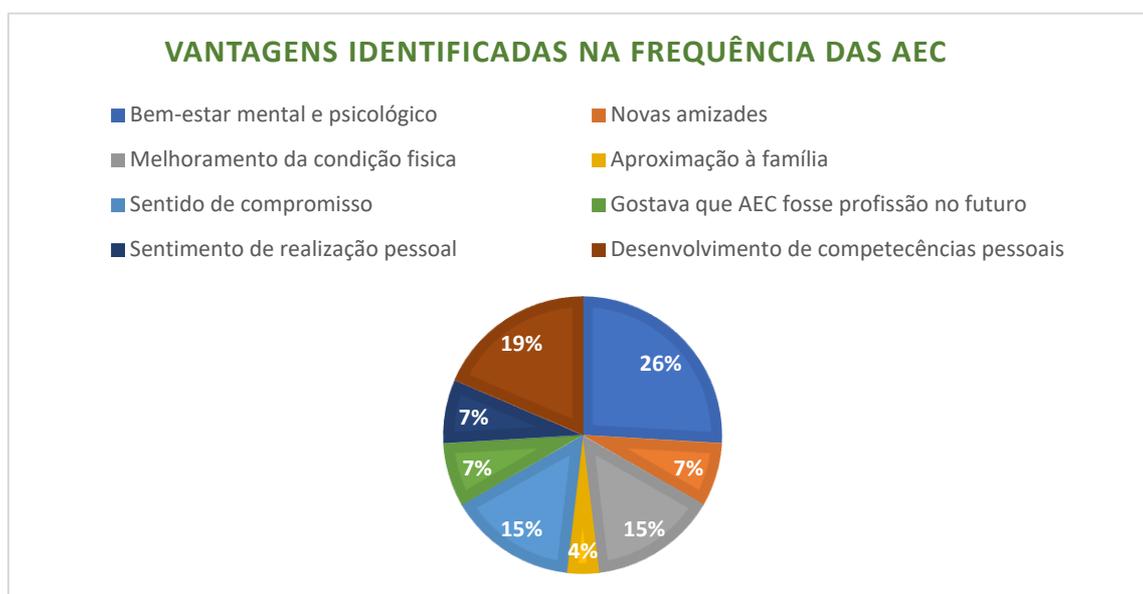
**Tabela 2** - Exemplos de AEC's que os jovens frequentam na Casa do Vale e respetivo tempo de frequência. Questões d) + d1). Pelas menções "E" – E2; E4; E7, compreenda-se a identificação dos diferentes jovens entrevistados.

Gosta/gostou de participar em alguma AEC em particular?	Exemplos
Sim	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ <b>Aulas de canto</b></li> <li>→ <b>Teatro (2 respostas)</b></li> <li>→ <b>Futebol (2 respostas)</b></li> <li>→ <b>Clube Candeias</b></li> <li>→ <b>Clube Ubuntu</b></li> <li>→ <b>Futsal (frequentou anteriormente)</b></li> <li>→ <b>Trial bike</b></li> <li>→ <b>Karaté</b></li> <li>→ <b>Kickboxing</b></li> </ul>
Não	<b>1 resposta - Equitação</b>

**Tabela 3** - Respostas à questão d1) "Gosta/gostou de participar em alguma AEC em particular?"

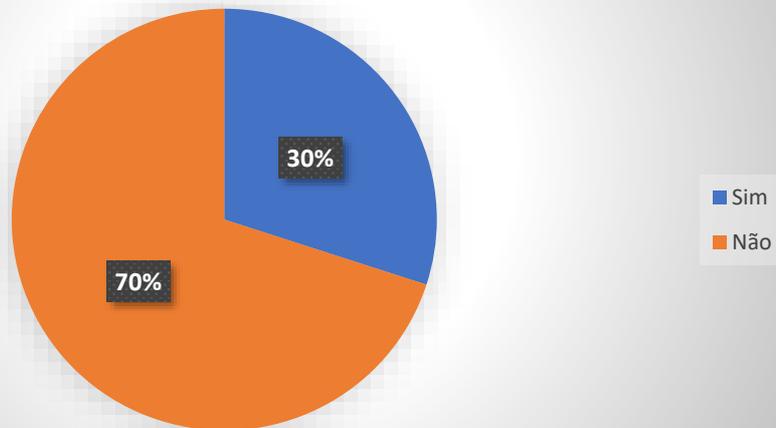


**Gráfico 7** - Respostas à questão d2) "Para além da AEC que frequenta no presente gostaria de frequentar outra? Qual?"



**Gráfico 8** - Respostas à questão e) "Quais as vantagens que identifica na frequência das AEC? Pode especificar a AEC, identificando sentimentos, contributos, aspetos positivos) - na vida atual e na vida futura

## Teve alguma AEC que não correspondesse às suas expectativas?



**Gráfico 9** - Respostas à questão f) "Teve alguma AEC que não correspondesse às suas expectativas?" Respostas "Sim" – E4 "O trial bike. Pensei que seria algo mais na minha zona de conforto. Achei que ia gostar, mas quando conheci a atividade não gostei". E5 – "Equitação. Não tinha muita autonomia. É uma AEC muito parada e não gostei disso. Prefiro atividades radicais e desportos de equipa". E7 – "Natação. Pensei que iam ser aulas livres e não foi o caso. Tinha também muita teoria e eu queria algo só para me abstrair."

## APÊNDICE X – ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO INQUÉRITO QUESTIONÁRIO DOS/AS CUIDADORE(A)S DA CAR

### Caraterização sociodemográfica dos cuidadores

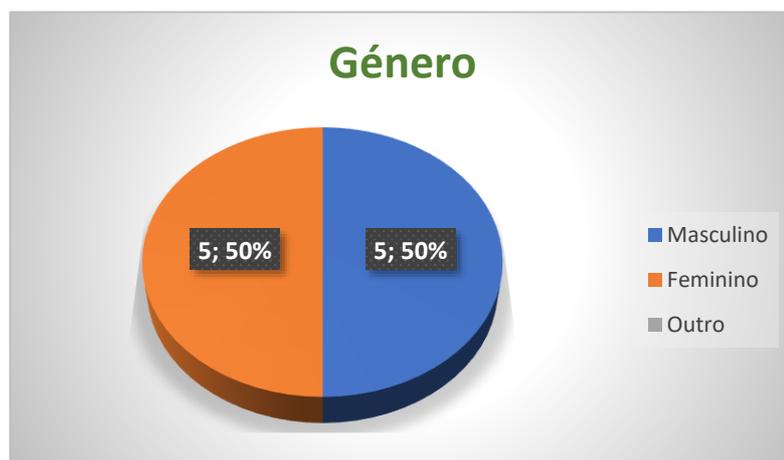


Gráfico 10 - Respostas à questão 1.1 "Assinale com X, o seu género"

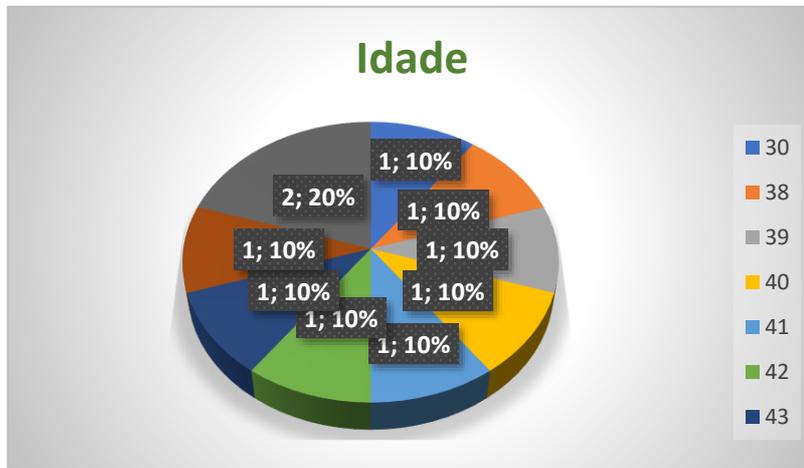


Gráfico 11 - Respostas à questão 1.2 "Idade"

## Habilitações académicas

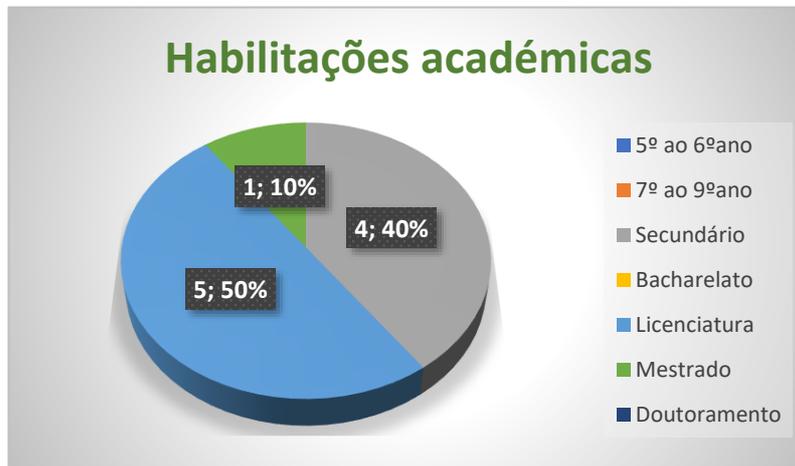


Gráfico 12 - Respostas à questão 1.3 "Assinale com x, as suas habilitações académicas"

## Área de formação dos cuidadores

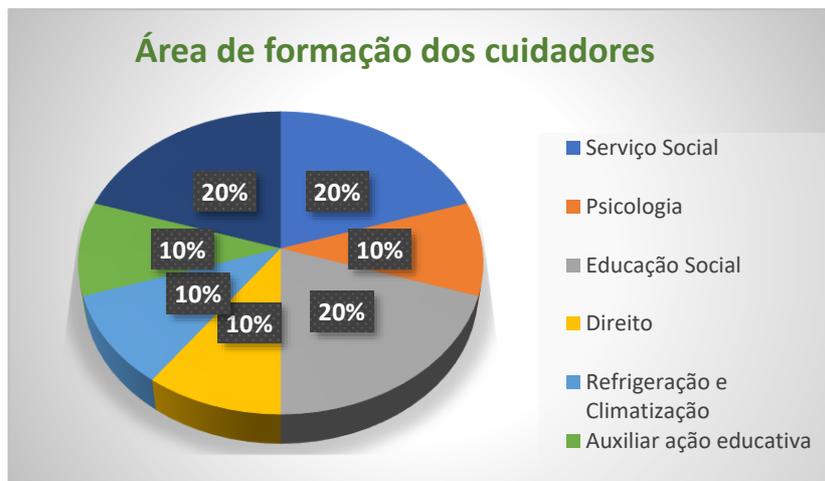


Gráfico 13 - Respostas à questão 1.3.1 "Área de formação"

## Categorização profissional

### Tempo de funções na Casa do Vale



Gráfico 14 - Respostas à questão 2.1 "Há quanto tempo desempenha funções na Casa do Vale"

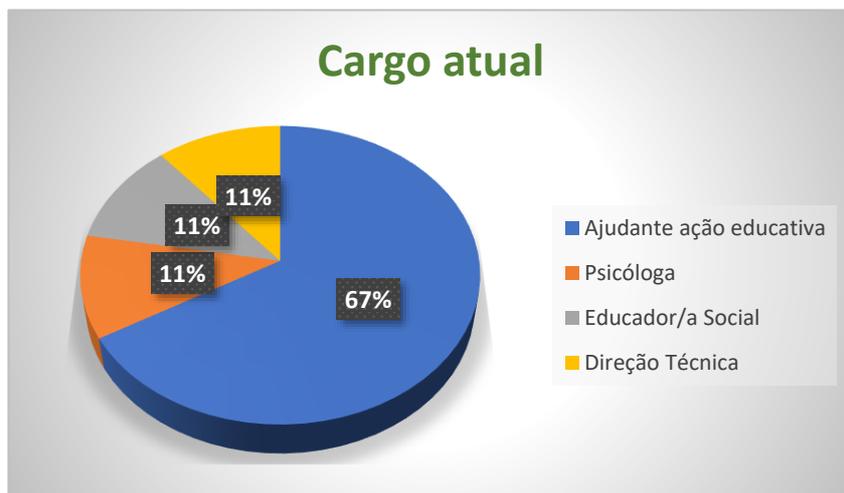


Gráfico 15 - Respostas à questão 2.2 "Qual o cargo que assume atualmente?"



Gráfico 16 - Respostas à questão 3.1 "Com que frequência acompanha os jovens às atividades extracurriculares"

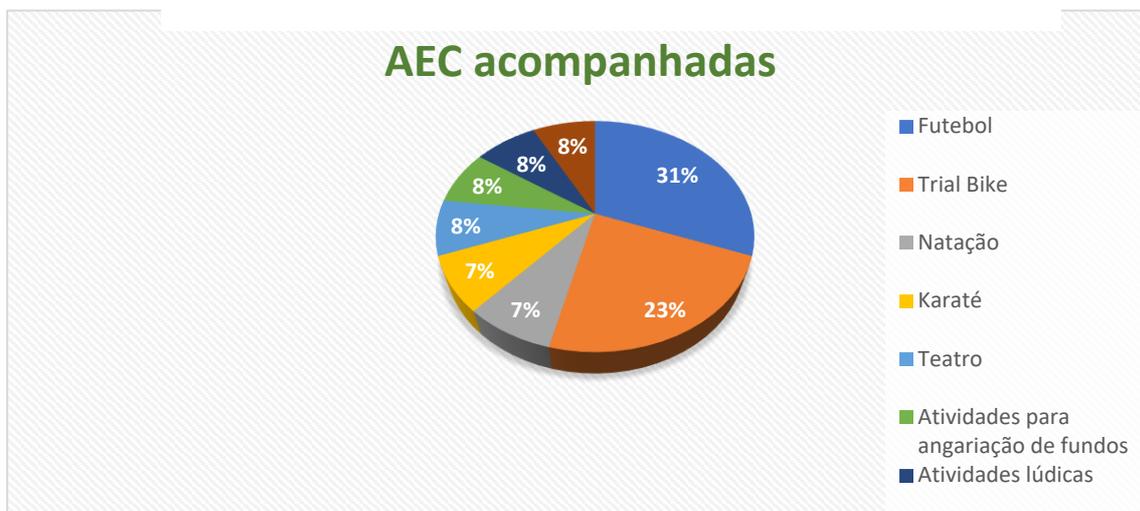
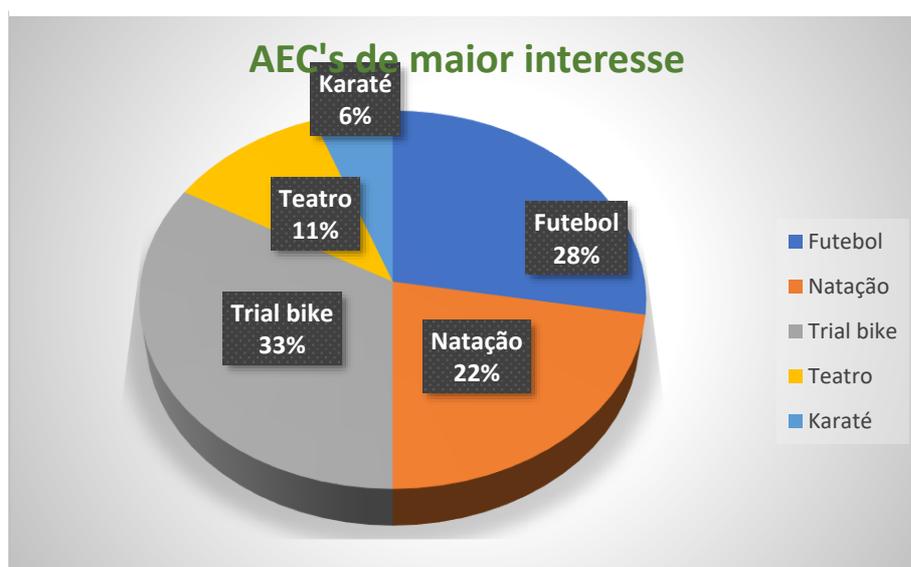


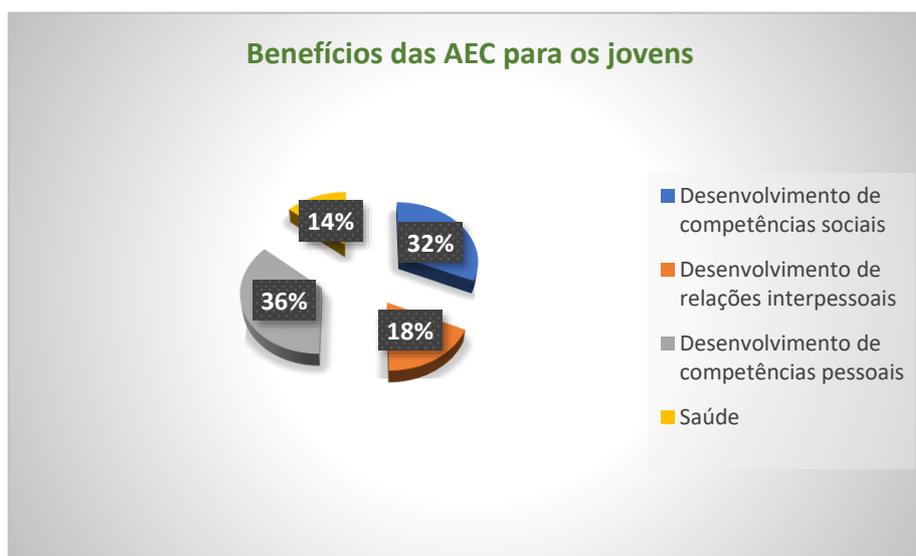
Gráfico 17 - Respostas à questão 3.2 "Indique as atividades extracurriculares que considere que acompanhou com mais frequência no último ano"



**Gráfico 18** - Respostas à questão "De forma geral, considera que existe mais interesse ou desinteresse na participação de atividades extracurriculares, por parte dos jovens da Casa do Vale, pensando no último ano?"

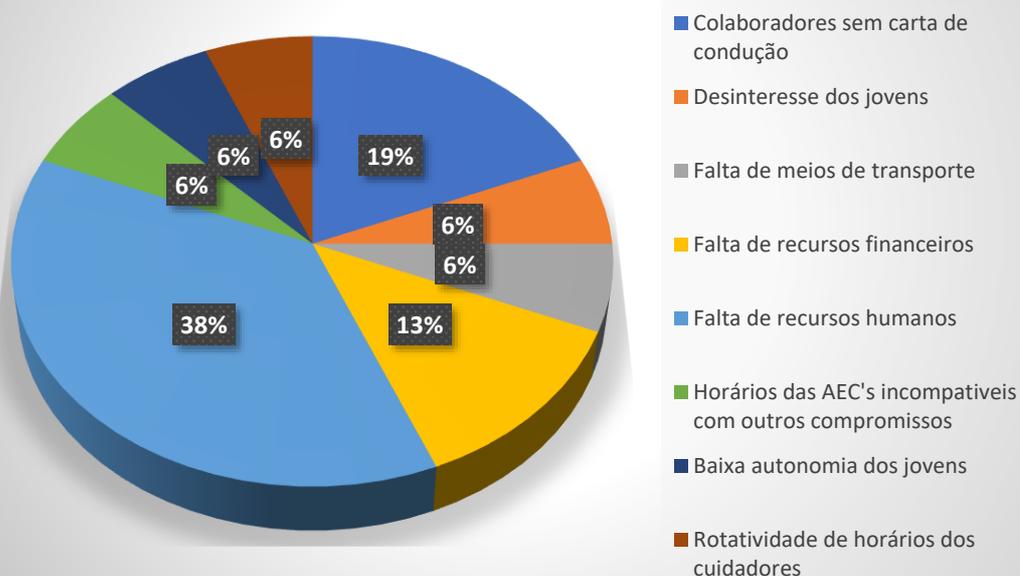


**Gráfico 19** - Respostas à questão 3.4 "Identifique as atividades extracurriculares que consideram terem sido alvo de maior interesse por parte dos jovens da Casa do Vale, pensando no último ano"



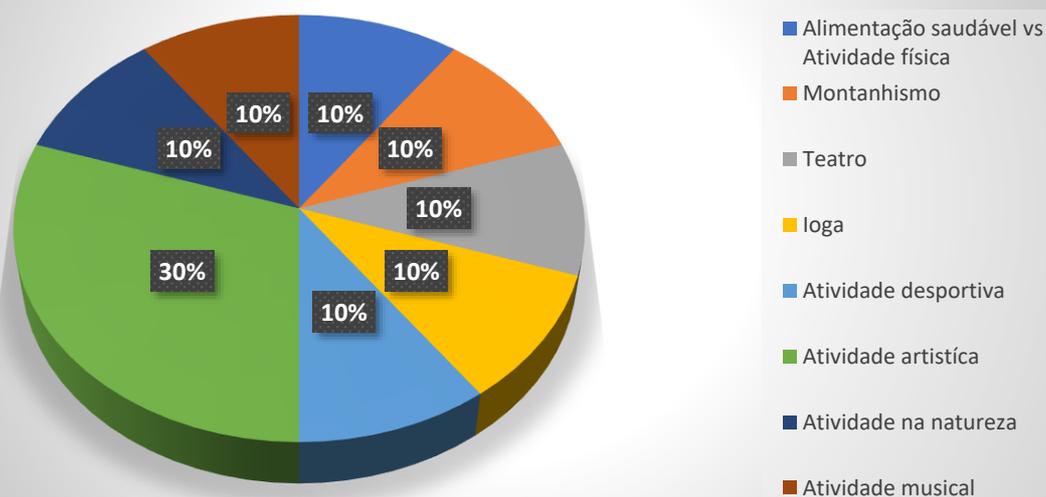
**Gráfico 20**- Categorização das respostas à questão 3.5 "Indique benefícios da frequência de atividades extracurriculares que considera terem sido alvo de maior interesse por parte dos jovens da Casa do Vale"

## Constrangimentos/obstáculos relativos à frequência de AEC



**Gráfico 21** - Respostas à questão 3.6 "Indique constrangimentos/obstáculos (individuais, organizacionais, recursos humanos) relativos à frequência de atividades extracurriculares"

## Se pudesse escolher uma AEC para a Casa do Vale, qual seria?



**Gráfico 22** - Respostas à questão 3.7 "Se pudesse escolher uma atividade extracurricular para a Casa do Vale, qual a temática/área que escolhia?"